

# Relatório e Contas de 2008



Metropolitano de Lisboa



## Índice

5	Indicadores e rácios de gestão
9	Aspectos relevantes
12	Mensagem do Presidente
17	1. Governo da sociedade
17	1.1 Missão, objectivos e políticas da empresa
18	1.2 Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita
20	1.3 Transacções relevantes com entidades relacionadas
21	1.4 Informação sobre outras transacções
23	1.5 Membros dos órgãos sociais e suas competências
24	1.6 Estrutura organizacional
26	1.7 Remuneração dos membros dos órgãos sociais
28	1.8 Análise de sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, social e ambiental
36	1.9 Avaliação do Cumprimento dos Princípios do Bom Governo
37	1.10 Código de Ética
41	2. Relatório do exercício
41	2.1 Serviço prestado
46	2.2 Recursos Materiais e Tecnológicos
49	2.3 Recursos Humanos
53	2.4 Comunicação e Imagem
55	2.5 Relações Internacionais
56	2.6 Expansão da Rede
59	2.7 Investimentos
65	3. Economia e finanças
65	3.1 Balanço do ano
75	3.2 Proposta de aplicação de resultados
79	4. Demonstrações financeiras
89	5. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
129	6. Parecer da Comissão de Fiscalização
137	7. Certificação Legal das Contas



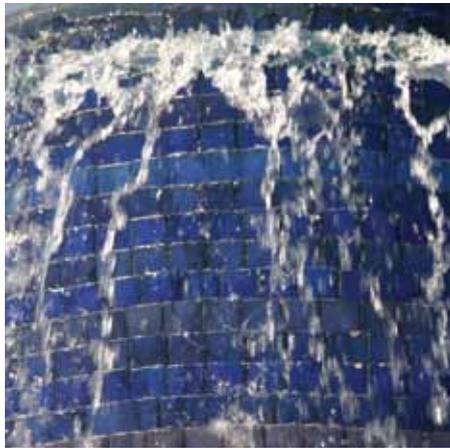




## Indicadores e rácios de gestão

		2004	2005	2006	2007	2008	Var. %	
							2008/07	2008/04
<b>Oferta</b>								
Carruagens x km	10 <sup>3</sup>	22.345	23.104	22.865	22.592	23.477	3,92	5,07
Lugares x km	10 <sup>6</sup>	3.776	3.905	3.864	3.818	3.968	3,92	5,07
<b>Procura</b>								
Passageiros	10 <sup>3</sup>	179.650	185.444	183.975	179.687	178.432	-0,70	-0,68
Passageiros x km	10 <sup>3</sup>	801.210	862.313	855.484	835.545	835.400	-0,02	4,27
<b>Recursos Humanos (efectivo médio)</b>								
Exploração Comercial	n.º	933	936	939	925	891	-3,68	-4,50
Gestão de Infra-estruturas	n.º	339	328	329	334	279	-16,47	-17,70
Exploração Industrial	n.º	216	208	206	205	188	-8,29	-12,96
Restantes áreas	n.º	229	226	228	221	208	-5,88	-9,17
<b>Total</b>		<b>1.717</b>	<b>1.698</b>	<b>1.702</b>	<b>1.685</b>	<b>1.566</b>	<b>-7,06</b>	<b>-8,79</b>
<b>Custos e Proveitos</b>								
Proveitos totais	10 <sup>3</sup> €	82.116	86.691	90.917	99.924	125.293	25,39	52,58
Proveitos de tráfego	10 <sup>3</sup> €	45.055	46.436	51.026	55.409	62.529	12,85	38,78
Indemnização compensatória *	10 <sup>3</sup> €	19.895	21.237	22.723	24.305	26.122	7,47	31,30
Custos totais	10 <sup>3</sup> €	238.790	248.693	237.828	244.110	251.969	3,22	5,52
Custos totais (s/ Enc. Fin.)	10 <sup>3</sup> €	163.683	172.325	168.332	171.935	168.812	-1,82	3,13
Resultados líquidos	10 <sup>3</sup> €	(156.716)	(162.035)	(146.944)	(144.222)	(126.730)	12,13	19,13
<b>Rácios</b>								
<u>Carruagens x km</u> Efectivo médio	10 <sup>3</sup>	13,01	13,61	13,43	13,41	14,99	11,82	15,20
<u>Passageiros x km</u> Carruagens x km		35,86	37,32	37,41	36,98	35,58	-3,79	-0,76
<u>Custos totais</u> Passageiros x km	€	0,30	0,29	0,28	0,29	0,30	3,24	1,20
<u>Custos totais (s/ Enc. Fin.)</u> Passageiros x km	€	0,20	0,20	0,20	0,21	0,20	-1,80	-1,09
<u>Proveitos totais</u> Custos totais (s/ Enc. Fin.)	%	50,17	50,31	54,01	58,12	74,22	27,71	47,94
<u>Proveitos de tráfego</u> Custos totais (s/ Enc. Fin.)	%	27,53	26,95	30,31	32,23	37,04	14,94	34,57

\* Inclui IVA.







## Aspectos relevantes

### Promoção do Transporte Público e desenvolvimento da intermodalidade:

- Entrada em vigor, em Janeiro dos cartões “viva viagem” que, gradualmente, foram substituindo ao longo do ano os cartões “7 colinas”. Esta medida tem vindo a ser adoptada, progressivamente, pelos restantes operadores de transporte público da região de Lisboa;
- Eliminação pelo ML da totalidade dos títulos magnéticos, desde Fevereiro, passando os clientes a dispor de um sistema de bilhética totalmente sem contacto através dos cartões “Lisboa viva” e “viva viagem”;
- Eliminação, em Dezembro, de títulos ocasionais, no âmbito da simplificação tarifária e introdução no “Zapping” da possibilidade de obter descontos adicionais, sempre que utilizado em mais do que um operador;
- Comemoração do 60.º aniversário da constituição do ML. Para assinalar esta efeméride, o ML possibilitou aos seus clientes, um conjunto de iniciativas culturais e de animação nas suas estações;
- Alargamento do serviço fora de horas, para apoio a eventos como o Rock in Rio, Marchas Populares e concerto de Madonna;
- Aumento da oferta nas linhas utilizadas para deslocações aos estádios de futebol, em dias de jogo;
- Obtenção, pelo terceiro ano consecutivo, da primeira posição no Índice de Satisfação do Cliente 2007;
- Lançamento de concurso para aquisição de software que permita o *display* do tempo de espera no “Public Adress”;
- Elaboração de estudo de viabilidade económico-financeira de automatização de uma das linhas da rede;
- Criação do Gabinete de Marketing;
- Início da Certificação da Exploração Comercial a nível da NP ISO 9000:2001.

### Empreendimentos:

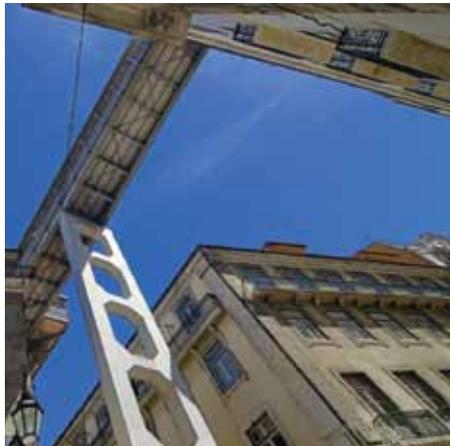
- Assinatura, em Agosto, do contrato de concepção/construção da empreitada de toscos da extensão da linha Azul de Metro à linha de Sintra da CP (Reboleira), na sequência do lançamento, em Janeiro, do concurso público internacional;
- Conclusão dos trabalhos de reposição do Cais das Colunas, no Terreiro do Paço.

### Recursos Humanos:

- Redução ligeira da taxa de absentismo, tendo-se fixado nos 7,93%;
- Redução do efectivo disponível (-4,8%), em resultado de 114 saídas, 104 das quais por motivo de reforma antecipada, contra 35 entradas;
- Melhoria dos índices de sinistralidade nos empreendimentos em que o ML é o dono de obra.

### A nível económico-financeiro:

- A obtenção de um resultado líquido negativo, de m€ 126.730, cerca 12% inferior ao ano anterior, explicado essencialmente pela melhoria dos resultados operacionais e dos resultados extraordinários;
- A continuação do esforço na melhoria dos resultados operacionais, essencialmente explicada pelo aumento de 21,4% dos proveitos operacionais;
- Os proveitos totais financiaram 49,7% dos custos totais, mais 21,5% do que no ano anterior;
- O EBITDA normalizado passou de m€ - 29.310 em 2007 para m€ - 19.308 em 2008, o que corresponde a um crescimento de 34,1%, em resultado da reestruturação, iniciada em 2007 e prolongada por 2008, e deduzindo outros custos de reestruturação.





## Mensagem do Presidente

A título de balanço deste exercício apraz-me registar a satisfação por a tendência para a melhoria dos resultados operacionais do Metropolitano de Lisboa se ter confirmado em 2008.

Esta evolução acentuada desde 2006, assentou num corte radical com as políticas passadas. A (re)centragem no fundamento do negócio – o cliente – e na promoção da intermodalidade entre os vários modos de transporte, traduzida na bilhética sem contacto, na melhoria dos interfaces e na qualidade da oferta, permitiu alcançar resultados económicos historicamente significativos.

Com efeito, as perdas operacionais reduziram-se 36%, para os -47 Milhões de euros e os resultados do exercício cifraram-se em -126,7 milhões de euros, o que traduz uma melhoria de 12%. O cash flow operacional de -19 milhões de euros, que comparado com os -29 milhões de 2007, usando uma base uniformizada, sublinha a possibilidade de se atingir o “break even” a este nível até 2012, de acordo com um dos objectivos defendidos pelo Metropolitano junto dos organismos internacionais de “rating”.

De facto, se a aplicação à repartição das verbas do Passe Intermodal fosse a resultante do Inquérito realizado em 2007 pelo IMTT (que conclui por uma verba adicional de 10 milhões de euros a favor do ML), e a constituição do Fundo de Pensões, permitiria, já hoje, que o EBITDA fosse positivo. Objectivo impensável há poucos anos atrás.

A evolução positiva do resultado assenta na evolução das receitas de tráfego, das indemnizações compensatórias, da redução dos custos operacionais, ao nível dos fornecimentos e serviços de terceiros e das rendas de “leasing” operacional do material circulante. Relevante ainda foi o facto de os custos com pessoal apenas terem subido 1%.

Por outro lado, o continuado aumento dos passageiros com título pago, que atingiu os 166 milhões em 2008, foi reflexo do aumento sustentado do preço dos combustíveis durante os primeiros 10 meses do ano, bem como da qualidade da oferta do ML assente na rapidez, fiabilidade e qualidade de serviço.

Qualidade esta, reconhecida, mais uma vez, no Inquérito aos clientes do transporte público da Área Metropolitana de Lisboa, efectuada por entidade independente e que posicionou o ML no 1.º lugar da Área Metropolitana de Lisboa, quanto à qualidade do serviço e à preferência de utilização.

Actualmente com 37,8 km de extensão e 50 estações, o Metropolitano de Lisboa adjudicou o concurso para o prolongamento e construção do interface da Reboleira. Os trabalhos relacionados com o prolongamento da linha Vermelha a S. Sebastião prosseguiram no ritmo esperado, estando o início da exploração previsto para o 3.º trimestre de 2009, de acordo com o programado. O prolongamento da mesma linha para nascente, na ligação ao Aeroporto da Portela segue também, a calendarização estimada, sendo previsível a sua entrada em exploração no 1.º trimestre de 2011.

Fiel à sua tradição de devolver à cidade, os elementos e peças urbanísticas que a construção das extensões de rede obrigam a remover temporariamente, o Metropolitano de Lisboa repôs, na data prevista – Dezembro de 2008–, o Cais das Colunas, e, embora já em Fevereiro de 2009, a Praça do Cais do Sodré. Constituem, inequivocamente, exemplos de qualidade urbanística.

Como também o foram a remodelação da Praça do Rossio, da Praça dos Restauradores, da Rotunda do Marquês, dos arranjos exteriores de Sta. Apolónia, entre outros. De facto, tem sido política do Metropolitano de Lisboa melhorar e dotar a cidade de Lisboa de espaços públicos de qualidade, que são, ainda hoje, referências locais e nacionais.

A estratégia de gestão seguida nos últimos 26 meses centrou-se no combate ao deficit económico do Metropolitano. Sendo simultaneamente operador e gestor de infra-estruturas, caso cada vez mais raro no sector, o ML tem revelado um sistemático deficit operacional a par do peso enorme que os encargos da sua dívida geram todos os anos – cerca de 80 milhões de euros.

A diminuição do deficit operacional em 36% e do EBITDA em 46%, colocam a taxa de cobertura dos custos operacionais pelos proveitos da mesma natureza em 56,4% (antes de indemnizações compensatórias), uma das mais elevadas no compute europeu. Se incluirmos as IC's essa taxa de cobertura atinge mesmo os 71,5%.

A gestão da dívida continuará a ser um problema maior na gestão corrente do ML. Na verdade, os cerca de 3,3 mil milhões de euros de passivo bancário entretanto acumulados constituem um encargo relevante na estrutura de custos global – cerca de 80 milhões de euros (após intervenção activa sobre a mesma sob a forma de produtos estruturados que, até à data, permitiram uma poupança real de 165 milhões de euros). O facto de continuarmos a acreditar que o movimento de ajustamento macro económico global tenha como consequência, a médio prazo, um aumento da taxa de inflação e das taxas de juro, leva-nos a crer que os ganhos deste tipo de intervenção serão ainda maiores tendo em conta o prazo médio de endividamento da nossa dívida, situado nos 11 anos.

Na sequência da denúncia do Acordo de Empresa, operada em Setembro de 2007, e das negociações então em curso veio a ser celebrado um novo AE em Março de 2009.

Este novo Acordo permite ganhos importantes de produtividade para a empresa e, também, para os seus trabalhadores, consolidando o princípio de que os ganhos alcançados neste capítulo sejam distribuídos pela empresa, o seu accionista (o Estado) e os colaboradores. Pensamos que terá um impacto positivo na qualidade de serviço oferecida aos passageiros e à comunidade servida pelo ML.

Cumpr-me a bem do rigor e da verdade, agradecer toda a colaboração prestada pela comissão de fiscalização, pelos nossos Auditores Externos e pelo Revisor Oficial de Contas.

Finalmente, uma palavra de reconhecimento à estrutura ML e a todos os seus trabalhadores, pelo empenho demonstrado numa situação difícil, de ajustamento a um novo paradigma económico, que a Gestão procurou empreender. Sem eles, estes resultados também não teriam sido possíveis.

Estamos cientes que o Metropolitano de Lisboa já é, desde há 50 anos, um elemento central no eixo da mobilidade da região de Lisboa. Continuará, certamente de forma ainda mais eficiente, a oferecer soluções de transporte de qualidade, rápido e acessível, contribuindo assim para uma melhor gestão da cidade e da região que serve.

  
Joaquim Reis





RUA  
DE  
SANTA CRUZ  
DO  
CASTELO

38



# 1. Governo da sociedade

O presente capítulo dá a conhecer de forma transparente e sucinta qual foi o contributo do ML, durante o ano de 2008, para a economia nacional, de forma a dar cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que determina a necessidade das empresas públicas incluírem “...nos seus relatórios de gestão um ponto relativo ao governo das sociedades...”.

## 1.1 Missão, objectivos e políticas da empresa

### Missão

A missão do Metropolitano de Lisboa (ML) é a prestação do Serviço Público de Transporte Colectivo de Passageiros, em sistema de metro, segundo princípios de racionalidade económico-financeira e de sustentabilidade social e ambiental.

De forma a cumprir a sua missão, o ML disponibiliza aos seus clientes:

- Uma rede de 37,8 km com 50 estações distribuídas por quatro linhas distintas ao longo da Cidade de Lisboa;
- Um Parque de Material Circulante composto por 338 carruagens (225 motoras e 113 reboques);
- Quatro estações de correspondência (Campo Grande, Marquês de Pombal, Alameda e Baixa-Chiado) e diversos interfaces com outros modos de transporte, destacando-se a inauguração, em Março de 2009, da renovação e melhoramento do interface do Cais do Sodré.

### Objectivos e políticas da Empresa

- Antecipar e responder, atempadamente, às necessidades do mercado e às expectativas dos clientes, mediante a melhoria da capacidade, da qualidade e da fiabilidade do serviço oferecido e da concretização e desenvolvimento da Rede em tempo e dentro do princípio da racionalidade económico-financeira.
- Assegurar o serviço oferecido garantindo a sustentabilidade social, económico-financeira e ambiental, mediante a racionalização dos custos de exploração, da melhoria do rendimento energético e da sustentabilidade ambiental e da execução de uma gestão orientada para o cliente e para a promoção da mobilidade.
- Contribuir para o desenvolvimento sustentado do sistema de transportes na Área Metropolitana de Lisboa:
  - Promovendo soluções para a gestão eficaz do sistema de transportes;
  - Contribuindo para uma adequada articulação com outros modos de transporte colectivo, visando um melhor planeamento da exploração, uma melhor estrutura tarifária, a definição de políticas para uma melhor gestão de recursos e meios e a promoção conjunta do Transporte Colectivo.

## 1.2 Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

### Regulamentos internos

O ML é uma Empresa Pública (EP), pertencente ao Sector Empresarial do Estado. Embora a prestação de serviço público ainda não se encontre definida, em termos contratuais, está, em termos genéricos, estabelecida no âmbito dos Estatutos da Empresa.

Internamente, e para além dos seus Estatutos, a Empresa está sujeita aos seguintes regulamentos:

- **Acordos Colectivos de Empresa – AE I<sup>1</sup> e AE II<sup>2</sup>:** são instrumentos que regulam as relações de trabalho – direitos e deveres – entre a entidade empregadora e os seus colaboradores. Estes acordos são celebrados livremente pelas partes – Sindicatos e Gestão da Empresa – e assentam no princípio de, com regras bem definidas, ser possível o desenvolvimento harmonioso da Empresa e o cumprimento dos objectivos definidos.
- **Código de Ética e de Conduta:** documento aplicável a todos os Colaboradores do ML que, no âmbito das suas funções e competências, deverão prosseguir os princípios, regras de conduta e valores nele referidas.

Para além dos normativos acima mencionados, existe ainda um conjunto significativo de outros normativos internos que regem a actividade do ML, dos quais se destacam:

- Regulamento de Segurança;
- Regulamento de Circulação de Comboios;
- Regulamento de Controlo de Alcoolémia;
- Regulamento de Vestuário de Trabalho;
- Regulamento de Sinalização;
- Regulamento de Utilização das Redes de Telecomunicações;
- Normativo Interno sobre Condições e Procedimentos de Acesso às Vias Electrificadas;
- Normativo Interno sobre Estabelecimento de Zonas de Trabalho Sem Tensão;
- Circulações de Serviço para os Trabalhos Nocturnos;
- Manual de Vendas e Fiscalização.

### Regulamentos externos

Ao longo do ano de 2008 foram publicados diversos diplomas cujas respectivas disciplinas jurídicas se reflectem no enquadramento normativo aplicável ao exercício da actividade desenvolvida pelo ML, nas suas várias vertentes, e que se passam a enunciar:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de Abril, que aprova as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do sector empresarial do Estado;
- Despacho n.º 14277/2008, de 23 de Maio (II Série), que regula a prestação de informação das empresas públicas à Inspeção-Geral de Finanças e Direcção-Geral do Tesouro e Finanças;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2008, de 22 de Fevereiro, que aprova o programa de redução de prazos de pagamentos a fornecedores de bens e serviços pelo Estado, denominado Programa “Pagar a Tempo e Horas” (aplicável às entidades públicas empresariais);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Outubro, que aprova o Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado;
- Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de Agosto, que estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição de subvenções públicas (entrando em vigor apenas em 1 de Janeiro de 2009);
- Decreto-Lei n.º 186/2008, de 19 de Setembro, que cria o passe escolar ou “passe 4-18@escola.tp”, com produção de efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008;
- Despacho Normativo n.º 2/2008, de 10 de Janeiro (II Série), que fixa em 3,91 % a percentagem máxima de aumento médio para transportes urbanos de Lisboa e do Porto, com produção de efeitos a 1 de Janeiro;
- Despacho Normativo n.º 33/2008, de 17 de Julho (II Série), que fixa a percentagem máxima de aumento médio para os transportes urbanos de Lisboa e Porto, para os transportes colectivos rodoviários interurbanos de passageiros e para os transportes ferroviários e fluviais;

<sup>1</sup> Aplicável à generalidade dos Trabalhadores.

<sup>2</sup> Aplicável aos Trabalhadores Licenciados e Bacharéis.

- Decreto-Lei n.º 9/2008, de 17 de Janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído e que se aplica às infra-estruturas de transporte desde 18 de Julho de 2008 (180 dias após a data da publicação);
- Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março, que aprova o regime da gestão de resíduos de construção e demolição, exigindo que, nas empreitadas e concessões de obras públicas, o plano de execução seja acompanhado de plano de prevenção e gestão de RCD;
- Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios, nos quais se incluem as gares de transportes;
- Lei n.º 46/2008, de 27 de Agosto, que estabelece o regime jurídico das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;
- Portaria n.º 1532/2008, de 29 de Dezembro, que aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE), em complemento do DL n.º 220/2008.

Em matéria de **contratação pública**, refere-se ainda, para além da aprovação do DL n.º 18/2008, já referenciada no Relatório de Gestão anterior, a publicação dos seguintes diplomas complementares:

- Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de Julho, que estabelece os termos a que deve obedecer a apresentação e recepção de propostas, candidaturas e soluções no âmbito do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;
- Portaria n.º 701-A/2008, de 29 de Julho, que estabelece os modelos de anúncio de procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos a publicitar no Diário da República;
- Portaria n.º 701-C/2008, de 29 de Julho, que publica a actualização dos limiares comunitários;
- Portaria n.º 701-D/2008, de 29 de Julho, que aprova o modelo de dados estatísticos;
- Portaria n.º 701-E/2008, de 29 de Julho, que aprova os modelos do bloco técnico de dados, do relatório de formação do contrato, do relatório anual, do relatório de execução do contrato, do relatório de contratação e do relatório final de obra;
- Portaria n.º 701-F/2008, de 29 de Julho, que regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos (Portal dos Contratos Públicos);
- Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de Julho, que define os requisitos e condições a que deve obedecer a utilização de plataformas electrónicas pelas entidades adjudicantes, na fase de formação dos contratos públicos, e estabelece as regras de funcionamento daquelas plataformas;
- Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de Julho, que aprova o conteúdo obrigatório do programa e do projecto de execução, bem como os procedimentos e normas a adoptar na elaboração e faseamento de projectos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projectos de obras», e a classificação de obras por categoria;
- Portaria n.º 701-I/2008, de 29 de Julho, que constitui e define as regras de funcionamento do sistema de informação designado por Observatório das Obras Públicas;
- Portaria n.º 701-J/2008, de 29 de Julho, que define o regime de acompanhamento e fiscalização da execução dos projectos de investigação e desenvolvimento e cria a respectiva comissão;
- Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de Outubro, que aprova o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras.

Já em 5 de Janeiro de 2009, foi publicada a Lei n.º 1/2009, que estabelece o regime jurídico das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa (AMTL) e do Porto (AMTP), cometendo às AMT atribuições, em matéria de transporte público de passageiros, nas seguintes matérias:

- Planeamento estratégico e integração de redes;
- Coordenação entre os diversos operadores de transporte público;
- Fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos, monitorização e avaliação da qualidade e eficiência;
- Financiamentos, tarifários e bilhética;
- Divulgação e desenvolvimento do transporte público de passageiros;
- Elaboração do plano de deslocamentos urbanos (PDU) e aprovação de proposta para submeter a consulta pública;
- Aprovação do programa operacional de transportes (POT).

Ainda em 2008, o ML, E.P., em cumprimento do disposto no DL n.º 558/99, com a redacção dada pelo DL n.º 300/2007, remeteu para aprovação da Tutela um projecto de Decreto-Lei que visa proceder à alteração dos seus Estatutos, aprovados pelo DL n.º 438/78, de 30 de Dezembro.

### 1.3 Transacções relevantes com entidades relacionadas

Apresentam-se, de seguida, as transacções relevantes com empresas detidas pelo ML, em pelo menos 20% do seu capital (nota 16):

Un.: €

Transacções 2007	Prestações de serviços	Proveitos suplementares	Outros devedores e credores	Proveitos extraordinários
Ferconsult, S.A.	2.902.446	98.527	65.412	0
Metrocom, S.A.	1.683.766	17.756	31.312	1.825
Publimetro, S.A.	1.629.541	86.385	0	0
<b>Total</b>	<b>6.215.753</b>	<b>202.668</b>	<b>96.724</b>	<b>1.825</b>

Un.: €

Transacções 2007	Imobilizado em curso	Fornecimentos e serviços externos	Custos diferidos	Custos com pessoal	Imobilizado corpóreo
Ferconsult, S.A.	11.117.729	122.446	644.892	0	500.406
Metrocom, S.A.	0	6.000	1.500	0	0
Fernave, S.A.	0	136.231	1.248	2.146	0
<b>Total</b>	<b>11.117.729</b>	<b>264.677</b>	<b>647.639</b>	<b>2.146</b>	<b>500.406</b>

Un.: €

Transacções 2008	Prestações de serviços	Proveitos suplementares	Outros devedores e credores	Proveitos extraordinários
Ferconsult, S.A.	1.594.175	73.229	116.973	87.362
Metrocom, S.A.	1.603.058	21.461	49.904	0
Publimetro, S.A.	1.741.140	88.162	0	4.500
Fernave, S.A.	750	0	0	0
<b>Total</b>	<b>4.939.122</b>	<b>182.852</b>	<b>166.877</b>	<b>91.862</b>

Un.: €

Transacções 2008	Imobilizado em curso	Fornecimentos e serviços externos	Custos diferidos	Custos com pessoal	Imobilizado corpóreo
Ferconsult, S.A.	14.381.642	377.772	936.597	0	2.182.257
Metrocom, S.A.	0	6.000	0	0	0
Fernave, S.A.	0	111.291	0	195	0
<b>Total</b>	<b>14.381.642</b>	<b>495.063</b>	<b>936.597</b>	<b>195</b>	<b>2.182.257</b>

## 1.4 Informação sobre outras transacções

### Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços

As aquisições de bens e serviços pelo ML são regidas pelo regime constante dos Decretos-Leis n.ºs 59/99 de 2 de Março, 197/99, de 8 de Junho, 223/01, de 9 de Agosto e do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos e que entrou em vigor em 30 de Julho de 2008 (sendo aplicável a todos os procedimentos de contratação pública iniciados após aquela data).

As adjudicações cujo objecto consistiu em entregas complementares por fornecedores iniciais, destinadas a ampliação ou substituição parcial de equipamentos ou instalações já existentes (motivadas pela necessidade de compatibilidade técnica face à existência de material com características técnicas na Empresa) foram realizadas ao abrigo do disposto nas alíneas c) e g), do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto e dos artigos 24.º, 26.º e 27.º do CCP.

No âmbito da RCM n.º 49/2007, indicam-se:

- Transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado:  
As transacções efectuadas pelo ML ocorreram em condições de mercado, com estrito cumprimento das normas legais que disciplinam essa matéria.
- Lista de fornecedores que representam mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos (superiores a um milhão de euros):
 

2045 EMPRESA DE SEGURANÇA, S.A.	m€ 4.635
COMPANHIA SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL	m€ 3.420
EDP – Serviço Universal, S.A.	m€ 6.441
GRUPO 8 – Vigilância e Prevenção	m€ 3.128
OTLIS – Operadores de Transportes	m€ 3.077

### Concursos Públicos Internacionais

Em 2008 foram lançados 21 Concursos Públicos Internacionais pelo ML, tendo sido celebrado contrato com as seguintes entidades:

- SCHNEIDER ELECTRIC, EFACEC ENGENHARIA SYSMAKER, ACE – “Fornecimento, instalação e colocação em serviço de sistema de supervisão de instalações técnicas (SSIT) para as estações do ML e sua centralização nos postos do PCC” (€ 2.152.914);
- SATEPOR, SA – “Fornecimento de travessas bibloco de betão VSB para os troços Alameda/Campolide, Oriente/Aeroporto e Amadora Este/Reboleira” (€ 1.151.370);
- RAILTECH INTERNATIONAL, SA – “Fornecimento de pantufas elásticas, placas microcelulares e palmilhas para os troços Alameda/Campolide, Oriente/Aeroporto e Amadora Este/Reboleira” (€ 761.508);
- MONTEMEÃO, SA – “Fornecimento de 500 bancos rebatíveis de passageiros para unidades de tracção” (€ 155.500);
- DIMETRONIC, SA – “Projecto, fornecimento, instalação, ensaio e colocação em serviço dos equipamentos de sinalização ferroviária relativos às expansões a S. Sebastião, Campolide e Aeroporto e a sua centralização no PCC” (€ 5.603.483); “Projecto, fornecimento, instalação, ensaio e colocação em serviço do sistema de regulação automática da circulação ferroviária do ML e cálculo e afixação do tempo de espera em estação pelo próximo comboio, no CTC das linhas A/B/C” (€ 743.690);
- CDM Portugal – “Fornecimento e instalação de sistemas de isolamento Anti-Vibratório nos troços Alameda II /S. Sebastião II” (€ 756.916);
- VAMARO, SA – “Refrescamento das Instalações da Restauração do PMOIII” (€ 41.142);
- EFACEC ENGENHARIA, SA – “Fornecimento e instalação das subestações de tracção, das redes de média tensão e tracção eléctrica, e dos sistemas complementares de segurança na linha Vermelha, troços Alameda/S. Sebastião” (€ 4.279.947);

- VIAALAMEDA II – S. SEBASTIÃO II, ACE – “Instalação de Via nos troços Alameda II/S. Sebastião II e Integração com a rede existente” (€ 4.822.000);
- GRUPO 8, LDA – “Recolha e tratamento de valores e de fundos de troços” (€ 45.449);
- GSA, LDA – “Fornecimento de isoladores para suporte de carril de energia para os troços Alameda/Campolide, Oriente/Aeroporto e Amadora Este/Reboleira” (€ 432.830);
- LANDATA INGENIERIA, SA – “Manutenção preventiva e correctiva ao sistema de transmissão de dados por fibra óptica” (€ 48.950);
- ENA PORTUGAL – “Fornecimento de telefones estanques para as estações e galerias no âmbito da expansão da rede” (€ 95.200);
- SOTÉCNICA, SA – “Fornecimento e montagem de postos de seccionamento e transformação das estações e troços Alameda/S. Sebastião e das estações Saldanha I e S. Sebastião I” (€ 724.823);
- RARI, LDA – “Fornecimento e Instalação de Serralharias, Cabinas de Bilheteira e Painéis de Informação A0 e A1, nas estações de S. Sebastião I e II e Saldanha I e II” (€ 264.106); “Fornecimento e instalação de sinalética nas estações de S. Sebastião I e II e Saldanha I e II” (€ 281.024); “Fornecimento e instalação de mobiliário nas estações de S. Sebastião I e II e Saldanha I e II” (€ 112.078);
- NOVA ESTAÇÃO, ACE – “Concepção/construção dos toscos do prolongamento Amadora Este/Reboleira” (€ 39.785.000);
- SOMAGUE, BPC, MOTA-ENGIL, SPIE-SBMS, ACE – “Execução dos acabamentos, Baixa Tensão, Telecomunicações e AVAC das estações Saldanha I e II e do Poço de Ventilação (PV 195)” (€ 6.998.000);
- SBMS, ACE – “Execução dos Acabamentos, Baixa Tensão, Telecomunicações e AVAC das estações S. Sebastião I e II e Poço de Ventilação (PV 196)” (€ 11.475.000);
- SPIE BATIGNOLLES EUROPE – “Manutenção e reabilitação estrutural da galeria do troço 2 (Jardim Zoológico/Praça Espanha)” (€ 285.891).

## 1.5 Membros dos órgãos sociais e suas competências

### Conselho de Gerência

O presente Conselho de Gerência foi nomeado, em 2 de Novembro, pela RCM n.º 101/2006, para um mandato de três anos.

#### Funções e Responsabilidades dos Membros do CG:

	Conselho de Gerência	Eleição	Mandato
Presidente	Dr. Joaquim José Oliveira Reis	02/11/2006	2006/2009
Vogal 1	Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Morais Correia	02/11/2006	2006/2009
Vogal 2	Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob	02/11/2006	2006/2009
Vogal 3	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	02/11/2006	2006/2009
Vogal 4	Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette	02/11/2006	2006/2009

#### Presidente do Conselho de Gerência (PCG)

##### Dr. Joaquim Reis

- Representação Institucional do ML
- Autoridade de Segurança
- Secretaria-Geral e Comunicação
- Economia e Finanças
- Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (vertente orçamento e controlo de gestão)
- Sistemas e Tecnologias de Informação
- Gabinete de Auditoria
- **Participadas:** Presidente do CA da Ferconsult, S.A.; Presidente do CA da Metrocom, S.A.; Presidente da AG da Ensitrans, A.E.I.E.; Vogal da Trem, A.C.E.; Vogal da Trem II, A.C.E.

#### Vogal do Conselho de Gerência (substituto do Presidente):

##### Eng.º Morais Correia

- Gestão de Infra-estruturas
- Gestão de Projectos e Obras de Expansão e Modernização da Rede
- Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (vertente gestão e projecto de obra)
- **Participadas:** Vogal da Ferconsult, S.A.; Vogal da Ensitrans, A.E.I.E.; Vogal da Sotrans, S.A.

#### Vogal do Conselho de Gerência

##### Eng.º Jorge Jacob

- Exploração Comercial
- Exploração Industrial
- Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (vertente comercial e expansão)
- Desenvolvimento da função Marketing Estratégico e Operacional;
- Património Artístico e Histórico, conjuntamente com o CG/Dr. Pedro Bogas;
- **Participadas:** Vogal da Publmetro, S.A. (até Maio/2008) \*; Presidente da AG da Metrocom, S.A.

#### Vogal do Conselho de Gerência

##### Dr. Pedro Bogas

- Recursos Humanos
- Gabinete Jurídico e de Contencioso
- Património Artístico e Histórico, conjuntamente com o CG/Eng.º Jorge Jacob
- **Participadas:** Administrador da Metrocom para o triénio 2008/2010 (desde 2/Junho/2008) Vogal da Publmetro, S.A. (até Maio/2008) \*; Presidente da AG da Ferconsult, S.A.; Presidente da AG da Sotrans, S.A.

\*Substituídos, desde Maio de 2008, pela Assessora do CG - Dr.ª Maria Margarida Matos Mota da Silva Carvalho.

### Vogal do Conselho de Gerência

#### Dr. Miguel Roquette

- Provedor Arbitral
- Relações com a Câmara Municipal de Lisboa, acompanhando a vertente institucional a cargo do PCG.
- **Participadas:** Administrador da Metrocom para o triénio 2008/2010 (desde 2/Junho/2008); Presidente da AG da Publmetro, S.A.; Presidente da AG da Gil, S.A.

### Comissão de Fiscalização

A actual Comissão de Fiscalização foi nomeada por Despacho Conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e dos Transportes, de 26 de Outubro de 1998 por um período de três anos, renováveis.

	Comissão de Fiscalização	Eleição	Mandato
Presidente	Dr. Renato Augusto Vieira Campos	26/10/1998	1998/2001
Vogal 1	Caiano Pereira, António e José Reimão, SROC, representada por: Dr. Luís Pedro Caiano Pereira (ROC n.º 842)	26/10/1998	1998/2001
Vogal 2	Dr. Evaristo da Cruz Branquinho	26 /10/1998	1998/2001

#### Presidente

#### Dr. Renato Campos

#### Vogais

Caiano Pereira, António e José Reimão, SROC, representada por:

Dr. Luís Caiano Pereira em representação da firma

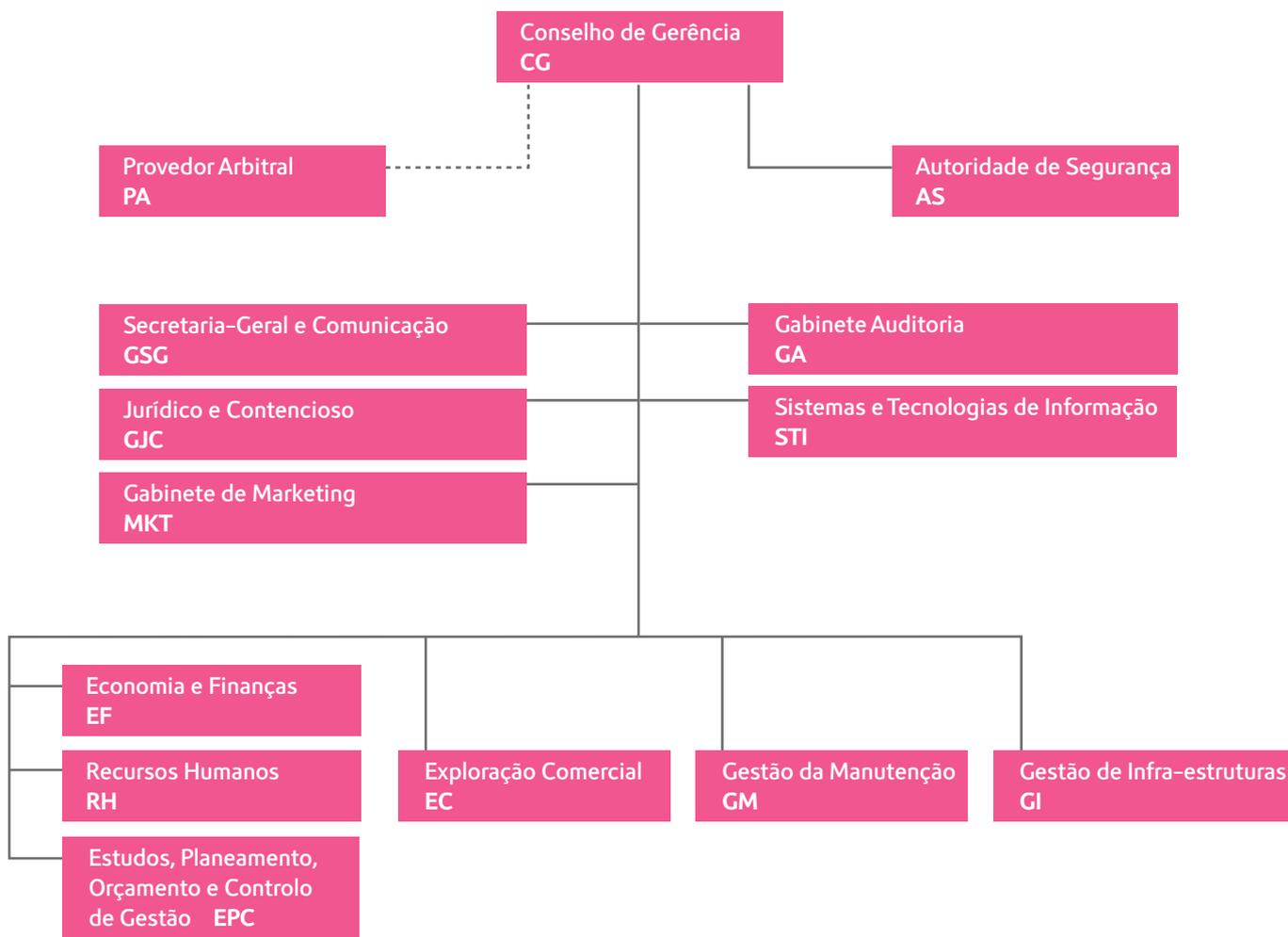
Dr. Evaristo Branquinho

**Nota:** Por Despacho do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças n.º 192/08-SETF de 18 de Março, a firma Caiano Pereira, António e José Reimão, SROC passou a ser representada pelo Dr. Luís Pedro Caiano Pereira (ROC n.º 842), em substituição do Dr. José Jorge da Costa Martins Reimão (ROC n.º 309).

## 1.6 Estrutura organizacional

Atento à necessidade da Empresa comunicar mais e melhor com os seus clientes, o ML decidiu autonomizar a função Marketing. Em Março de 2008, foi criado o Gabinete de Marketing e nomeado o Dr. Miguel Rodrigues para Chefe de Gabinete.

Já em Janeiro de 2009, o CG aprovou o novo modelo organizacional da Área de **Gestão de Manutenção (GM)**, integrando colaboradores da Área de Exploração Industrial (EI), bem como a manutenção de infra-estruturas da GI (energia, sinalização, via férrea, comunicações e instalações), pondo termo à EI e, conseqüentemente, reestruturando a Área de Gestão de Infra-estruturas. Posteriormente e dadas as alterações legislativas em matéria de relato e transparência de actividade e das políticas do Bom Governo, entendeu o CG proceder, em Março, à reestruturação do EPC, dotando-o de acrescidas funções e passando este órgão de Gabinete para Direcção.



EC - Exploração Comercial  
 GM - Gestão de Manutenção  
 GI - Gestão Infra-estruturas  
 EF - Economia e Finanças  
 RH - Recursos Humanos  
 EPC - Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão  
 AS - Autoridade de Segurança  
 GSG - Secretaria-Geral e Comunicação  
 GJC - Jurídico e Contencioso  
 MKT - Gabinete de Marketing  
 GA - Gabinete de Auditoria  
 STI - Sistemas e Tecnologias de Informação  
 PA - Provedor Arbitral <sup>3</sup>

Eng.º Pedro Machado Vazão de Almeida  
 Eng.º José Osvaldo Bagarrão  
 Eng.º João Afonso Monteiro Correia  
 Dr. José Maria Ferreira de Melo  
 Dr.ª Maria Paula Ferreira Freitas Martins Sanchez Jorge  
 Dr. Luís Filipe Pereira Melo de Almeida  
 Eng.º Armando Silva Neves  
 Dr. António José Pinto Mendes Mourão  
 Dr. Nuno Mariano Agostinho Soares  
 Dr. Miguel Matos Silva Rodrigues  
 Dr. José António Carballo Sequeira  
 Dr. Carlos José Duarte Rocha  
 Dr. Guilherme da Palma Carlos

<sup>3</sup> Órgão autónomo com estatuto próprio.

## 1.7 Remuneração dos membros dos órgãos sociais

### Estatuto remuneratório fixado – 2008

#### Remunerações ilíquidas

Conselho de Gerência		Comissão de Fiscalização	
Presidente	Remuneração base de € 4.752,55, 14 vezes por ano; Despesas de representação € 1.663,39, 12 vezes por ano; Adicional mensal, no montante de € 843,65.	Presidente	Remuneração base de € 1.188,14, 12 vezes por ano.
Vogais	Remuneração base de € 4.204,18, 14 vezes por ano; Despesas de representação € 1.261,65, 12 vezes por ano; Adicional mensal, no montante de € 843,65.	Vogal 1	Remuneração base de € 1.188,14, 12 vezes por ano (excepcionalmente, em 2008 foram 10 vezes).
		Vogal 2	Remuneração base de € 950,51, 12 vezes por ano.

### Estatuto remuneratório do Conselho de Gerência – 2008

Base de Cálculo => Grupo A - Grau de complexidade 1

Un: €

	Joaquim Reis Presidente	Morais Correia Vogal 1	Jorge Jacob Vogal 2	Pedro Bogas Vogal 3	Miguel Roquette Vogal 4
<b>1. Remuneração</b>					
1.1 Vencimento base	57.030,60	50.450,16	50.450,16	50.450,16	50.450,16
1.2 Despesas de representação (a)	19.960,68	15.135,00	15.135,00	15.135,00	15.135,00
1.3 Remuneração adicional (b)	5.905,55	5.905,55	5.905,55	5.905,55	5.905,55
1.4 Subsídio de férias	5.596,20	5.047,83	5.047,83	5.047,83	5.047,83
1.5 Subsídio de Natal	4.752,55	4.204,18	4.204,18	4.204,18	4.204,18
1.6 Outras remunerações (c)	--	--	--	--	--
<b>2. Outras regalias e compensações</b>					
2.1 Plafond máximo para uso de telemóvel	135 € / mês	135 € / mês	135 € / mês	135 € / mês	135 € / mês
2.2 Valor médio de telemóvel utilizado	0,05 € / mês	44 € / mês	49 € / mês	25 € / mês	45 € / mês
2.3 Valor aquisição viatura serviço(ano 2000)(d)	--	--	--	--	40.323,10
2.4 Valor combustível gasto c/ viatura serviço	1.303,06	1.787,95	4.317,75	1.952,59	2.454,76
2.5 Subsídio de deslocação (ano 2008)	--	--	--	--	--
2.6 Subsídio de refeição (e)	10,06 € / dia	10,06 € / dia	10,06 € / dia	10,06 € / dia	10,06 € / dia
2.7 Outros: Renting - viatura de serviço (f)	1.001,13	1.052,83	1.082,45	1.074,99	--
<b>3. Encargos com benefícios sociais</b>					
3.1 Segurança Social obrigatório	15.640,82	13.993,69	--	13.997,00	13.990,39
3.2 Planos complementares reforma	não	não	não	não	não
3.3 Seguros de vida	não	não	não	não	não
3.4 Seguros de saúde (g)	ML	ML	ML	ML	ML
<b>4. Informações adicionais</b>					
4.1 Opção pelo vencimento de origem	não	não	não	não	não
4.2 Regime de Segurança Social	Seg. Social	Seg. Social	CGA	Seg. Social	Seg. Social
4.3 Cumprimento n.º 7 da RCM 155/2005	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
4.4 Ano de aquisição de viatura pela empresa	2005	2007	2007	2007	2000
4.5 Opção de aquisição de viatura de serviço	não	não	não	não	não
4.6 Usufruto de casa de função	não	não	não	não	não
4.7 Exerc. funções remuneratórias fora grupo	--	--	--	--	--

## Estatuto remuneratório da Comissão de Fiscalização – 2008

Un: €

	Renato Campos Presidente	SROC * Vogal 1	Evaristo Branquinho Vogal 2
<b>1. Remuneração</b>			
1.1 Vencimento base	14.257,68	11.881,40	11.406,12
1.2 Despesas de representação	--	--	--
1.3 Remuneração adicional	--	--	--
1.4 Subsídio de férias / Natal	1.188,14	--	950,51
1.5 Outras remunerações	--	--	--
<b>2. Encargos com benefícios sociais</b>	--		Seg. Social
2.1 Segurança Social obrigatório	--	--	3.160,48

\* Caiano Pereira, António e José Reimão, SROC.

- (a) O subsídio para despesas de representação fixado por Despacho Ministerial corresponde a € 1.663,39 e € 1.261,25 mensais, respectivamente para o Presidente e para os vogais do Conselho de Gerência.
- (b) 30% do valor padrão constante no Despacho n.º 8035/2002 de 26 de Março (actualmente fixado em € 2.812,16), o qual desde essa data, resulta em € 843,65 mensais, decorrente do facto de também exercerem funções de gestão nas empresas ou entidades onde o ML detém participações.
- (c) Contas de saída por motivo de exoneração.
- (d) O valor de aquisição da viatura, pela Empresa, inclui IVA a 17%.
- (e) Conforme CS 611349, de 28 de Agosto de 2008.
- (f) O valor do *renting* é mensal. Inclui a renda (+IVA a 21%) e seguro.
- (g) Seguro geral da Empresa – caso o pretendam, cada membro do CG, pode suportar as despesas próprias do custo mensal da extensão do seguro ao seu familiar (€ 46,60 pelo cônjuge, € 28,00 por cada filho menor, e € 46,10 por cada filho maior), à semelhança de todos os trabalhadores da empresa.

## 1.8 Análise de sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, social e ambiental

### 1.8.1 Dimensão económica

#### Enquadramento macroeconómico

A recessão económica verificada em 2008, em especial no final do ano, atingiu proporções globais quer a nível geográfico quer ao nível dos mercados financeiros. Os efeitos desta crise, que ainda hoje persiste, sentir-se-ão no ano de 2009.

Com efeito, assistiu-se quer à deterioração da procura global, quer das condições de financiamento, o que levou os principais bancos centrais, em particular o Banco Central Europeu (BCE) e a Reserva Federal Norte-Americana (FED), a intervirem fortemente nos mercados através de sucessivos cortes nas taxas de refinanciamento. Numa economia com elevada dependência do financiamento externo, como é a portuguesa, este facto assume especial relevância. Devido à sua integração a nível económico e financeiro, Portugal foi fortemente atingido pela crise global. Também, o crescente aumento do preço da energia, em especial do petróleo, a que se assistiu até final do verão passado condicionou fortemente a performance da economia portuguesa.

Esta instabilidade económica e financeira ficou bem patente no principal índice bolsista português, que em 2008 perdeu quase metade do seu valor.

Contudo, o crescimento do consumo privado, ainda que de forma moderada, permitiu atenuar o efeito da quebra da procura externa, contribuindo para a quebra muito ligeira da taxa de desemprego e para a estabilidade dos preços.

Apesar das intervenções dos bancos centrais, já anteriormente referidas, e dos planos de combate à crise global, através do crescimento do investimento público, não se vislumbram alterações significativas em 2009. Efectivamente, Portugal deverá assistir a uma contracção significativa do seu Produto Interno Bruto. De igual modo, também ao nível das condições de financiamento não deverá haver grandes alterações. Dada a actual conjuntura, o aumento da aversão ao risco dos agentes financiadores e a falta de liquidez que se faz sentir no mercado são factores que irão continuar a condicionar o acesso ao crédito e a manter as taxas de juro em níveis elevados.

Para o Metropolitano de Lisboa, E.P., cujo passivo ultrapassa os 3.600 milhões de euros, o aumento das taxas de juro constitui uma forte ameaça à sua sustentabilidade, sendo inevitável o crescimento dos custos com o serviço da dívida.

Apresenta-se, de seguida, um quadro com os principais indicadores da economia portuguesa.

Indicadores Económicos	2006	2007	2008
Variação do Produto Interno Bruto	1,4%	1,8%	0,0%
Inflação (IHPC)	3,0%	2,4%	2,7%
Transportes	--	1,5%	1,7%
Ferroviários	--	2,5%	2,7%
Intermodais	--	3,6%	4,4%
Deflator do PIB	3,1%	2,5%	2,6%
OT taxa fixa a 10 anos (Dez)	4,0%	4,5%	4,0%
Taxa euribor a 3 meses (Dez)	3,7%	4,8%	3,3%
Taxa de juro de empréstimos a sociedades não financeiras (Dez)	5,4%	6,2%	6,1%
Taxa de desemprego	7,7%	8,0%	7,6%
Crescimento dos custos unitários de trabalho, por trabalhador	1,4%	1,6%	3,4%
Saldo global das administrações públicas (em relação ao PIB)	-3,9%	-2,6%	-2,6%
Dívida pública consolidada (em relação ao PIB)	64,7%	63,5%	66,4%

• **Eficiência na gestão do produto**

Para correcta análise da evolução dos proveitos provenientes de cada tipo de título de transporte apresenta-se o quadro da pág. 43 a preços de 2006. Para o efeito, foi utilizada a inflação específica de cada título, calculada através dos índices publicados no sítio da internet do Instituto Nacional de Estatística.

Tipo de título	2006/07	2006/08
Próprios	2,50%	5,27%
Intermodais e combinados	3,60%	8,20%

Na tabela seguinte observa-se uma remuneração real por passageiro crescente em todos os tipos de títulos, com excepção dos passes intermodais (passes sociais).

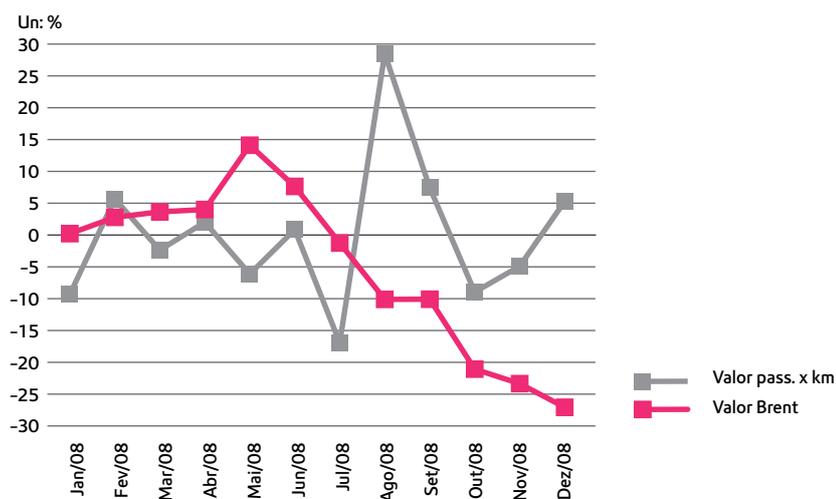
Títulos			2006	2007	2008
Próprios	Receitas	€	30.677.313	33.094.075	31.891.307
	Passageiros	n.º	58.528.193	62.350.902	59.649.816
	Receita/Passageiro	€	0,524	0,531	0,535
Intermodais	Receitas	€	4.301.449	4.207.485	4.017.856
	Passageiros	n.º	30.383.911	29.308.578	28.447.161
	Receita/Passageiro	€	0,142	0,144	0,141
Combinados	Receitas	€	15.104.337	15.740.898	19.461.534
	Passageiros	n.º	69.903.852	71.099.589	77.713.609
	Receita/Passageiro	€	0,216	0,221	0,250
Total	Receitas	€	50.083.099	53.042.457	55.370.696
	Passageiros	n.º	158.815.956	162.759.069	165.810.586
	Receita/Passageiro	€	0,315	0,326	0,334

Nesta análise, é de salientar que a criação do Zapping, em 2007, título promovido pela empresa, permitiu que a remuneração média por passageiro transportado com título combinado passasse em 2008 para 75% da remuneração média total, quando em 2006 esse valor era de 68,5%.

A criação de títulos multimodais, mais apelativos para o cliente, permitiu transferir passageiros de outros tipos de títulos, para estas tarifas. Como estas tarifas representam, para a empresa e em termos unitários, remunerações superiores, foi possível no triénio, que o crescimento de 4% dos passageiros correspondesse a um aumento real da receita de 11% e um crescimento, também real, da receita por passageiro de 6%.

A tendência de crescimento do preço do petróleo e dos seus derivados, em especial dos combustíveis, verificada até Agosto do ano passado contribuiu para uma certa mudança de hábitos nas deslocações, sobretudo nas viagens de pequena distância. Este facto certamente ajuda a explicar o crescimento dos passageiros com título pago observado em 2008.

No quadro seguinte mostra-se a variação do preço do barril de petróleo no mercado londrino, em euros, face à variação dos passageiros x km transportados na rede do metro de Lisboa, com um mês de desfasamento nas cotações, por ser esse o tempo médio que o preço dos combustíveis demora a ajustar-se à variação da cotação da matéria-prima.



Fonte: Energy Information Administration (em [www.eia.doe.gov](http://www.eia.doe.gov))

#### • Eficiência da gestão financeira

Ao nível financeiro o Metropolitano de Lisboa, alcançou a sua melhor performance de sempre. Com efeito, a empresa logrou atingir uma taxa de juro média de 2,4%, bastante inferior às taxas oferecidas no mercado.

É de salientar que a política de contratos denominados SWAPS, em que se troca a taxa de juro do contrato e pré-fixada por uma taxa pós-fixada, iniciada pela empresa uns anos antes, permitiu no triénio 2006/2008 poupar mais de 160 milhões de euros em encargos financeiros de financiamento.

	2006	2007	2008	2006/08
Juros de contrato	92.438.689	121.138.544	153.712.961	66%
Juros efectivamente pagos	65.811.538	66.263.764	70.225.934	7%
Eficácia dos SWAPS	26.627.151	54.874.780	83.487.027	214%

Como se verifica, os juros a suportar de acordo com os contratos de financiamento cresceriam, no triénio, 66%, mas, em virtude da eficiência da gestão financeira da empresa, cresceram, apenas 7%. Em rigor, a empresa em 2006 pagou apenas 71%, em 2007 55% e em 2008 46% dos montantes decorrentes dos contratos de crédito em vigor.

Quer em relação às obrigações do tesouro com taxa fixa e a 10 anos, sensivelmente a mesma maturidade da dívida do ML, quer em relação aos empréstimos a sociedades não financeiras, a empresa conseguiu taxas de juro bastante mais vantajosas graças às operações atrás citadas.

Taxa	2006	2007	2008
OT taxa fixa a 10 anos	4,0%	4,5%	4,0%
Empréstimos a sociedades não financeiras	5,4%	6,2%	6,1%
Juro ML	2,7%	2,6%	2,4%

Fonte: Banco de Portugal (em [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt))

#### • Eficiência da gestão dos custos do trabalho

Un: €

	2006	2007	2008	2008/06
Custo de Pessoal per Capita	44.981,78	46.103,08	50.114,57	11,4%
Massa Salarial per Capita	29.579,15	30.496,23	32.372,04	9,4%
VAB per Capita	21.346,09	27.358,78	34.829,68	63,2%

Embora o custo salarial e a massa salarial per capita tenham crescido de forma superior à verificada a nível agregado (vidé quadro do capítulo “enquadramento macroeconómico”) é de frisar que o aumento da produtividade medida pelo VAB, proporcionalmente, teve uma evolução bastante acentuada. Efectivamente, o aumento do VAB per capita no triénio foi de 63% ou seja 5,5 vezes superior ao crescimento verificado nos indicadores relativos ao custo com pessoal.

#### • Eficiência global da gestão

Para mero exercício de avaliação da conta de exploração utilizou-se o deflador da economia portuguesa, constante do quadro relativo aos principais indicadores económicos da economia portuguesa, para deflacionar as demonstrações de resultados da empresa de 2007 e 2008 para preços de 2006, de forma a poder efectuar comparações.

Un: €

	2006	2007	2008	2008/06
<b>POC Proveitos</b>				
71 Vendas	11.929	14.548	17.335	45%
72 Prestações de Serviços	56.278.150	60.939.150	64.716.576	15%
7295 Prestações Internas	76.400.657	64.989.050	66.311.822	-13%
73 Proveitos Suplementares	902.763	885.393	835.799	-7%
74 Subsídios à Exploração	21.641.174	22.583.311	23.829.872	10%
75 Trabalhos para a Própria Empresa	2.781.777	3.266.652	4.882.745	76%
76 Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	7.281.479	7.197.640	6.968.438	-4%
77 Reversões e Ajustamentos	237.340	67.754	11.066.163	4563%
<b>Total dos Proveitos Operacionais</b>	<b>89.134.612</b>	<b>94.954.448</b>	<b>112.316.928</b>	<b>26%</b>
<i>Total dos Prov. Oper. c/ Prest. Internas</i>	<i>165.535.269</i>	<i>159.943.498</i>	<i>178.628.750</i>	<i>8%</i>
78 Proveitos e Ganhos Financeiros	1.243.637	2.382.051	1.582.794	27%
79 Proveitos e Ganhos Extraordinários	538.356	150.186	5.239.468	873%
<b>Total dos Proveitos</b>	<b>90.916.605</b>	<b>97.486.685</b>	<b>119.139.189</b>	<b>31%</b>
<i>Total dos Proveitos com Prest. Internas</i>	<i>167.317.262</i>	<i>162.475.735</i>	<i>185.451.012</i>	<i>11%</i>

Un: €

		2006	2007	2008	2008/06
<b>POC</b>	<b>Custos</b>				
61	Custo Existências Vendidas	2.276.644	1.785.381	3.587.361	58%
62	Fornecimentos Serviços Externos	43.008.099	40.919.697	38.841.423	-10%
6295	<i>Prestações Internas</i>	76.400.657	64.989.050	66.311.822	-13%
63	Impostos	242.431	241.814	220.913	-9%
64	Custos com Pessoal	82.696.173	86.399.729	76.584.455	-7%
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	188.409	312.915	375.913	100%
66	Amortizações do Exercício	38.204.819	36.810.597	36.147.932	-5%
67	Provisões do Exercício	0	20.861	1.165.841	--
<b>Total dos Custos Operacionais</b>		<b>166.616.575</b>	<b>166.490.994</b>	<b>156.923.838</b>	<b>-6%</b>
	<i>Total dos Custos Oper. c/ Prest. Internas</i>	<i>243.017.232</i>	<i>231.480.044</i>	<i>223.235.660</i>	<i>-8%</i>
68	Custos e Perdas Financeiras	69.495.735	70.415.048	79.072.981	14%
69	Custos e Perdas Extraordinárias	1.715.583	1.250.470	3.597.463	110%
<b>Total dos Custos</b>		<b>237.827.893</b>	<b>238.156.512</b>	<b>239.594.282</b>	<b>1%</b>
	<i>Total dos Custos com Prest. Internas</i>	<i>314.228.550</i>	<i>303.145.562</i>	<i>305.906.104</i>	<i>-3%</i>
<b>Resultados Operacionais</b>		<b>(77.481.963)</b>	<b>(71.536.546)</b>	<b>(44.606.910)</b>	<b>42%</b>
<b>Resultados Financeiros</b>		<b>(68.252.098)</b>	<b>(68.032.997)</b>	<b>(77.490.187)</b>	<b>-14%</b>
<b>Resultados Correntes</b>		<b>(145.734.061)</b>	<b>(139.569.543)</b>	<b>(122.097.097)</b>	<b>16%</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>		<b>(1.177.227)</b>	<b>(1.100.284)</b>	<b>1.642.005</b>	<b>239%</b>
86	Imposto s/ Rendimento do Exercício	32.391	34.544	51.024	58%
<b>Resultado Líquido</b>		<b>(146.943.679)</b>	<b>(140.704.371)</b>	<b>(120.506.116)</b>	<b>18%</b>

É de notar que, com excepção do crescimento registado nos custos financeiros, aliás, e como já se viu, bem abaixo do que era exigível, todos os restantes custos agregados desceram, com especial relevância dos custos operacionais que diminuíram 6%, contra uma subida de 26% dos proveitos operacionais. Em contrapartida, todos os resultados agregados, mais uma vez com excepção dos financeiros, subiram significativamente, sendo de assinalar o crescimento real dos resultados operacionais, que se cifrou em 42%. Os custos com pessoal decresceram 7%, em termos reais, contribuindo decisivamente para a desejável redução dos custos operacionais, o que a par dos incrementos reais das receitas de exploração contribuiu para que a empresa apresente o seu melhor resultado dos últimos 10 anos.

## 1.8.2 Dimensão ambiental

A este nível, e relativamente à Expansão da Rede, tem sido efectuado o acompanhamento Ambiental das empreitadas de construção em execução, de modo a assegurar a implementação das medidas de minimização recomendadas e, para os projectos em estudo, têm sido desenvolvidos os respectivos Estudos de Impacte Ambiental e, se exigido legalmente, os procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental.

Ao nível da exploração deu-se continuidade à eliminação dos títulos magnéticos, iniciada no ano anterior, dando assim um passo importante na concretização da política dos três Rs – Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

Foi lançado concurso para implementação de painéis solares nos PMO, para aquecimento de água nos balneários, instalações sanitárias e refeitórios, e elaborado o projecto (fase de estudo prévio) de instalação de painéis foto voltaicos, para redução de dependência energética, no edifício administrativo do PMO III.

A Empresa pretende implementar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), com base nas normas NP EN ISO 14001:2004, com o objectivo de gerir de modo contínuo e gradual os aspectos ambientais, tendo em vista a Certificação Ambiental da totalidade da Empresa, incluindo o serviço de exploração e novos prolongamentos.

A sua implementação, visa a melhoria contínua do desempenho ambiental, envolvendo a actualização da legislação ambiental e melhoria do Plano Integrado de Gestão de Resíduos, bem como a realização de diversos estudos relativos aos descritores ruído, vibrações, água, ar, resíduos, entre outros.

### 1.8.3 Dimensão social

O ML enquanto agente promotor da coesão social e do desenvolvimento sustentado, com elevada responsabilidade social no seio da comunidade em que se insere, desenvolveu em 2008 diversas acções sociais, nas áreas da cultura, da educação, da saúde, da assistência social e da ecologia, através de concessão de apoios e da cedência de espaços privilegiados para divulgação de eventos nas estações e carruagens.

#### Concessão de apoios e patrocínios

- Apoio à reabertura do Teatro Villaret, contribuindo financeiramente para a realização dos trabalhos necessários de remodelação. A nova “estreia” do Villaret ficou a cargo da peça “A Gorda – Fat Pig”, seguida pelo musical “Fungagá MP3”. Como contrapartida, os colaboradores do ML puderam contar com bilhetes para assistir a estas peças (entre 25 de Março e 31 de Dezembro);
- Patrocínio da 2.ª edição do festival “Dias da Música em Belém”, realizado no CCB entre os dias 18 a 22 de Abril, onde estiveram reunidos para além de um conjunto de músicos, formações de câmara de elevada qualidade. O ML ofereceu ingressos para três concertos, através da realização de um passatempo que decorreu no site ML ([www.metrolisboa.pt](http://www.metrolisboa.pt));
- No âmbito do protocolo estabelecido com o Ministério da Cultura, apoiou, através da divulgação, a exposição “José Saramago: A consistência dos sonhos” que esteve patente no Palácio da Ajuda. Como contrapartida foram oferecidos à empresa 50 convites duplos para a inauguração (entre 23 de Abril e 27 de Julho);
- Para assinalar as comemorações dos 250 anos do plano urbanístico aprovado pelo Marquês de Pombal para a zona da Baixa de Lisboa, após o terramoto, a CML com o apoio do ML realizou, no Pátio da Galé – Praça do Comércio, a exposição “Lisboa 1758, O Plano da Baixa hoje”. Como contrapartida os colaboradores do ML e familiares tiveram a hipótese de visitar a exposição gratuitamente (19 de Junho a 1 de Novembro).

#### Divulgação de eventos e cedência de instalações

- Cartão Saúde da AMI, visando desenvolver acções de informação sobre este Cartão da AMI (entre Fevereiro e Dezembro);
- Disponibilização de espaço nas estações, entre Fevereiro e Dezembro, para a realização de rastreios cardiovasculares e instalações de bancas com vista à angariação de fundos e divulgação da Fundação Ciclo Vida;
- Realização nas estações de rastreios cardiovasculares (21 de Março) aos passageiros do metro e divulgação das actividades desenvolvidas pela Fundação Portuguesa de Cardiologia (FPC);
- Projecto “Face to Face” – da Amnistia Internacional (AI), com a divulgação nas estações do trabalho desenvolvido pela AI Portugal, e angariação de novos apoiantes e/ou membros (meses de Março, Abril e Dezembro);
- Associação às comemorações do 12.º Aniversário da RDP África – “12 anos, 12 horas ao vivo, 12 artistas”, promovendo uma emissão especial de rádio ao vivo, que decorreu entre as 8:00 e as 20:00 horas, na estação Campo Grande e contou com 12 actuações ao vivo de artistas convidados. No local decorreu, ainda, uma exposição com alguns objectos pertencentes ao Museu da Rádio, lembrando como era feita a Rádio de outros tempos (4 de Abril);
- Campanha do “Pirilampo Mágico” da CERCÍ (9 de Maio a 1 de Junho);
- Realização na estação Alto dos Moinhos (Museu da Música), de um concerto do grupo Farra Fanfarra (17 de Maio) para assinalar o Dia da Música;

- Realização, numa parceria entre o ML e a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, no Auditório do Alto dos Moinhos da cerimónia de entrega do Prémio Quercus 2008 (6 de Junho);
- Divulgação do projecto “... voltar a Casa”, através da montagem de bancas e a realização de uma campanha de informação desenvolvida pela Associação Portuguesa de Crianças Desaparecidas (Julho, Setembro e Dezembro);
- Campanha “Brigadas Carbono” desenvolvida pela DECO, através da distribuição de folhetos informativos nas estações (4 e 5 de Setembro), visando sensibilizar a população para a importância da diminuição da produção de gases nocivos para o meio ambiente;
- Divulgação do Lisbon Village Festival nas estações e através da fixação de cartazes no interior dos comboios (4 de Setembro a 4 de Outubro). O ML através do seu site promoveu um passatempo, oferecendo bilhetes para os filmes em concurso exibidos no festival;
- Realização, de um desfile de moda “Transe & tu”, do CIVEC (Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e Confecção de Lisboa), entre as estações Alto dos Moinhos e Baixa-Chiado, onde estiveram presentes cerca de 30 manequins e que serviu para a apresentação dos projectos de jovens criadores do curso “Técnico Design de Moda” (17 de Outubro). O ML cedeu, ainda, as instalações do Auditório Alto dos Moinhos para a produção do desfile;
- Instalação de um cubo e molduras gigantes, em “Homenagem António Lobo Antunes”, nas estações Entre Campos e Baixa-Chiado, alusivos à obra do escritor (21 de Outubro a 19 de Novembro);
- 19.º Festival Internacional de Banda Desenhada da Amadora (FIBDA) – a divulgação foi feita através de cartazes no interior das carruagens e do site do ML, onde decorreu, ainda, um passatempo on-line com oferta de entradas no certame. Como contrapartida, os colaboradores do ML, e à semelhança de anos anteriores, beneficiaram de ingressos oferecidos pela organização do Festival (24 de Outubro a 9 de Novembro);
- Associação à Fundação Luís Figo na luta contra a doença da tuberculose, exibindo, em seis estações de metro, a exposição de Banda Desenhada “Luís Figo e a Taça Mundial contra a Tuberculose” (3 de Novembro a 31 de Dezembro);
- “XVII Peditório Nacional da Associação Abraço”, decorreu nas estações do ML, no âmbito das comemorações do Dia Mundial contra a SIDA (29 de Novembro a 3 de Dezembro).

### **Cedência de Transporte Gratuito**

Visando fomentar, na óptica da responsabilidade social, a utilização do Metro enquanto transporte alternativo eficiente, seguro e amigo do ambiente, a Empresa disponibilizou ainda, aquando da realização dos seguintes eventos, transporte gratuito aos participantes envolvidos:

- 18.ª Meia Maratona Internacional de Lisboa (16 de Março) – havendo também afixação de cartazes no interior dos comboios;
- 3.ª Corrida do Sport Lisboa e Benfica (18 de Maio) – o ML através do seu site promoveu o Passatempo “Vem correr no Estádio da Luz com o Metropolitano”, oferecendo inscrições para a Corrida de 10 km e para a Fun Run;
- “Fight hunger, walk the World” Marcha contra a Fome, edição 2008, organizada pela TNT Express Portugal em parceria com o World Food Programme das Nações Unidas (1 de Junho);
- Lisboa Bike Tour (22 de Junho);
- 9.ª Meia Maratona de Portugal (28 de Setembro).

### **No âmbito da Semana da Mobilidade (16 a 22 de Setembro):**

- O GEOTA realizou no dia 17 de Setembro o Seminário – “A Política Ambiental na Fiscalidade sobre os Transportes”, tendo o ML cedido o Auditório do Alto dos Moinhos para a realização do mesmo;
- No âmbito da relação de cooperação que o ML tem vindo a desenvolver com a Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta (FPCUB), que visa a promoção da utilização da bicicleta como alternativa de mobilidade, a empresa cedeu gratuitamente o Auditório do Alto dos Moinhos para a realização da 3.ª Edição do prémio “Mobilidade em Bicicleta 2008”. Este evento contou com as ilustres presenças da Secretária de Estado dos Transportes, Eng.ª Ana Paula Vitorino e do Dr. Mário Soares (18 de Setembro);
- O ML em conjunto com o Oceanário de Lisboa lançou a campanha “Vá de Metro... ao Oceanário”. No dia 22 de Setembro, os portadores do cartão “Lisboa viva” puderam usufruir, de um desconto de 50% na aquisição de um bilhete de entrada no Oceanário.

#### 1.8.4 Gestão operacional do risco

Em Março de 2009, foi criado o Núcleo de “Report e Gestão de Riscos”, com o objectivo de dar cumprimento a alterações legislativas em matéria de Relato e Transparência da Actividade e a políticas de Bom Governo.

Para além de dar resposta à questão reguladora, a gestão de risco pretende desenvolver um projecto integrado, que atravesse toda a gestão do negócio, baseado numa abordagem sistematizada e metódica para identificar, reportar, prevenir, reduzir e/ou limitar os riscos potencialmente existentes e os danos causados na empresa e a todos os utilizadores (internos e externos).

Os riscos inerentes à actividade do ML estão identificados e tipificados, quer por análise directa e experiência adquirida, quer por comparação com outras redes de metropolitano.

Para além da análise permanente que a recolha de elementos estatísticos vai facultando, e que permite manter actualizados o peso de cada incidente no histórico de comportamento dos equipamentos, das pessoas e do sistema como um todo, foram também realizados estudos por empresas especializadas nesta matéria.

Os estudos já realizados têm por objectivo não só conhecer o risco na rede do ML, mas também identificar os principais factores contribuintes e apresentar propostas de medidas de minimização dos mesmos.

De forma muito breve, os principais riscos associados à actividade do ML podem ser assim descritos:

- **Operacionais:**

Os mais relevantes encontram-se associados à qualidade do serviço, à segurança na rede, a acidentes envolvendo a movimentação de passageiros, acidentes ferroviários e incêndios, tendo em conta que um único incidente grave deste tipo pode envolver um número expressivo de passageiros.

Tal como nas anteriores aberturas à exploração de novas estações, antes da inauguração da extensão Baixa-Chiado/Santa Apolónia, no final de 2007, foi efectuada uma análise dos riscos inerentes às actividades desenvolvidas nas estações Terreiro do Paço e Santa Apolónia, bem como uma avaliação das condições de segurança associadas às instalações e respectivas infra-estruturas técnicas.

Foram identificadas as medidas correctivas consideradas adequadas para complementar as condições de segurança existentes, de forma a diminuir a probabilidade de ocorrência de sinistros e a minorar as suas consequências.

Já em 2008, foram apresentadas as conclusões resultantes da auditoria ao “Sistema de Bilhética com Fecho da Rede”. Os riscos detectados foram classificados entre “Tolerável” a “Trivial”, numa escala de 4 níveis: Intolerável, Indesejável, Tolerável e Trivial.

No âmbito do projecto de avaliação do risco de queda nas estações do ML, procedeu-se ao levantamento e caracterização dos pavimentos existentes nas estações e ensaiou-se a aplicação de um produto antiderrapante.

Enquanto dono de obra, os riscos associados à fase de construção, são de diversas origens e o seu controlo inclui o cumprimento das normas no âmbito da Higiene e Segurança no Trabalho, da monitorização do cumprimento e eficácia das mesmas através da análise periódica de indicadores sociais (qualidade do ar, níveis de ruído e de electromagnetismo, entre outros).

O esforço feito pelo ML na prevenção e segurança, a nível da exploração, reflecte-se nos 50 anos de exploração sem acidentes (colisões e descarrilamentos) que envolvessem danos com passageiros.

• **Ambientais:**

No contexto das obras de construção, é efectuado um controlo inicial dos riscos ambientais, que é integrado no Estudo de Impacte Ambiental e/ou Avaliação de Impacte Ambiental do prolongamento a construir. Durante a obra, o Acompanhamento e Monitorização Ambiental baseia-se na planificação e implementação de acções visando a atenuação dos impactes ambientais negativos existentes, nomeadamente a emissão de ruído, a contaminação do ar e da água, entre outros.

Na fase posterior, isto é, nas actividades de Exploração e Manutenção, os riscos continuam a ser avaliados, nomeadamente a nível das condições de ruído e vibrações, da melhoria da qualidade do ar e no seguimento do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos.

• **Financeiros:**

Os principais riscos financeiros estão associados ao controlo da dívida e às condições de obtenção de crédito. No primeiro caso, o ML tem promovido políticas de permanente negociação e revisão das condições de financiamento, bem como uma intervenção ajustada no mercado de derivados.

Por outro lado, tendo em conta a diminuição da notação financeira da dívida portuguesa, o ML viu recentemente as suas notações financeiras atribuídas pela agência Standard & Poor's (S&P) reduzidas (de AA- para A+).

Internamente, com o intuito de prevenir actos de corrupção ou práticas ilícitas, o Gabinete de Auditoria efectuou com carácter periódico a análise de procedimentos financeiros internos, atendendo ao seu cumprimento e eficácia. No âmbito da sua actuação foram realizadas auditorias a contratos, o estudo de alterações ao projecto de execução patente no contrato do prolongamento da linha Vermelha a S. Sebastião, a análise financeira das participadas (Fernave e Ferconsult), entre outros.

## 1.9 Avaliação do Cumprimento dos Princípios do Bom Governo

Apesar de ainda não fazer parte do universo das empresas a quem foram fixados objectivos, com base em orientações estratégicas da Tutela, o ML tem actuado, no âmbito do novo modelo de governo do SEE, num quadro de racionalidade empresarial, optimização permanente dos níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, com observância das regras de ética e das boas práticas.

Neste sentido, o ML tem vindo, gradualmente, a ajustar os níveis de informação de forma a dar cumprimento aos princípios do bom governo, a que está obrigado.

A Empresa produz anualmente três documentos, entre outros, que definem a missão, objectivos e os seus princípios gerais de actuação:

- um de carácter prospectivo, denominado Plano de Empresa, onde se encontra definida a missão, os objectivos, os princípios gerais de actuação, metas e resultados expectáveis para o triénio e os Indicadores Previsionais de Gestão;
- um segundo referente às contas e à actividade desenvolvida no ano anterior;
- e um terceiro relativo à sustentabilidade.

Estes documentos são, após aprovação pela tutela, divulgados interna e externamente através de publicações produzidas para o efeito, bem como, através do site do ML e do Portal.

De acordo com o Despacho n.º 14277/2008, de 23 de Maio, e procurando dar resposta à melhoria da governação empresarial, à sua modernização, eficiência e *accountability*, foi prestada, a partir do segundo semestre, informação de forma desmaterializada à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e Inspeção Geral de Finanças (IGF), através do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

### 1.10 Código de Ética

O primeiro “Código de Ética e de Conduta do Metropolitano de Lisboa, E.P.” entrou em vigor no dia 1 de Julho de 2006, tendo sido distribuído individualmente a cada colaborador da Empresa, em formato papel.

Este código aplica-se a todas as pessoas que trabalhem ou prestem serviços ao ML, quer por via de contrato de trabalho, quer por via de contrato de prestação de serviços, contrato de estágio e, ainda, por via de uma relação de mandato. No entanto, este código deve ser igualmente observado pelos colaboradores das sociedades que estejam numa relação de grupo com o ML, seja por via de uma relação de domínio, quer seja de simples participação.

Este documento está disponível no Portal e no site do ML ([www.metrolisboa.pt](http://www.metrolisboa.pt)).







## 2. Relatório do exercício

### 2.1 Serviço prestado

O principal objectivo da Exploração Comercial é antecipar e responder, em tempo útil e de forma efectiva, às necessidades do mercado e às expectativas dos clientes, mediante uma permanente melhoria da capacidade, qualidade e fiabilidade do serviço oferecido, assente em princípios de eficácia operacional e de uma iminente racionalização dos custos de produção.

A política comercial implementada em 2008 foi influenciada por um conjunto de factores, com maior ou menor preponderância, quer na procura, quer nas receitas, de que se destacam:

- A reabertura do túnel ferroviário do Rossio em Fevereiro, com o consequente fecho integral da rede de Metro;
- O prosseguimento do sistema de bilhética sem contacto, com relevo para a eliminação, em Fevereiro, dos títulos magnéticos;
- O prolongamento do horário de exploração como garante da mobilidade de pessoas para os eventos Rock in Rio, Marchas Populares e o Concerto da Madonna;
- A conclusão da remodelação das estações Alvalade e Roma, melhorando as acessibilidades.

Para além dos factores atrás mencionados, destaque para o cartão “viva viagem”, o qual permitiu agilizar o sistema de bilhética, com a inerente melhoria na qualidade de serviço prestado ao cliente.

#### 2.1.1 Procura

Em 2008 verificou-se uma ligeira redução do número de passageiros totais transportados em 0,7%, resultante da quebra de 25,4% dos níveis de fraude (de 9,5% em 2006, para 4% a partir de Fevereiro de 2007) e dos passageiros transportados com título gratuito, na sequência do fecho da rede.

Un: 10<sup>3</sup>

	2004	2005	2006	2007	2008	Var. % 2008/07	Var. % 2008/04
Títulos próprios	56.175	57.132	58.528	62.351	59.650	-4,33	6,19
Passes intermodais	35.288	32.589	30.384	29.309	28.447	-2,94	-19,39
Passes combinados	70.123	70.414	69.904	71.100	77.714	9,30	10,82
<b>Total pagos</b>	<b>161.587</b>	<b>160.135</b>	<b>158.816</b>	<b>162.759</b>	<b>165.811</b>	<b>1,87</b>	<b>2,61</b>
Fraude e gratuitos	18.064	25.309	25.159	16.928	12.621	-25,44	-30,13
<b>Total</b>	<b>179.650</b>	<b>185.444</b>	<b>183.975</b>	<b>179.687</b>	<b>178.432</b>	<b>-0,70</b>	<b>-0,68</b>
Percurso médio por passag. (km)	4,460	4,650	4,650	4,650	4,682	0,69	4,98
Pass x km transportados	801.210	862.313	855.484	835.545	835.400	-0,02	4,27

Nota: Em 2008, o Ministério da Justiça deixou de estar incluído nos gratuitos, passando para os passageiros com título pago.

### Passageiros transportados por título de transporte

Contrariando a tendência de redução do número total de passageiros transportados (-0,7%), verificou-se um aumento do número de passageiros com título pago (+1,87%), justificado essencialmente pelo crescimento dos passageiros portadores de passes combinados.

### Evolução do número de passageiros com títulos de transporte pago

Un: 10<sup>6</sup>



### 2.1.2 Receitas de tráfego

No decorrer do ano de 2008 ocorreram duas actualizações tarifárias. A primeira aconteceu em Janeiro e correspondeu à actualização anual; a segunda, visando compensar o aumento dos combustíveis, ocorreu em Julho e, de acordo com despacho normativo do MOPTC, MFAP e MEI de Julho, incidiu apenas sobre os bilhetes, mantendo-se inalteradas as tarifas de todos os passes.

O ML, desde Fevereiro, dispõe de um sistema de bilhética totalmente sem contacto, onde estão incluídos os clientes menos frequentes.

Salienta-se, no entanto, a simplificação tarifária ocorrida em Novembro, ao nível dos bilhetes. De todos os bilhetes de utilização exclusiva de que o metro dispunha apenas duas alternativas ficaram a vigorar para os clientes menos frequentes – bilhete simples e zapping. Esta última alternativa tem um carisma especial, em termos de mobilidade multimodal, uma vez que permite usufruir de descontos, desde que associado à utilização de mais do que um operador elegido entre o Metro, a Carris, a Transtejo e a Soflusa.

Neste contexto e potenciando uma maior mobilidade e equidade no tipo de títulos e preços disponibilizados, foi criado o passe 4 18@escola.tp, destinado a crianças e jovens dos 4 aos 18 anos e que garante, ainda, um desconto de 50% nos transportes públicos. Esta medida funciona como um complemento social alternativo ao transporte escolar já existente e como um apoio às famílias numa das suas necessidades mais básicas – a mobilidade.

## Evolução das tarifas dos principais títulos

Un: €

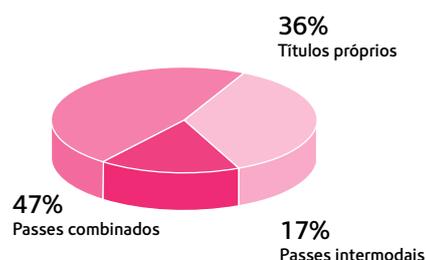
Títulos de transporte	2007 01/Jan	01/Jan	2008 01/Jul	01/Nov
<b>Bilhetes Metro</b>				
Simple - 1 zona	0,75	0,75	-	-
Simple - 2 zonas	1,05	1,05	-	-
7 Colinas Simple - 1 zona	0,70	0,75	0,80	0,80
7 Colinas Simple - 2 zonas	1,00	1,05	1,10	1,10
Ida e Volta - 1 zona	1,35	1,40	1,45	-
Ida e Volta - 2 zonas	1,90	1,95	2,05	-
Simple 10 unidades - 1 zona	6,65	6,90	7,30	-
Simple 10 unidades - 2 zonas	9,50	9,85	10,40	-
<b>Passes Metro</b>				
Urbano 30 dias	17,80	18,50	18,50	18,50
Rede 30 dias	26,20	27,20	27,20	27,20
<b>Bilhetes combinados</b>				
Zapping - 1 zona	-	0,75	0,79	0,79
Zapping - 2 zonas	-	1,05	1,10	1,10
<b>Passes combinados com Carris</b>				
Carris/Metro urbano - 30 dias	27,05	28,10	28,10	28,10
Carris/Metro rede - 30 dias	29,70	30,85	30,85	30,85
<b>Passes intermodais</b>				
L1	36,85	38,30	38,30	38,30
L12	44,35	46,10	46,10	46,10
L123	50,50	52,50	52,50	52,50

Da eliminação dos títulos magnéticos e consequente uso exclusivo de bilhética sem contacto, bem como das actualizações tarifárias, resultou no aumento de 8,04% nas receitas de bilheteira.

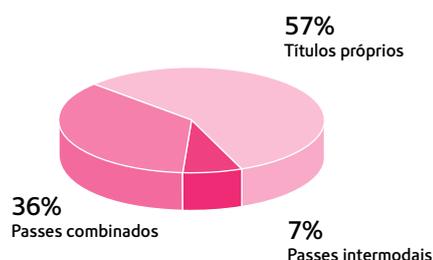
Títulos de transporte		2008	2007	Var. % 2008/07	2006	Var. % 2007/06
Passageiros	Títulos próprios	n.º 59.649.816	62.350.902	-4,33	58.528.193	6,53
	Passes intermodais	n.º 28.447.161	29.308.578	-2,94	30.383.911	-3,54
	Passes combinados	n.º 77.713.609	71.099.589	9,30	69.903.852	1,71
	<b>Total</b>	<b>n.º 165.810.585</b>	<b>162.759.069</b>	<b>1,87</b>	<b>158.815.956</b>	<b>2,48</b>
Receitas (*)	Títulos próprios	€ 33.571.978	33.921.427	-1,03	30.677.313	10,57
	Passes intermodais	€ 4.347.320	4.358.954	-0,27	4.301.449	1,34
	Passes combinados	€ 21.057.379	16.307.570	29,13	15.104.337	7,97
	<b>Total</b>	<b>€ 58.976.678</b>	<b>54.587.951</b>	<b>8,04</b>	<b>50.083.099</b>	<b>8,99</b>
Receita por Passageiro	Títulos próprios	€ 0,563	0,544	3,45	0,524	3,80
	Passes intermodais	€ 0,153	0,149	2,75	0,142	5,05
	Passes combinados	€ 0,271	0,229	18,14	0,216	6,15
	<b>Receita média</b>	<b>€ 0,356</b>	<b>0,335</b>	<b>6,05</b>	<b>0,315</b>	<b>6,35</b>

(\*) Não inclui o valor de aquisição dos cartões "Lisboa viva" e "7 colinas".

### Repartição percentual de passageiros por títulos de transporte



### Repartição percentual de receitas por títulos de transporte



Dada a vantagem na utilização do “zapping” em mais do que um operador, verificou-se alguma transferência de passageiros dos títulos próprios ML para o grupo dos passes combinados.

### 2.1.3 Oferta

Atendendo aos níveis de procura observados, foram reajustados os níveis de oferta, pelo que as variações percentuais são justificadas, essencialmente, por:

- Na linha Azul: a abertura à exploração, em 19 de Dezembro de 2007, do prolongamento da Baixa-Chiado a Santa Apolónia;
- Na linha Amarela: a transferência de passageiros da linha Amarela (Entrecampos) para a linha Azul (Jardim Zoológico), na sequência da reabertura do túnel ferroviário do Rossio, em Fevereiro.

Evolução da oferta	2008	2007	Var. % 2008/07	2006	Var. % 2007/06
<b>Carruagens x km (serviço público)</b>					
Linha Azul	8.696.286	7.495.257	16,02	7.752.041	-3,31
Linha Amarela	7.142.401	7.552.865	-5,43	7.576.799	-0,32
Linha Verde	5.629.793	5.586.309	0,78	5.529.770	1,02
Linha Vermelha	2.008.616	1.957.360	2,62	2.006.575	-2,45
<b>Total</b>	<b>23.477.096</b>	<b>22.591.791</b>	<b>3,92</b>	<b>22.865.185</b>	<b>-1,20</b>
<b>Lugares x km (10<sup>3</sup>)</b>					
Linha Azul	1.469.672	1.266.698	16,02	1.310.110	-3,31
Linha Amarela	1.207.066	1.276.434	-5,43	1.280.479	-0,32
Linha Verde	951.435	944.086	0,78	934.531	1,02
Linha Vermelha	339.456	330.794	2,62	339.111	-2,45
<b>Total</b>	<b>3.967.629</b>	<b>3.818.013</b>	<b>3,92</b>	<b>3.864.231</b>	<b>-1,20</b>

Eficiência na exploração	2008	2007	Var. % 2008/07	2006	Var. % 2007/06
<b>Circulações (serviço público)</b>					
Linha Azul	125.246	130.072	-3,71	129.324	0,58
Linha Amarela	127.161	124.316	2,29	123.374	0,76
Linha Verde	157.609	156.919	0,44	156.395	0,34
Linha Vermelha	130.470	129.455	0,78	130.705	-0,96
<b>Rede (total)</b>	<b>540.486</b>	<b>540.762</b>	<b>-0,05</b>	<b>539.798</b>	<b>0,18</b>
<b>Taxa realização de carruagens x km (%)</b>					
Linha Azul	98,83	99,23	-0,40	98,21	1,04
Linha Amarela	99,13	99,28	-0,15	98,65	0,64
Linha Verde	98,65	98,76	-0,11	97,56	1,23
Linha Vermelha	99,67	99,55	0,12	98,93	0,63
<b>Na rede</b>	<b>98,94</b>	<b>99,15</b>	<b>-0,21</b>	<b>98,27</b>	<b>0,90</b>
<b>Taxa realização de circulações (%)</b>					
Linha Azul	98,68	99,12	-0,45	98,18	0,96
Linha Amarela	99,12	99,32	-0,20	98,74	0,59
Linha Verde	98,65	98,89	-0,24	98,21	0,69
Linha Vermelha	99,74	99,55	0,19	98,24	1,33
<b>Na rede</b>	<b>99,02</b>	<b>99,18</b>	<b>-0,16</b>	<b>98,50</b>	<b>0,69</b>

## 2.1.4 Segurança

Em termos de “**Safety**” e de forma a dar continuidade aos padrões de segurança que caracterizam a Empresa, procedeu-se ao exercício de simulação de um descarrilamento para treino de pessoal interno e das entidades externas de apoio – Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (RSB), Instituto Nacional Emergência Médica (INEM), Polícia de Segurança Pública (PSP) e Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC). Foram colocados em serviço carros autónomos de resgate de feridos ou passageiros com mobilidade reduzida e entregues, um ao RSB e outro ao ML, para serem utilizados em caso de acidente.

De modo a garantir as condições de segurança na exploração e a redução dos impactos, a Autoridade de Segurança do ML fez um acompanhamento da integração das estações S. Sebastião e Saldanha.

A nível da “**Security**”, salienta-se o lançamento de anúncios na rede, alertando contra eventuais riscos de roubo e o reforço de Patrulhas da PSP na rede, como forma de prevenir acções criminosas através de serviços gratificados, para além da presença de um agente da PSP no Posto de Comando Central (PCC), em serviço remunerado, para coordenar a intervenção dos agentes no terreno.

Foi ainda efectuada uma Auditoria Externa ao sistema de bilhética do ML.

## 2.2 Recursos Materiais e Tecnológicos

De modo a garantir a operacionalidade da Rede e do Material Circulante e o consequente cumprimento de elevados níveis de funcionalidade e de disponibilidade, foi realizada, em Maio, pela Empresa SGS uma Auditoria a todas as áreas da EI, incluindo processos e procedimentos. O ML viu, assim, renovada a Certificação da Qualidade da EI, pela norma NP EN ISO 9001:2000, no âmbito da Manutenção, Consultoria Técnica, Especificações, Aquisição, Fiscalização e Serviços de Recepção de Material Circulante.

### 2.2.1 Gestão das Infra-estruturas e Equipamentos

Verificou-se, em 2008, um crescimento de 13,5%, face ao ano anterior, na taxa de realização da manutenção programada (250.467 acções programadas), situando-se nos 89,0%. O número total de ocorrências com perturbação na exploração teve uma redução de 53,3%, passando de 60 ocorrências em 2007, para 28 em 2008.

	N.º de acções realizadas			Grau de realização (%)			Var. %
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2008/07
Manutenção programada							
Energia	938	719	769	51,9	62,8	59,9	-4,6%
Instalação electromecânica	4.041	3.032	3.682	87,9	75,0	84,7	12,9%
Sinalização	9.709	8.868	8.346	81,7	90,9	101,3	11,4%
Telecomunicações	1.015	412	449	73,4	40,2	55,6	38,3%
Via férrea	195.053	182.153	209.782	74,8	78,1	89,0	14,0%
	210.756	195.184	223.028	75,2	78,4	89,0	13,5%

### 2.2.2 Engenharia e Desenvolvimento

No âmbito das actividades da GIE – Engenharia e Desenvolvimento, destaca-se a participação em:

- Estudos do grupo NOVA;
- Implementação de medidas de segurança relativas à detecção de descida indevida à via;
- Análise inter-direções de ocorrências com perturbação na exploração;
- Grupo de trabalho para o acompanhamento do estudo de viabilidade de um sistema UTO (*Unattended Train Operation*) na linha Verde;
- Planeamento e coordenação dos empreendimentos em expansão e remodelação das estações, incluindo a verificação dos projectos pelos responsáveis de disciplina e a integração das especialidades ferroviárias, nomeadamente nos empreendimentos Baixa-Chiado/Santa Apolónia, Alameda II/S. Sebastião II, Oriente/Aeroporto, S. Sebastião II/Campolide e nas estações Areeiro, Arroios, Anjos e Intendente.

Na sequência da implementação de medidas para proporcionar às pessoas com mobilidade condicionada ou reduzida, a autonomia e a participação social a que têm direito como cidadãos, procedeu-se, em 2008, à:

- Conclusão dos trabalhos de instalação de faixas de borracha nos bordos dos cais para aviso de perigo;
- Conclusão do processo de concurso para adaptação ao PNPA<sup>4</sup> da estação Colégio Militar/Luz, encontrando-se a Baixa-Chiado em fase de conclusão;
- Aprovação do normativo para ladrilhos cerâmicos de guiamento de cegos;
- Participação na aprovação do protótipo de dispositivo de fixação de cadeira de rodas nas carruagens.

No âmbito das actividades em curso por terceiros, passíveis de interferirem com as infra-estruturas do ML, a Empresa acompanhou o desenvolvimento dos seguintes projectos: obras das torres do Centro Comercial Colombo; urbanização do SCP (Sporting Club de Portugal); reparação do viaduto do Campo Grande; obras da CRIL IC-17; ampliação da estação Oriente da RAVE; obras na Rua Ivens sobre a estação Baixa-Chiado.

<sup>4</sup> Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade.

### 2.2.3 Material Circulante

A área da Exploração Industrial, que através do serviço de manutenção do material circulante assegura a disponibilidade, segurança e qualidade do mesmo renovou a sua Certificação da Qualidade (Norma NP EN ISO 9001:2000).

A nível do Material Circulante, destaque para a aplicação das metodologias de Manutenção Centrada na Fiabilidade (RCM) e Root Cause Failure Analysis (RCFA<sup>5</sup>)”.

#### Performance do Material Circulante

O Parque de Material Circulante, composto por 338 carruagens, das quais 225 são motoras e 113 são reboques, tem-se mantido inalterável desde 2003. Associada à estabilidade dos últimos anos do Parque de Material Circulante, a nova metodologia de manutenção, permitiu em 2008 a consolidação da taxa de disponibilidade da frota.

A nível da fiabilidade, verificou-se em 2008 um decréscimo de 3,0% da quilometragem média entre falhas (MKBF<sup>6</sup>)

Indicador		2008	2007	Var. 2008/07	2006	Var. 2007/06
Disponibilidade do Material Circulante	%	88,0	90,2	-2,2%	92,8	-4,9%
MKBF Quilometragem média entre falhas	km	13.253	13.659	-3,0%	12.270	4,8%

### 2.2.4 Energia

O balanço do consumo global de energia face a 2007 foi desfavorável, em resultado do crescimento de 33,7% dos outros consumos, bem como do crescimento de 3,9% dos níveis da oferta.

Verificou-se, ainda, um acréscimo de consumo dos serviços complementares e de apoio, mantendo-se praticamente estáveis os consumos da energia de tracção, apesar da entrada em exploração, em Dezembro de 2007, do troço Baixa-Chiado/Santa Apolónia. Contudo, é de referir que o consumo de tracção foi atenuado, devido a se ter procedido, em cada Subestação de Tracção, à ligação de menos um grupo de rectificação e à passagem do regime de aceleração do material circulante de A3 para A2 (sendo este menos acelerativo).

Un: milhares kWh

Consumo de energia	2008	2007	Var. % 2008/07	2006	Var. % 2007/06
Tracção	48.086	47.803	0,59	49.848	-4,10
Serviços complementares e apoio	48.471	46.523	4,19	44.889	3,64
Outros consumos	4.079	3.052	33,65	3.166	-3,60
<b>Total</b>	<b>100.636</b>	<b>97.378</b>	<b>3,35</b>	<b>97.903</b>	<b>-0,54</b>

Nota: Em 2008 foram incluídos em "Outros consumos" 1.013.679 kWh, referentes aos consumos de "Serviços diversos", facto este não registado nos anos anteriores.

Un: milhares kWh

Indicadores de consumo de energia	2008	2007	Var. % 2008/07	2006	Var. % 2007/06
Tracção / Lugar x km	0,012	0,013	-3,20	0,013	-3,69
Tracção / Passageiro x km	0,058	0,057	0,61	0,058	-1,36
Total / Lugar x km	0,025	0,026	-0,55	0,025	2,02
Total / Passageiro x km	0,120	0,117	3,36	0,114	2,23

<sup>5</sup> Identificação das causas raiz que estão na origem das falhas.

<sup>6</sup> O valor da quilometragem média entre falhas de 2008 foi calculado com base nas falhas em carruagens (sem vandalismos e outros motivos) ocorridas em exploração.

Salienta-se, ainda, o facto de em 2008 terem sido incluídos os consumos dos “Serviços diversos” nos “Outros consumos”. Neste sentido e considerando estes consumos, em 2007, teríamos então um crescimento de 2,24% nos consumos totais face um ligeiro decréscimo (-0,54%) nos “Outros consumos”.

## 2.2.5 Sistemas e Tecnologias de Informação

Para além da actividade contínua e permanente de manutenção preventiva e correctiva dos sistemas em exploração no ML, os projectos desenvolvidos durante o ano de 2008 que contribuíram de forma efectiva para uma maior agilização dos processos de negócio foram:

- Projecto “Orçamentação”, integrado com o SAP R/3, permite elaborar, controlar e aprovar os orçamentos de exploração e de investimento do ML, de forma descentralizada. Tendo por base a ferramenta BI-IP (*Business Intelligence Integrated Planning*) do SAP-BW, todas as funcionalidades (analisar valores orçamentados, comprometidos e realizados e efectuar simulações) desta ferramenta estão disponíveis em ambiente Excel, tendo sido já carregado o orçamento para o ano de 2009;
- Projecto “Implementação de novas funcionalidades no sistema SAP ECC e BW”, disponibilizando, no SAP, funcionalidades ao nível do módulo PM, MM e HR (manutenção programada e correctiva, controlo do seguro de saúde, integração do sistema SAP com outras aplicações - terminais de fiscalização e IMTT) e, no BW, indicadores de Recursos Humanos e melhorias nos indicadores de “Movimento de Passageiros”;
- Com a implementação do Projecto “VPN (*Virtual Private Network*)”, o ML passou a dispor de uma infra-estrutura que disponibiliza o acesso remoto aos seus sistemas de informação, permitindo garantir níveis de disponibilidade consideravelmente superiores. Paralelamente, é possível dispor do ambiente aplicacional standard do ML, através desta infra-estrutura, a qual permite, a partir de qualquer ponto externo, aceder à sua plataforma aplicacional;
- Foi actualizada a plataforma de “Office” existente no ML com a implementação do projecto “OFFICE 2007”. Como benefícios imediatos, salientam-se a robustez adicional desta versão e um conjunto significativo de novas funcionalidades que, no seu conjunto, se traduzem numa redução considerável de incidentes associados com a sua utilização e, conseqüentemente, com um aumento de produtividade;
- Foi implementado o módulo “Controlo da prestação de serviços dos vigilantes” na aplicação “Teleponto Plus”, o qual permite efectuar o registo e o controlo da prestação de serviço de vigilância contratada pelo ML. O arranque em exploração deverá ocorrer apenas no início de 2009.

## 2.3 Recursos Humanos

A actividade desenvolvida em 2008, no âmbito da Gestão de Recursos Humanos, privilegiou a adequação das competências profissionais existentes às identificadas como prioritárias, face ao actual ciclo de desenvolvimento da Empresa.

Neste contexto, continuou a discussão com as Associações Sindicais das propostas de novos regulamentos de carreiras e de avaliação de desempenho anteriormente elaboradas, com vista à sua inclusão no Acordo de Empresa.

### Custo do Factor Trabalho<sup>7</sup>

A racionalização e a reorganização do trabalho, permitiram garantir a contenção de recursos e contribuir para a melhoria da produtividade.

		2004	2005	2006	2007	2008	Varição 2008/07
Custo factor trabalho	10 <sup>3</sup> €	63.457	65.366	66.363	67.411	66.501	-1,3%
<u>Custo factor trabalho</u> <u>Custos operacionais</u>	%	43,6	44,4	44,2	45,1	44,0	-1,0%
<u>Custo factor trabalho</u> <u>Custos totais</u>	%	26,6	26,3	27,9	27,6	26,4	-1,2%
<u>Custo factor trabalho</u> <u>Efectivo médio</u>	10 <sup>3</sup> €	36,958	38,496	38,991	40,006	42,466	6,1%

No âmbito da contratação colectiva em 2008, continuou-se com o diálogo social iniciado em 2007, com vista à revisão global dos dois Acordos de Empresa, face à denúncia ocorrida em Setembro de 2007.

Não tendo sido possível, em tempo útil, chegar-se a um acordo global, foi formalmente assinado o Acordo de Revisão Salarial 2008 com todas as Associações Sindicais, quer as representativas do Acordo de Empresa I (Generalidade dos Trabalhadores), quer as representativas do Acordo de Empresa II (Licenciados e Bacharéis).

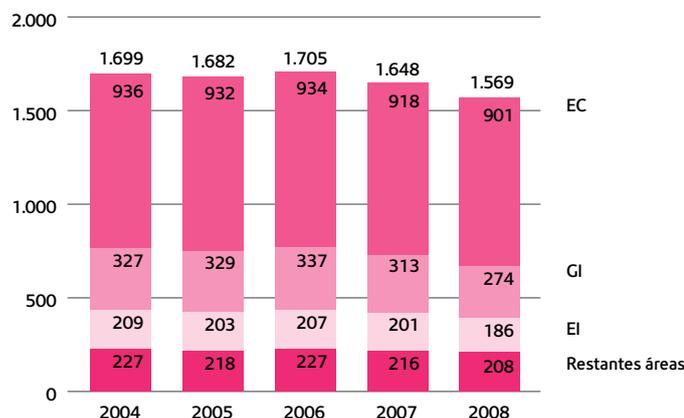
### Efectivo

Em 2008 registaram-se 35 entradas e 114 saídas de colaboradores, 104 das quais por motivo de reforma antecipada, originando uma redução do efectivo em cerca de 4,8%.

Esta movimentação permitiu dar continuidade ao processo de renovação do efectivo, bem como consolidar as melhorias de produtividade registadas nos últimos anos, nomeadamente nos últimos cinco, em que não obstante o aumento da rede em exploração e do número de estações, o número de efectivos decresceu 130 unidades.

<sup>7</sup> Na evolução dos custos deste factor e nos custos operacionais apresentados no quadro são excluídos os custos relativos aos complementos de pensões, pré-reformas, incentivos à reforma, fundo de pensões e estudo actuarial.

## Efectivo a 31 de Dezembro <sup>8</sup>



### Evolução do pessoal inactivo e a responsabilidade social

As responsabilidades sociais históricas emergentes dos Acordos de Empresa, nomeadamente o pagamento pela Empresa de complementos às pensões de reforma e de sobrevivência, determinam um expressivo e preocupante custo, que, mais uma vez, em 2008 é agravado pelo elevado número de reformas por antecipação.

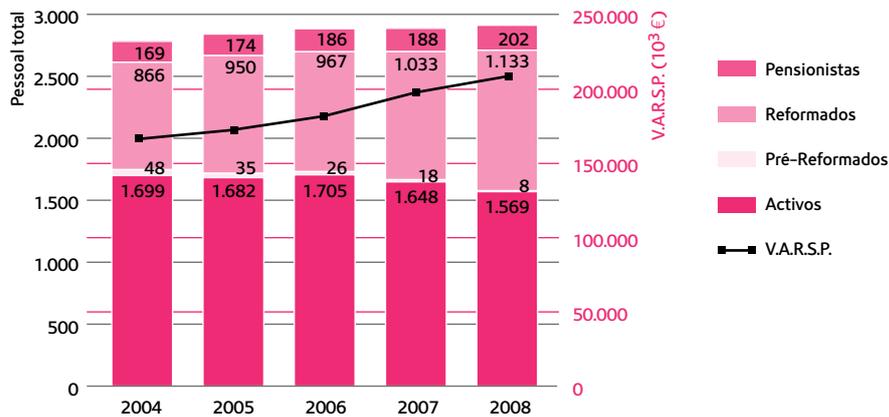
No final de 2008, o Metropolitano de Lisboa integrava um efectivo total de 2.912 pessoas, 1.569 efectivos activos e 1.343 inactivos, dos quais 8 se encontravam em situação de pré-reforma, 1.133 em situação de reforma (78 por invalidez, 415 por velhice e 640 por reforma antecipada) e 202 em regime de pensionistas.

		2004	2005	2006	2007	2008	Var. 2008/07	
							Abs.	%
<b>Pessoal Total</b>	<b>Pessoas</b>	2.782	2.841	2.884	2.887	2.912	25	0,9%
Inactivos	Pessoas	1.083	1.159	1.179	1.239	1.343	104	8,4%
Pré-Reformados	Pessoas	48	35	26	18	8	- 10	-55,6%
Reformados	Pessoas	866	950	967	1.033	1.133	100	9,7%
Pensionistas	Pessoas	169	174	186	188	202	14	7,4%
V.A.R.S.P. <sup>9</sup>	10 <sup>3</sup> €	167.731	179.527	183.336	191.868	209.586	17.719	9,2%
<u>V.A.R.S.P.</u>	10 <sup>3</sup> €	60,292	63,192	63,570	66,459	71,973	5,51	8,3%
<u>Pessoal Total</u>								
<u>Efectivo activo</u>								
<u>Pessoal Inactivo</u>	Pessoas	1,57	1,45	1,45	1,33	1,17	-0,16	-12,2%

<sup>8</sup> Dos 1.569 colaboradores que prestavam trabalho no ML, em 31 de Dezembro de 2008, 3,2% faziam-no a tempo parcial.

<sup>9</sup> Valor Actual das Responsabilidades com Serviços Passados.

### Evolução do pessoal total e responsabilidade social

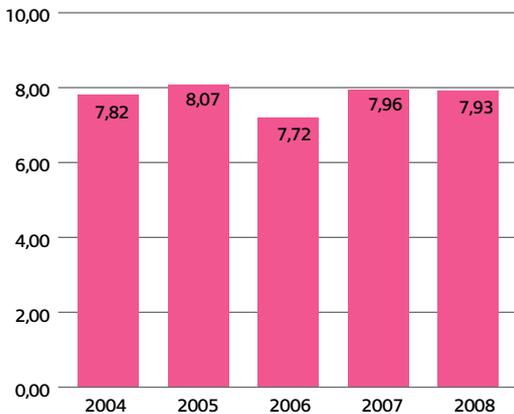


### Absentismo

Em 2008, tal como vem sendo a tendência dos últimos anos, a taxa de absentismo situou-se abaixo dos 8%, com uma ligeira redução (- 0,03%) relativamente a 2007, tendo-se fixado nos 7,93%.

### Taxa de Absentismo

Un: %



### Trabalho suplementar

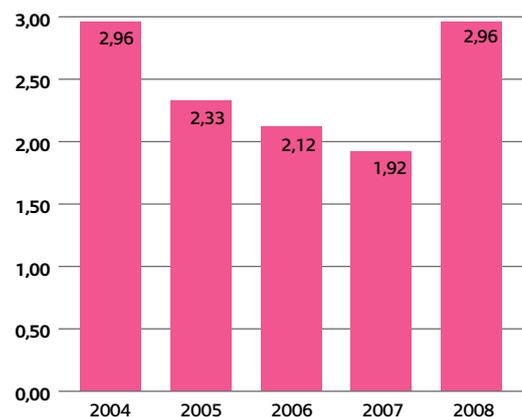
Em 2008 verifica-se um aumento da taxa de trabalho suplementar, para valores que não se verificavam desde 2004.

Não podemos deixar de salientar que a continuada redução do número de efectivos em 2007 e 2008, nomeadamente com a saída de um total de 164 colaboradores por antecipação da idade da reforma, implicaram em algumas áreas a necessidade de recurso à prestação de trabalho suplementar.

Assim, passou-se de 55.343 horas prestadas em 2007 (32,8 horas de trabalho suplementar por efectivo médio), o volume mais baixo desde 2004, para um total de 79.125,5 horas em 2008 (50,53 h/effectivo médio).

## Taxa de Trabalho Suplementar

Un: %



## Sinistralidade Laboral

Em 2008 verificou-se um agravamento da sinistralidade laboral, quer relativamente ao número de acidentes (mais 15 do que em 2007), quer quanto à gravidade dos mesmos, em que o índice de duração passou de 41 dias perdidos por acidente, em 2007, para 44, em 2008.

Acidentabilidade Laboral	2005	2006	2007	2008	Var. % 2008/07	Var. % 2008/05
Acidentes	80	97	97	112	15,5%	14,3%
Dias perdidos	4.258	3.649	4.006	4.900	22,3%	5,8%
Índice de Duração	53,2	37,6	41,3	43,8	5,9%	-7,5%
Índice de Incidência	37,69	49,35	49,26	62,58	27,0%	66,0%
Índice de Frequência	23,94	31,12	30,77	38,52	25,2%	60,9%
Índice de Gravidade	1,57	1,35	1,48	1,93	30,4%	22,9%

Em relação aos acidentes registados nos empreendimentos em que o ML é o dono de obra, o ano de 2008 ficou marcado pelo decréscimo dos índices de acidentabilidade, em contra ciclo da variação positiva de 32,2% no número de trabalhadores nas obras que passou de 9.514, em 2007 para 12.582, em 2008.

Sinistralidade nos Empreendimentos do ML	Acidentes	Dias perdidos	Índice de Duração	Índice de Incidência	Índice de Frequência	Índice de Gravidade
2008	50	1.071	21,4	3,97	20,42	437,38
2007	61	1.539	25,2	6,41	24,05	606,72
Var. %	-18,0%	-30,4%	-15,1%	-38,0%	-15,1%	-27,9%

## Formação

Encontrando-se a Empresa numa fase de consolidação das competências adquiridas, nomeadamente na área técnica, tem-se verificado nos últimos três anos, um abrandamento nos níveis de formação realizados.

	2004	2005	2006	2007	2008	Var. % 2008/07	Var. % 2008/04
Acções	520	272	287	326	199	-39,0%	-61,7%
Participações	3.034	1.302	1.320	1.775	957	-46,1%	-68,5%
Horas	57.571	20.903	23.297	16.879	24.192	43,3%	-58,0%
Custo (10 <sup>3</sup> €)	488	229	342	437	230	-47,4%	-52,9%
Horas / Efectivo médio	33,5	12,3	13,7	10,0	15,5	55,0%	-53,7%

No entanto, em 2008 verificou-se um acréscimo do volume de formação realizado, prevendo-se, para 2009, a retoma desta tendência.

Da formação realizada, destacam-se em 2008 as acções dirigidas à área oficial, bem como às temáticas relativas à Segurança e à Língua Inglesa.

## Manual de Acolhimento

O ML é uma Empresa com um longo passado mas virada para o futuro, apostando fortemente nos seus Colaboradores, pretendendo que se apresentem devidamente qualificados, quer tecnicamente no desempenho das suas funções, quer numa vertente de Empresa de Serviços: no contacto com o Cliente.

Nesta perspectiva, o ML tem vindo a produzir, ao longo do seu percurso, um documento denominado “Manual de Acolhimento” com o objectivo dos seus novos Colaboradores conhecerem numa forma sucinta o percurso da Empresa ao longo dos seus 60 anos de existência, a nível histórico, social e económico-financeiro.

Este documento está disponível no Portal do ML, sendo distribuído em papel aos novos Colaboradores.

## 2.4 Comunicação e Imagem

O ML atento à necessidade de reactivar o marketing de uma forma autónoma para que, estrategicamente, se avaliem as necessidades do cliente e os serviços prestados pela empresa, potenciando novas oportunidades de negócio e colmatando lacunas existentes na comunicação com o cliente criou, em Março, o Gabinete de Marketing.

Ao longo do ano de 2008, o ML, através do Gabinete de Marketing, em articulação com a OTLIS<sup>10</sup>, procedeu à realização de protocolos com diversas entidades de modo a criar parcerias estratégicas e vantajosas para os titulares do cartão “Lisboa viva”. Neste sentido e com o intuito de promover a utilização do transporte público, o Metro e os restantes operadores de transportes públicos de Lisboa, negociaram um novo pacote de vantagens para os utilizadores do cartão “Lisboa viva”. As parcerias em vigor são:

- **Cinemas Zon Lusomundo:** Bilhetes todos os dias a preço de 2.ª feira.
- **Jardim Zoológico:** 15% de desconto na entrada no Zoo aos titulares de cartão “Lisboa viva” de criança (desde que acompanhadas por um adulto pagante); 15% de desconto na entrada do Zoo às crianças que estejam acompanhadas por um adulto pagante titular do cartão “Lisboa viva”; 10% de desconto na entrada de pessoas com mais de 65 anos de idade, titulares do cartão “Lisboa viva”.
- **Instituto Óptico:** Descontos em produtos e serviços diversos.
- **Oceanário de Lisboa:** 15% de desconto para crianças (entre os 4 e os 12 anos) e seniores (mais de 64 anos) com a apresentação do cartão “Lisboa viva”; 10% de desconto para adultos com a apresentação do cartão “Lisboa viva”.

<sup>10</sup> Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.

- **Fundação Museu do Oriente:** Desconto de 20% na entrada no Museu do Oriente por famílias (2 adultos acompanhados por crianças até 12 anos), bastando um dos adultos ser titular do cartão “Lisboa viva”; Desconto de 10% na entrada no Museu do Oriente, para titulares do cartão “Lisboa viva”.
- **Ginásios Holmes Place:** Condições especiais na inscrição e nas mensalidades;
- **No Teatro Maria Matos:** Desconto de 10% na compra de bilhetes, para o musical “Cabaret”, que esteve em cena entre 10 de Setembro de 2008 e 15 de Fevereiro de 2009 e para a peça “Transacções” que estará em cena entre 12 de Março e 3 de Maio de 2009;
- **“West Side Story” no Teatro Politeama:** Desconto de 10% para musical de Filipe La Féria, em cena desde Janeiro 2009;
- **“Os Maias” no Teatro da Trindade:** Desconto de 10% na compra de bilhetes, em cena de 5 de Fevereiro a 26 de Abril de 2009.

Destaca-se, ainda, a criação de uma linha de *merchandising* com a marca Metro, entre outras acções a realizar em 2009, alusivas às comemorações dos 50 anos da exploração da rede.

Durante o ano de 2008 foram diversas e variadas as acções levadas a cabo por este Gabinete, das quais se destacam:

- Assinatura do Protocolo entre o MOPTC e organização do Rock in Rio/Lisboa (Abril de 2008);
- Filme de promoção à utilização dos transportes públicos (Maio de 2008);
- “Rock in Rio” (Maio e Junho de 2008);
- Exposição “Portugal Verde” (Maio e Junho de 2008);
- Campanha “Vá de Metro visitar o Sebastião” (Junho de 2008);
- “Dia Internacional da Juventude” (Agosto de 2008);
- Semana da Mobilidade: “Vá de Metro... ao Oceanário” (Setembro de 2008);
- “Cartão 4\_18” (Setembro de 2008);
- “Lisboa à noite: Mobilidade Nocturna em Segurança” (Setembro de 2008);
- “Vá à bola de transportes públicos” (Setembro de 2008);
- “Google Maps Transit” (Novembro de 2008);
- “Portugal Tecnológico” (18 e 23 de Novembro de 2008);
- “Simplificação Tarifária” (Dezembro de 2008).

Encontra-se disponível, desde Maio, na área do Portal ML “Cultura e Lazer”, uma nova funcionalidade – **Comunicação Social**. Esta nova página permite a todos os utilizadores do Portal o acesso às últimas notícias relativas aos eventos mais relevantes ocorridos a nível nacional e internacional, como forma de manter actualizados os colaboradores do ML.

## 2.5 Relações Internacionais

Em 2008 o ML manteve um alto nível de participação nas actividades das organizações internacionais a que pertence, estando presente em 48 eventos, nomeadamente em reuniões, seminários e conferências da UITP – União Internacional dos Transportes Públicos, da ALAMYS – Associação Latino-Americana de Metropolitanos, do Grupo de benchmarking Nova e do projecto ModUrban.

Entre os acontecimentos registados, destacam-se os seguintes:

### **União Internacional dos Transportes Públicos:**

- Reunião do Comité de Direcção (Policy Board) da UITP, organizada conjuntamente pelo Metropolitano de Lisboa e pela CARRIS, membros efectivos e representantes portugueses daquela associação (Lisboa, 5 a 7 de Novembro). A reunião contou com a participação da Senhora Secretária de Estado dos Transportes, Eng.ª Ana Paula Vitorino e do Governador do Banco de Portugal, Dr. Vítor Constâncio, na qualidade de membro do Conselho do Banco Central Europeu. Sendo o ML o decano dos membros portugueses da UITP, os 50 anos de presença continuada do ML, nesta organização, foram comemorados no decorrer da reunião e ficaram assinalados por uma escultura comemorativa, na estação Oriente. Também na ocasião e por iniciativa da representação do ML no Comité União Europeia, teve lugar o “1.º Encontro Nacional dos Membros Portugueses da UITP”.
- Organização, em conjunto com a Carris, da 6.ª reunião da Comissão de Segurança da UITP e do 1.º Workshop de Formação em Segurança da UITP.

### **ALAMYS (Associação Latino-Americana de Metropolitanos):**

Participação activa na 13.ª Reunião Intermédia dos Comités Técnicos da ALAMYS, em Porto Rico, nomeadamente nas áreas temáticas da operação, manutenção, gestão e planeamento. Presença, também na Assembleia ALAMYS, no Recife, participando na reunião do Comité de Direcção, onde o ML exerce mandato como 2.º vogal.

### **Grupo Nova:**

Participação nas duas reuniões anuais, Rio de Janeiro e Barcelona, seguidas de reunião de reflexão do CG com a Alta Direcção sobre os KPI 2007 e do seminário anual do ML sobre benchmarking.

### **Projecto ModURBAN:**

Assegurada a participação no projecto ModURBAN, envolvendo 38 empresas de 12 países europeus, incluindo metropolitanos, associações industriais, fornecedores, universidades e institutos de pesquisa.

### **Delegações internacionais:**

Acolhimento a várias delegações internacionais, entre as quais as da Associação Japonesa de Metros, do Metro de Valência, do IFM – Interoperable Fare Management e do LRT Dublin, e ainda grupos finlandeses e russos ligados ao planeamento e construção de metropolitanos.

Salienta-se, ainda, a colaboração em parceria no desenvolvimento do Google Transit. Trata-se de uma funcionalidade do Google Maps que disponibiliza um simulador de percursos e outros serviços associados aos transportes públicos de Lisboa, tornando-se na segunda capital europeia a dispor deste serviço.

De forma a assegurar a consolidação e disseminação interna da informação recolhida nestas actividades internacionais, foi criada na área das RI no Portal ML, uma base de dados temática.

## 2.6 Expansão da Rede

Com a concretização do Plano de Expansão da rede em curso/em fase de lançamento, prevê-se a entrada em exploração até 2013, de 7,2 novos kms de rede, servidos por 7 estações, dois Interfaces multimodais - Cais do Sodré e Terreiro do Paço - e ainda de quatro estações da linha Verde devidamente remodeladas.

Linhas	Actual			Em execução			Futura	
	N.º estações	km de rede	Prolongamentos	N.º estações	km de rede	Data abertura	N.º estações	km de rede
Amarela	13	11,0	--	--	--		13	11,0
Azul	17	12,9	Amadora Este / Reboleira	1	0,9	2011	18	13,8
Verde	13	8,9	--	--	--	--	13	8,9
Vermelha	7	5,0	Alameda II / S. Sebastião II	2	1,8	2009	13	11,3
			S. Sebastião II / Campolide	1	0,9	2013		
			Oriente / Aeroporto	3	3,6	2011		
Rede	50	37,8		7	7,2		57	45,0

### Trabalhos desenvolvidos em 2008

#### Linha Azul

##### • Prolongamento Baixa-Chiado/Santa Apolónia

O prolongamento da linha Azul, entre Baixa-Chiado e Santa Apolónia, encontra-se em exploração desde 19 de Dezembro de 2007. Desde então, as estações Terreiro do Paço e Santa Apolónia garantem uma utilização mais racional do sistema de transportes públicos, distribuindo de um modo mais eficiente, fiável e confortável, os passageiros provenientes da ferrovia nacional, regional e suburbana, bem como do transporte fluvial, para o interior da cidade.

Visando a conclusão das intervenções programadas, procedeu-se em 2008 aos trabalhos de reposição do Cais das Colunas, bem como à execução dos arranjos exteriores provisórios do Terreiro do Paço.

No trabalho de reposição desenvolvido pelo ML, cujo projecto foi aprovado pelo IPPAR, houve um especial cuidado em repor as pedras do Cais, tendo-se recorrido às pedreiras que se julgam serem as de origem (zona da Batalha /Alcobaça) para que se substituíssem as pedra mais degradadas.

Os trabalhos dos arranjos definitivos serão efectuados assim que seja concluído pela Comissão de reabilitação da frente ribeirinha, criada pela CML, o respectivo projecto.

##### • Interface do Terreiro do Paço <sup>11</sup>

Os trabalhos de execução do sistema de atenuação do efeito das ondas, a instalação dos pontões e a empreitada de dragagem e enrocamento foram consignados em Outubro de 2007, visando a construção de um novo terminal fluvial e respectivo edifício.

A 1.ª fase de instalação dos dois pontões a poente do Interface, bem como dos trabalhos do sistema de atenuação desta zona, foi concluída em Outubro de 2008. Os trabalhos referentes à instalação dos restantes três pontões deste Interface serão concluídos em Maio de 2009.

Relativamente à empreitada de ampliação do Terminal Fluvial, foi lançado o concurso de pré-qualificação dos concorrentes.

<sup>11</sup> Em execução pelo ML por conta de terceiros (Transtêjo).

#### • **Prolongamento Amadora Este/Reboleira**

O prolongamento da linha metro à Reboleira reveste-se de especial importância, uma vez que permitirá criar mais uma interface entre a linha de Sintra da CP e a linha Azul do ML, captando um elevado número de passageiros que diariamente necessitam de se deslocar neste importante eixo da AML. A extensão à Reboleira deverá estar concluída em 2011 e estima-se que venha a servir cerca de 4 milhões de passageiros por ano.

O lançamento do concurso público internacional para a concepção/construção dos tóscos deste prolongamento ocorreu em Janeiro de 2008. O concurso foi ganho pelo consórcio das construtoras Zagope, Soares da Costa, Teixeira Duarte e Tãmega e assinado no dia 13 de Agosto.

O Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (RECAPE) foi entregue, em 27 de Dezembro de 2008, à Agência Portuguesa do Ambiente.

#### **Linha Verde**

##### • **Remodelação das estações da linha Verde**

No âmbito do projecto de remodelação das estações da linha Verde, procedeu-se em Março de 2008 à entrada em serviço dos ascensores da estação Alvalade, que passa a estar assim equipada para poder servir passageiros com mobilidade reduzida.

Concluída a remodelação de duas das seis estações desta linha (Roma em 2006 e Alvalade em 2007), o ano de 2008 pautou-se pelo:

- Desenvolvimento e revisão dos projectos de remodelação/ampliação das estações Anjos, Arroios e Intendente;
- Lançamento dos concursos para a ampliação da estação Areeiro; e,
- Execução dos arranjos exteriores da zona envolvente às estações Roma e Alvalade.

##### • **Interface do Cais do Sodré<sup>12</sup>**

A execução deste empreendimento, composto pelos edifícios da CP/Refer e Terminal Fluvial + Ferry, decorreu a bom ritmo. Entre os trabalhos realizados destaca-se a empreitada de acabamentos e instalações do edifício da CP/Refer, bem como a retoma, a partir de Março de 2008, dos trabalhos de ampliação do edifício Terminal Fluvial + Ferry, depois de a CML ter imposto a sua suspensão em Junho de 2006. Os trabalhos desta empreitada foram concluídos em Novembro de 2008.

A execução dos arruamentos e arranjos exteriores na zona do Interface foram consignados em Março de 2008, tendo a cerimónia de inauguração do Interface de Transportes do Cais do Sodré ocorrido no dia 13 de Março de 2009, com as presenças do Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, da Sra. Secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, bem como do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa.

#### **Linha Vermelha**

##### • **Prolongamento Alameda II/S. Sebastião II**

Durante o ano de 2008 concluíram-se os trabalhos mais significativos da empreitada de tóscos, ficando terminadas as estruturas internas das estações Saldanha e S. Sebastião, assim como a escavação da toda a galeria do prolongamento.

Na frente da Alameda foi concluído o revestimento definitivo, na zona de alargamento e na zona de transição, com o término existente.

<sup>12</sup> Em execução pelo ML por conta de terceiros (REFER, Transtejo, APL e Carris).

Na frente de Saldanha e no que respeita à estação Saldanha I, foram executadas as galerias pedonais de ligação entre os cais das duas estações.

A nível da estação Saldanha II foi concluída a laje de cobertura, faltando apenas a execução das bocas de acesso poente e nascente, respectivamente na Av. República e Arco do Cego.

Na frente de S. Sebastião, e relativamente à estação de S. Sebastião I, foram demolidas as estruturas para a remodelação do átrio norte da estação, que passará a átrio comum das duas estações.

O ramal de ligação foi totalmente escavado, encontrando-se em fase de execução a demolição da parede da galeria existente.

Em ambas as estações foi iniciada, no final do ano de 2008, a empreitada de acabamentos.

#### • Prolongamento Oriente/Aeroporto

Em Maio de 2008 procedeu-se à Consignação Parcial da última frente de trabalho da empreitada de toscos, a frente do Poço de Ventilação (PV) 194 – galeria de acesso ao PV do Término do Aeroporto, que se encontrava condicionada pela autorização da ANA – Aeroportos de Portugal.

Estão em curso os trabalhos em todas as frentes inicialmente previstas:

- Na estação Aeroporto, encontram-se em execução as estruturas internas. Na estação Moscavide está a decorrer a última fase de escavação. Na estação Encarnação estão em curso os trabalhos de escavação, tendo-se iniciado a execução das lajes e vigas de contenção dos primeiros níveis da escavação.
- Decorrem os trabalhos de execução dos túneis nos diversos troços que constituem a empreitada, estando executados cerca de 1.100 m do revestimento primário da abóbada e hasteais, pelo Método NATM.
- Executaram-se os trabalhos de tratamento previstos para algumas Interferências (tratamentos de *jet-grouting* para passagem da galeria, transferência de cargas do pilar do Viaduto do Aeroporto), estando a decorrer os trabalhos de transferência de cargas do Viaduto de Moscavide e passagem inferior na Praça José Queiroz.

Estão em curso os projectos de execução de especialidades da galeria, poços de ventilação, estação Moscavide e estação Aeroporto, bem como de especialidades e arquitectura da estação Encarnação, cujo projecto de estruturas é da responsabilidade do Empreiteiro.

#### • Prolongamento S. Sebastião II/Campolide

Estão em fase de conclusão os elementos do projecto de execução da estação Campolide, posto de ventilação e galerias, de forma a permitir o lançamento do concurso no 1.º semestre de 2009.

A Agência Portuguesa do Ambiente emitiu uma Declaração de Impacte Ambiental favorável condicionada para a execução do prolongamento S. Sebastião/Campolide.

## 2.7 Investimentos

Visando a concretização do Plano de Expansão da rede em curso bem como as necessidades de investimento corrente e equipamentos, a Empresa realizou investimentos a custos técnicos no montante de m€ 92.969, dos quais cerca de 98% em Infra-estruturas de Longa Duração (ILDs).

Un: €

	FBCF	ICT	DI
	Formação Bruta de Capital Fixo	Investimento a Custos Técnicos	Despesa de Investimento
<b>A - ILDs</b>	<b>88.118.711</b>	<b>91.142.812</b>	<b>95.980.450</b>
<b>Em curso</b>	<b>66.565.891</b>	<b>66.565.891</b>	<b>69.513.419</b>
Interface do Cais do Sodré	309.796	309.796	433.411
Ext. Alameda / S. Sebastião	38.487.804	38.487.804	40.933.395
Ext. Oriente / Aeroporto	27.768.291	27.768.291	28.146.614
<b>Novos</b>	<b>3.795.971</b>	<b>3.795.971</b>	<b>3.835.710</b>
Ext. Rato / Alcântara	0	0	19.546
Ext. S. Sebastião / Campolide	1.494.796	1.494.796	1.503.526
Ext. Amadora Este / Reboleira	2.301.175	2.301.175	2.312.638
<b>Outros</b>	<b>17.756.850</b>	<b>17.763.892</b>	<b>19.614.263</b>
Ext. Baixa-Chiado / Santa Apolónia	9.832.353	9.832.353	11.492.973
Ext. Campo Grande / Odivelas	1.899.921	1.899.921	1.899.921
Ext. Pontinha / Amadora Este	670.647	670.647	670.647
Remodelação da Rede	2.099.287	2.099.287	2.130.868
Remodelação da rede - Estações linha Verde	3.230.900	3.230.900	3.362.346
Estudos e projectos	0	7.043	28.879
ATP/ATO	23.742	23.742	28.629
<b>Autoinvestimento</b>	<b>0</b>	<b>3.017.058</b>	<b>3.017.058</b>
<b>B - ML</b>	<b>1.795.396</b>	<b>1.826.656</b>	<b>1.985.581</b>
Parques de Material e Oficinas	56.966	56.966	56.966
Material circulante	42.050	42.050	42.050
Equipamentos e outros	879.654	879.654	1.037.549
Investimentos correntes	816.727	847.987	849.016
<b>Autoinvestimento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Investimento total</b>	<b>89.914.108</b>	<b>92.969.469</b>	<b>97.966.031</b>

Un: €

Investimentos	2008	2007	Var. %
Investimentos / FBCF	89.914.108	72.670.905	23,73
Investimento / Custos Técnicos	92.969.469	75.502.389	23,13
Despesas de Investimento (inclui custos financeiros)	97.966.031	79.481.528	23,26

O Plano de Expansão da Rede evoluiu ao longo do exercício, salientando-se a realização das extensões Alameda/S. Sebastião (m€ 38.488), Oriente/Aeroporto (m€ 27.768) e o arranque dos trabalhos relativos à extensão Amadora Este/Reboleira, com um grau de realização de m€ 2.302.

De referir, ainda, os investimentos de conclusão dos projectos Campo Grande/Odivelas (m€ 1.900) e Baixa-Chiado/Santa Apolónia (m€ 9.832), ainda que estas extensões tenham sido abertas ao serviço de passageiros em anos anteriores, bem como a remodelação da rede, especialmente da linha Verde, conforme quadro.

O investimento em bens ML situou-se apenas em m€ 1.827 distribuídos principalmente por “Equipamentos e outros” e “Investimentos correntes”.

De modo constante o ML continuou a imputar ao imobilizado em curso, os custos financeiros resultantes dos financiamentos, tendo capitalizado no exercício m€ 4.996, elevando a despesa de Investimento global para m€ 97.966.









## 3. Economia e finanças

### 3.1 Balanço do ano

A demonstração de resultados de 2008 apresenta um resultado líquido do exercício negativo, de m€ 126.730, cerca de 12,1% inferior ao ano anterior, o equivalente a menos m€ 17.492.

Esta situação é explicada pela melhoria de 36% dos resultados operacionais, que registaram um valor negativo de m€ 46.911 (menos m€ 26.414 que o ano anterior), e pela performance positiva dos resultados extraordinários com superavit de m€ 1.727. Por outro lado os resultados financeiros sofreram um agravamento de 16,9%, o correspondente a m€ 11.750 por razões da aplicação da norma contabilística IAS 19, a qual indica que as perdas actuariais financeiras passam a ser contabilizadas em custos financeiros. Caso contrário, a performance enverter-se-ia numa melhoria de 0,1%.

Os custos totais incorridos situaram-se nos m€ 251.969 e os proveitos totais obtidos na ordem dos m€ 125.293.

Apesar do alargamento da exploração a Santa Apolónia, ocorrida a partir do final de 2007 (19 de Dezembro), o aumento dos custos induzidos foi absorvido pelas poupanças geradas noutras áreas, o que explica a redução de 3,3% nos custos operacionais.

Un: €

Demonstração de Resultados	2008	%	2007	%	Var. % 2008/07
<b>Custos do Exercício</b>					
<b>Custos operacionais</b>	<b>165.028.954</b>	<b>65,5%</b>	<b>170.653.269</b>	<b>69,9%</b>	<b>-3,3%</b>
Consumo de existências	3.772.648	1,5%	1.830.016	0,7%	106,2%
Fornecimentos e serviços externos	30.337.593	12,0%	30.522.669	12,5%	-0,6%
F.S.E. - Leasing operacional	10.509.990	4,2%	11.420.021	4,7%	-8,0%
Custos com pessoal	78.462.880	31,1%	77.698.901	31,8%	1,0%
Plano de pensões	2.077.162	0,8%	10.860.821	4,4%	-80,9%
Amortizações	39.241.029	15,6%	37.752.244	15,5%	3,9%
Impostos	232.323	0,1%	247.859	0,1%	-6,3%
Outros custos e perdas	395.329	0,2%	320.738	0,1%	23,3%
<b>Custos financeiros</b>	<b>83.157.101</b>	<b>33,0%</b>	<b>72.175.425</b>	<b>29,6%</b>	<b>15,2%</b>
<b>Custos e perdas extraordinárias</b>	<b>3.783.272</b>	<b>1,5%</b>	<b>1.281.732</b>	<b>0,5%</b>	<b>195,2%</b>
<b>Total dos Custos do Exercício</b>	<b>251.969.326</b>	<b>100,0%</b>	<b>244.110.425</b>	<b>100,0%</b>	<b>3,2%</b>
<b>Proveitos do Exercício</b>					
<b>Proveitos operacionais</b>	<b>118.118.096</b>	<b>94,3%</b>	<b>97.328.309</b>	<b>97,4%</b>	<b>21,4%</b>
Vendas + prestações de serviço (*)	68.077.417	54,3%	62.477.540	62,5%	9,0%
- Receitas de tráfego	62.528.752	49,9%	55.408.666	55,5%	12,9%
- Outros	5.548.665	4,4%	7.068.874	7,1%	-21,5%
Trabalhos p/ própria empresa	5.134.939	4,1%	3.348.318	3,4%	53,4%
Proveitos suplementares	878.968	0,7%	907.528	0,9%	-3,1%
Subsídios à exploração	25.060.685	20,0%	23.147.894	23,2%	8,3%
Outros proveitos e ganhos	7.328.357	5,8%	7.377.581	7,4%	-0,7%
Reversões de provisões	11.637.730	9,3%	69.447	0,1%	16657,6%
<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>	<b>1.664.545</b>	<b>1,3%</b>	<b>2.441.602</b>	<b>2,4%</b>	<b>-31,8%</b>
<b>Proveitos e ganhos extraordinários</b>	<b>5.510.087</b>	<b>4,4%</b>	<b>153.940</b>	<b>0,2%</b>	<b>3479,4%</b>
<b>Total dos Proveitos do Exercício</b>	<b>125.292.728</b>	<b>100,0%</b>	<b>99.923.851</b>	<b>100,0%</b>	<b>25,4%</b>
Imposto sobre o rendimento	53.660		35.408		51,5%
<b>Resultados do Exercício</b>	<b>(126.730.258)</b>		<b>(144.221.982)</b>		<b>12,1%</b>
Resultados operacionais	(46.910.858)		(73.324.960)		36,0%
Proveitos operacionais / Custos operacionais	71,6%		57,0%		25,5%
Resultados financeiros	(81.492.556)		(69.733.823)		-16,9%
Resultados extraordinários	1.726.815		(1.127.792)		253,1%
Proveitos / Custos	49,7%		40,9%		21,5%
EBITDA	(19.307.559)		(35.572.716)		45,7%
EBITDA normalizado	(19.307.559)		(29.309.707)		34,1%
Cash In - Cash Out	(12.858.182)		(31.907.963)		59,7%

(\*) Nota 44 do anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

A evolução favorável dos resultados operacionais, é essencialmente explicada:

- pelo aumento em cerca de 21,4%, o equivalente a m€ 20.790, dos proveitos operacionais, cujo montante global é de m€ 118.118 e pela diminuição dos custos operacionais, em cerca de 3,3%, resultando no montante global de m€ 165.029, isto é, diminuindo m€ 5.624, face a 2007.

As naturezas dos proveitos que mais contribuíram para a boa performance dos proveitos operacionais, foram:

- o aumento das “Vendas e prestações de serviços” em 9%, cerca de 3,5 vezes a inflação, por razões de crescimento das receitas de “bilhetes” e “passes”, na ordem dos 13%;
- o crescimento de 53,4% dos “Trabalhos para a própria empresa” intrinsecamente ligado à fase de expansão do investimento em curso relacionado com a rede;
- o aumento dos “Subsídios à exploração”, em 8,3%, de indemnização compensatória atribuída à Empresa;
- o aumento relevante da “Reversões de provisões”, em cerca de m€ 11.569 por força da aplicação da Norma Contabilística – IAS 19 (provisão para encargos com pensões).

Os “Proveitos e ganhos extraordinários” contribuíram de forma positiva para o aumento dos “Proveitos totais”, registando um acréscimo percentual muito elevado, o correspondente a cerca de m€ 5.356, situação que tem a ver com a reclassificação de imobilizado corpóreo para existências de peças sobressalentes do material circulante.

Apenas os “Proveitos e ganhos financeiros” sofreram uma diminuição significativa, em termos percentuais, ainda que pouco relevante, em termos absolutos.

Os “Custos operacionais” sofreram uma diminuição de 3,3%, observando-se, em termos nominais, um decréscimo de m€ 5.624, exclusivamente explicado, pelo impacto na rubrica de “Custos com pessoal”, do tratamento contabilístico relacionado com as responsabilidades com complementos de pensões de reforma e de sobrevivência (IAS 19).

Expurgados os valores relativos às responsabilidades inerentes ao plano de pensões, os “Custos com pessoal” apenas apresentam um acréscimo global de 1%.

À parte desta situação extraordinária, há que referir os “Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, que sofreram um aumento anormal, por força da aquisição do cartão “Viva viagem”, situação nova, não comparável ao ano anterior. Os “Fornecimentos e serviços de terceiros” diminuíram em termos nominais cerca de 2,6%, facto a registar já que operámos durante todo o exercício, numa rede acrescida de 2,2 km e 2 estações.

Por outro lado, “Impostos”, “Amortizações, ajustamentos e provisões” e “Outros custos e perdas” registaram ligeiros acréscimos em relação ao ano anterior, mantendo todas estas naturezas de custos as mesmas posições relativas na estrutura dos custos operacionais.

Os “Custos financeiros”, cujo montante global atingiu cerca de m€ 83.157, registaram um acréscimo de 15,2%, exclusivamente devido ao tratamento contabilístico das perdas financeiras actuariais. Expurgado este facto, observámos um decréscimo de 0,7%, essencialmente devido à política consistente de controlo do custo do financiamento através do mercado de derivados.

Em resumo, há a destacar as seguintes situações:

- Os “Custos operacionais” registaram uma diminuição de 3,3%;
- Os “Proveitos operacionais” aumentaram cerca de 21,4%, isto é, mais de 8 vezes a inflação;
- Os “Proveitos” financiaram cerca de 49,7% dos “Custos” (mais 21,5% do que no ano anterior);
- Os “Proveitos operacionais” cobriram cerca de 71,6% dos “Custos operacionais” (mais 25,5% do que no ano de 2007);
- O EBITDA melhorou 45,7%, o equivalente a m€ 16.334, posicionando-se no valor negativo de m€ 19.308, o melhor desde 1994.

### Demonstração de resultados por actividade

No exercício de 2008 os valores unitários das prestações de serviços internos foram os seguintes:

- Taxa de uso: € 0,53 x (carruagem x km exploração)
- Taxa gestão das estações: € 0,07 x (passageiros totais)
- Taxa de manutenção: € 0,52 x (carruagem x km totais)

Pela primeira vez, foi aplicado um sistema de penalizações/bonificações, entre a Gestão de Infra-estruturas e a Exploração Comercial.

Na taxa de uso foi aplicada uma bonificação pela realização superior de carruagem x km exploração. Na taxa de gestão foi aplicada uma penalização pela realização inferior de passageiros transportados.

Para utilização dos Parques de Material e Oficinas foi estabelecida uma renda em função da ocupação (m<sup>2</sup>), no valor total de m€ 6.766.

No que se refere aos Serviços Corporativos (ODDCG), os resultados operacionais, excluindo o custo relacionado com as responsabilidades de complementos de Pensões de Sobrevivência (Plano de Pensões), foram repartidos em 83%, pelas áreas de actividade na proporção de:

- 19% para a Exploração Industrial;
- 48% para a Exploração Comercial;
- 33% para a Gestão de Infra-estruturas.

Para repartição da rubrica “Outros Custos Financeiros”, o método utilizado foi o dos custos desembolsáveis (*cash in cash out*).

Un:€

Demonstração de Resultados por Actividade	Exploração Industrial	Exploração Comercial	Gestão de Infra-estruturas	ODDCG's	Total
<b>Proveitos Operacionais</b>					
Vendas e prestações de serviço	290	64.283.076	3.747.162	46.889	68.077.417
Trabalhos para a própria empresa	1.828.513	0	2.531.390	775.036	5.134.939
Proveitos suplementares	56.726	251.905	187.752	382.585	878.968
Subsídios à exploração	0	25.060.685	0	0	25.060.685
Outros proveitos e ganhos	2.720	5.652.063	1.663.130	10.444	7.328.357
Reversão de ajustamentos	797.860	4.728.470	3.386.267	2.725.134	11.637.730
<b>Total dos Proveitos Operacionais</b>	<b>2.686.109</b>	<b>99.976.199</b>	<b>11.515.701</b>	<b>3.940.088</b>	<b>118.118.096</b>
<b>Custos Operacionais</b>					
Consumo de existências	1.820.762	1.701.269	248.987	1.630	3.772.648
Fornecimentos e serviços externos	1.587.263	9.228.611	14.840.213	4.681.506	30.337.593
F.S.E. - Leasing	0	10.509.990	0	0	10.509.990
Custos com pessoal	9.508.774	39.360.003	15.739.953	13.854.150	78.462.880
Plano de Pensões	252.099	561.670	356.616	906.777	2.077.162
Amortizações	757.212	13.070.356	20.731.572	3.455.833	38.014.973
Provisões	0	0	0	1.226.057	1.226.057
Impostos	323	484	159.267	72.249	232.323
Outros custos e perdas	3.918	7.060	4.600	379.751	395.329
<b>Total dos Custos Operacionais</b>	<b>13.930.351</b>	<b>74.439.443</b>	<b>52.081.208</b>	<b>24.577.952</b>	<b>165.028.954</b>
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>(11.244.242)</b>	<b>25.536.755</b>	<b>(40.565.508)</b>	<b>(20.637.863)</b>	<b>(46.910.859)</b>
Taxa de uso	0	(12.222.841)	12.222.841	0	0
Taxa gestão das estações	0	(12.896.571)	12.896.571	0	0
Taxa de manutenção	12.858.999	(12.858.999)	0	0	0
Rendas	(3.080.087)	(1.982.709)	6.766.041	(1.703.245)	0
Energia de tracção	0	(2.936.934)	2.936.934	0	0
Energia iluminação e força motriz	0	(2.573.132)	2.573.132	0	0
Taxa de serviços corporativos *	(3.674.412)	(9.186.030)	(6.200.570)	19.061.012	0
<b>Total das prestações internas</b>	<b>6.104.501</b>	<b>(54.657.216)</b>	<b>31.194.949</b>	<b>17.357.766</b>	<b>0</b>
<b>Resultado Operacional c/Prestações Internas</b>	<b>(5.139.741)</b>	<b>(29.120.461)</b>	<b>(9.370.559)</b>	<b>(3.280.097)</b>	<b>(46.910.858)</b>
Receitas financeiras	0	526.431	0	1.138.114	1.664.545
Custos financeiros com ILDs	0	0	42.957.654	0	42.957.654
Custos financeiros com material circulante	0	9.833.662	0	0	9.833.662
Custos financeiros imputáveis	3.623.840	4.455.867	5.054.915	5.719.109	18.853.731
Custos financeiros Plano de Pensões	1.553.194	3.137.212	2.212.392	4.609.256	11.512.054
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(5.177.034)</b>	<b>(16.900.310)</b>	<b>(50.224.961)</b>	<b>(9.190.251)</b>	<b>(81.492.556)</b>
<b>Resultados correntes</b>	<b>(10.316.775)</b>	<b>(46.020.771)</b>	<b>(59.595.519)</b>	<b>(12.470.348)</b>	<b>(128.403.414)</b>
Proveitos e ganhos extraordinários	74.332	217.591	49.909	5.168.254	5.510.087
Custos e perdas extraordinários	236.157	110.787	319.854	3.116.473	3.783.272
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>(161.825)</b>	<b>106.804</b>	<b>(269.945)</b>	<b>2.051.781</b>	<b>1.726.815</b>
Imposto sobre o rendimento	0	0	0	53.660	53.660
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(10.478.602)</b>	<b>(45.913.967)</b>	<b>(59.865.465)</b>	<b>(10.472.227)</b>	<b>(126.730.258)</b>
EBITDA sem Prestações Internas	(11.284.890)	33.878.642	(23.220.203)	(18.681.108)	(19.307.559)
EBITDA com Prestações Internas	(5.180.390)	(20.778.574)	7.974.747	(1.323.342)	(19.307.559)

\* Não inclui o plano de pensões.

## Financiamento da actividade

O “Esforço financeiro do Estado”, atingiu o montante global de m€ 31.122, isto é, mais 6,6% do que ano anterior.

Un: €

Esforço financeiro do Estado	2008	2007	Var. % 2008/07
Indemnização compensatória	26.122.003	24.305.289	7,5%
PIDDAC	5.000.000	4.897.400	2,1%
<b>Total</b>	<b>31.122.003</b>	<b>29.202.689</b>	<b>6,6%</b>

Registámos acréscimos na “Indemnização compensatória” e no PIDDAC, o que em valor absoluto equivale a cerca de m€ 1.919.

No que se refere às “Comparticipações comunitárias a fundo perdido” destaca-se a afectação de cerca de m€ 7.948, provenientes do FEDER, não tendo sido possível mobilizar fundos no âmbito do Fundo de Coesão.

Un: €

Fundos comunitários	2008	2007	Var. % 2008/07
FEDER	7.948.352	51.580	15309,8%
Fundo de coesão	0	17.851.699	-100,0%
<b>Total</b>	<b>7.948.352</b>	<b>17.903.279</b>	<b>-55,6%</b>

Consideradas as grandes funções da Empresa – produção do transporte e sua manutenção e gestão das infra-estruturas – e tendo em conta as responsabilidades relacionadas com o serviço da dívida, as necessidades de financiamento elevaram-se a m€ 277.986.

Un: €

Necessidades de financiamento	2008	2007
Actividades operacionais	(11.025.380)	(16.808.181)
Actividades de investimento	(90.273.386)	(104.519.020)
Amortizações:		
Empréstimos bancários	(57.404.382)	(191.410.940)
Empréstimos obrigacionistas	(7.731.367)	(45.663.701)
Leasing	(34.584.418)	(37.011.185)
Juros e custos similares	(76.967.160)	(77.652.179)
<b>Total das necessidades de financiamento</b>	<b>(277.986.094)</b>	<b>(473.065.205)</b>
Realização de aumentos de capital	0	0
Desinvestimentos financeiros	0	0
Subsídios de investimento	12.948.352	53.299.636
Novos empréstimos:		
Empréstimos bancários	264.442.692	0
Empréstimos obrigacionistas	0	400.000.000
Leasing	0	0
Juros e proveitos similares	488.036	5.771
Reestruturação das operações de SWAP	0	19.727.000
<b>Total dos financiamentos</b>	<b>277.879.079</b>	<b>473.032.407</b>
<b>Variação dos saldos de caixa e bancos</b>	<b>107.015</b>	<b>32.798</b>

A cobertura financeira destas necessidades foi essencialmente concretizada através das seguintes medidas de política:

- Recurso a “Fundos comunitários e PIDDAC” (subsídios ao Investimento), cerca de m€ 12.948;
- Recurso ao Mercado Bancário, através do reforço das linhas de crédito disponíveis, entretanto refinanciadas pela Emissão de Obrigação a 10 anos, bullet, com aval do Estado, no montante de m€ 400.000, concretizada em 28 de Janeiro de 2009.

Face à conjuntura do mercado monetário do ano, com subida sustentada das taxas de juro, a Empresa procurou actuar de forma a minimizar os efeitos desfavoráveis desta situação, através da implementação de políticas de permanente negociação e revisão das condições de financiamento, associadas a uma intervenção adequada no mercado de derivados, registando, em termos globais, um decréscimo, na sua função financeira global, de 2,2%, o equivalente a m€ 1.708, evidenciando assim uma excelente performance.

Un: €

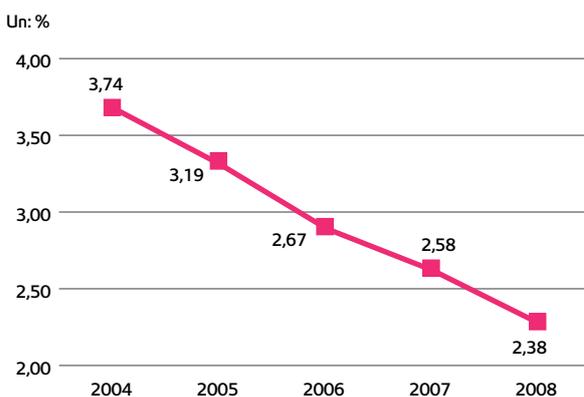
Função financeira da Empresa	2008	2007	2006	2005	2004	Var. % 2008/07	Var. % 2008/04
Exploração	31.855.033	32.322.955	31.147.846	21.866.080	22.924.016	-1,4%	39,0%
Custos financeiros com ILDs	39.718.881	39.624.470	37.976.373	54.363.943	52.111.723	0,2%	-23,8%
Investimento - ML	158.924	135.349	169.466	455.991	104.437	17,4%	52,2%
Investimento - ILDs	4.837.638	3.843.788	8.579.259	10.642.099	18.853.933	25,9%	-74,3%
Investimento - p/ conta de terceiros	185.867	2.537.236	21.772	0	0	-	-
Rendimento atribuído ao estudo actuarial	11.512.053	0	0	0	0	-	-
<b>Total</b>	<b>88.268.396</b>	<b>78.463.798</b>	<b>77.894.716</b>	<b>87.328.113</b>	<b>93.994.109</b>	<b>12,5%</b>	<b>-6,1%</b>

O esforço global, situou-se nos m€ 88.268, dos quais m€ 11.512 dizem respeito ao “Rendimento atribuído ao estudo actuarial”, que nada tem a ver com custo dos fundos. Descontado este efeito, o montante fixou-se em m€ 76.756, dos quais m€ 5.182 foram capitalizados na sequência da execução do plano de investimento em curso.

Cabe realçar, que a gestão do passivo remunerado, através do mercado de derivados, logrou uma poupança de M€ 165 nos últimos 5 anos, dos quais M€ 83,5 em 2008.

As medidas de política relativas ao “funding” e ao mercado de derivados, foram de uma eficiência relevantes, traduzindo-se numa diminuição das “taxa de juro implícita ao endividamento”, baixando-a de 2,58% para 2,38% no ano, o que significa uma redução de 7,75% naquela taxa, já de si situada, em fins de 2007, num nível bastante baixo face às condições de mercado.

#### Taxa de juro implícita ao endividamento



De salientar que, nos últimos 5 anos, a taxa de juro implícita evoluiu de 3,74% para 2,38%, o que significa uma redução de 36,4%, numa conjuntura adversa nos últimos 2 anos, enquanto o passivo remunerado no mesmo período cresceu 26,4%, isto é de M€ 2.620 para M€ 3.312.

Isto evidencia a eficiência da política de gestão de dívida, através do recurso ao mercado de derivados.

### Estrutura patrimonial/Balço

Un: €

Estrutura Patrimonial / Balço	2008	%	2007	%	Var. % 2008/07
<b>Activo</b>	<b>3.494.203.329</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.459.308.048</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,0%</b>
Imobilizado ML	413.870.877	11,8%	456.707.609	13,2%	-9,4%
Imobilizado incorpóreo	0		3.325.911		-100,0%
Imobilizado corpóreo	382.811.943		423.263.249		-9,6%
Investimentos financeiros	31.058.935		30.118.449		3,1%
Imobilizado financiado pelo Estado	2.942.411.411	84,2%	2.846.382.153	82,3%	3,4%
Imobilizado incorpóreo	6.812.319		6.721.029		1,4%
Imobilizado corpóreo	2.935.599.092		2.839.661.124		3,4%
Dívidas de terceiros (médio e longo prazo)	459.569	0,0%	440.263	0,0%	4,4%
Activo circulante	79.797.195	2,3%	67.087.303	1,9%	18,9%
Existências	16.865.859		3.671.338		359,4%
Dívidas de terceiros (curto prazo)	62.766.316		63.143.929		-0,6%
Disponibilidades	165.021		272.036		-39,3%
Acréscimos e diferimentos	57.664.276	1,7%	88.690.719	2,6%	-35,0%
<b>Capital Próprio</b>	<b>(239.677.891)</b>	<b>-6,9%</b>	<b>(56.678.366)</b>	<b>-1,6%</b>	<b>322,9%</b>
Capital estatutário	603.750.000		603.750.000		0,0%
Ajustamento	134.577		134.577		0,0%
Reservas de reavaliação	236.296.083		236.296.083		0,0%
Imobilizado ML	37.234.076		37.234.075		0,0%
Imobilizado financiado pelo Estado	199.062.008		199.062.008		0,0%
Reservas	746.241.437		740.915.391		0,7%
Resultados transitados	(1.699.369.729)		(1.493.552.435)		13,8%
Resultado líquido do exercício	(126.730.258)		(144.221.982)		-12,1%
<b>Passivo</b>	<b>3.733.881.220</b>	<b>106,9%</b>	<b>3.515.986.414</b>	<b>101,6%</b>	<b>6,2%</b>
Provisões para outros riscos e encargos	219.871.668	6,3%	192.360.331	5,6%	14,3%
Dívidas a terceiros (médio e longo prazo)	2.898.250.935	82,9%	2.922.186.817	84,5%	-0,8%
Instituições de crédito	2.749.685.579		2.757.118.698		-0,3%
Fornecedores de leasing	148.067.569		164.570.332		-10,0%
Outros credores	497.787		497.787		0,0%
Dívidas a terceiros (curto prazo)	482.955.249	13,8%	259.041.501	7,5%	86,4%
Instituições de crédito	398.127.337		191.387.255		108,0%
Fornecedores de leasing	16.517.640		20.890.188		-20,9%
Fornecedores	7.775.102		7.646.267		1,7%
Fornecedores de imobilizado	41.297.133		26.284.993		57,1%
Outros credores	19.238.036		12.832.797		49,9%
Acréscimos e diferimentos	132.803.368	3,8%	142.397.765	4,1%	-6,7%
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>3.494.203.329</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.459.308.048</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,0%</b>

A taxa de crescimento da Empresa medida pelo aumento do activo líquido, foi de 1,0%, elevando o seu montante para m€ 3.494.203.

Este crescimento é essencialmente explicado:

- pelo aumento de 3,4% do “Imobilizado financiado pelo Estado”, por razão de execução do Plano de Investimento relacionado com a expansão da rede;
- pelo acréscimo de 18,9% do “Activo circulante” através da “stockagem” de peças sobressalentes de material circulante anteriormente registadas em Imobilizado ML;
- pela diminuição do “Investimento ML” em 9,4%, por efeito do abate do “Imobilizado incorpóreo”;
- pelo decréscimo de 35%, dos “Acréscimos e diferimentos”, passando a registar em “Resultados transitados”, o valor das responsabilidades dos serviços passados, no âmbito do plano de pensões, no montante de m€ 37.262 (IAS 19).

O capital próprio sofreu mais uma redução relevante, situando-se agora num valor negativo de m€ 239.678.

O passivo global, aumentou cerca de 6,2%, elevando-se para m€ 3.733.881.

Este acréscimo é influenciado pelo crescimento de cerca de 86,4% de “Dívidas a terceiros” de curto prazo, situação transitória, profundamente alterada, face à emissão de obrigações concretizada em Janeiro de 2009.

O passivo remunerado vem crescendo gradualmente ao longo dos últimos anos, tendo aumentado cerca de 5,7%, sendo agora de m€ 3.312.398, dos quais, cerca de 87,5% dizem respeito a médio e longo prazo, o equivalente a m€ 2.897.753 e apenas 12,5%, o equivalente a m€ 414.645, referentes a curto prazo.

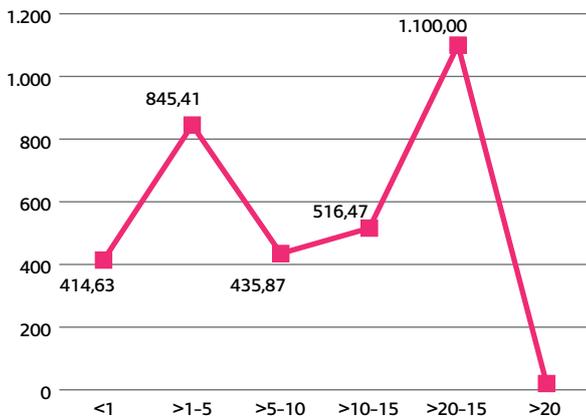
Un: €

Passivo remunerado	2008	2007	2006	2005	2004	Var. % 2008/07
<b>De longo prazo</b>	<b>2.897.753.148</b>	<b>2.921.689.030</b>	<b>2.642.424.088</b>	<b>2.402.452.179</b>	<b>2.115.206.156</b>	<b>-0,8%</b>
Empréstimos obrigacionistas	854.119.572	861.850.939	469.582.307	115.246.007	115.246.007	-0,9%
Empréstimos bancários	1.895.566.007	1.895.267.759	1.987.469.511	2.081.013.432	1.773.826.134	0,0%
BEI	1.120.566.007	1.160.267.759	1.199.969.511	1.231.043.485	1.273.886.239	-3,4%
Papel comercial	475.000.000	435.000.000	487.500.000	500.000.000	125.000.000	9,2%
Outros	300.000.000	300.000.000	300.000.000	349.969.947	374.939.895	0,0%
Leasing financeiro	148.067.569	164.570.332	185.372.270	206.192.740	226.134.015	-10,0%
<b>De curto prazo</b>	<b>414.644.977</b>	<b>212.277.442</b>	<b>349.387.199</b>	<b>414.824.132</b>	<b>505.146.730</b>	<b>95,3%</b>
Empréstimos obrigacionistas	7.731.367	7.731.367	45.663.701	0	0	0,0%
Empréstimos bancários	390.395.970	183.655.887	282.865.075	394.883.906	486.011.674	112,6%
BEI	39.701.752	39.701.752	37.872.827	42.842.754	34.363.190	0,0%
Papel comercial	50.000.000	50.000.000	50.000.000	25.000.000	60.000.000	0,0%
Outros	300.694.218	93.954.135	194.992.248	327.041.152	391.648.484	220,0%
Leasing financeiro	16.517.640	20.890.188	20.858.423	19.940.226	19.135.056	-20,9%
<b>Total do passivo remunerado</b>	<b>3.312.398.125</b>	<b>3.133.966.473</b>	<b>2.991.811.286</b>	<b>2.817.276.311</b>	<b>2.620.352.887</b>	<b>5,7%</b>
Empréstimos obrigacionistas	861.850.939	869.582.306	515.246.007	115.246.007	115.246.007	-0,9%
Empréstimos bancários	2.285.961.977	2.078.923.646	2.270.334.586	2.475.897.338	2.259.837.808	10,0%
BEI	1.160.267.759	1.199.969.511	1.237.842.338	1.273.886.239	1.308.249.429	-3,3%
Papel comercial	525.000.000	485.000.000	537.500.000	525.000.000	185.000.000	8,2%
Outros	600.694.218	393.954.135	494.992.248	677.011.099	766.588.379	52,5%
Leasing financeiro	164.585.209	185.460.520	206.230.692	226.132.966	245.269.071	-11,3%

O prazo médio de endividamento está em cerca de 10 anos, podendo passar para 11,6 anos caso a referida emissão se tivesse concretizado em Dezembro, política correcta, face às características de longa duração dos activos inerentes à infra-estrutura que dispomos.

### Prazo médio de endividamento

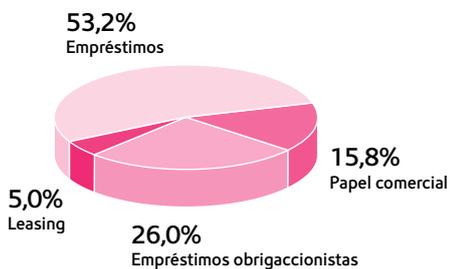
Un: 10<sup>6</sup>€



Este endividamento está distribuído pelas seguintes fontes de financiamento:

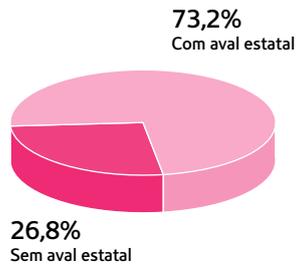
- Empréstimos bancários 53%
- Leasing 5%
- Empréstimos obrigacionistas 26%
- Papel comercial 16%

### Distribuição de endividamento por tipo de instrumento



Cerca de 73% do montante global do endividamento, equivalente a m€ 2.424.838, encontra-se com “garantia pessoal do Estado”, ou ainda, quase 84% do passivo remunerado de longo prazo, apresenta “garantia pessoal do Estado”.

### Estrutura de financiamento por tipo de garantia



O activo imobilizado líquido representa 96% do “Total do activo” e o “Imobilizado financiado pelo Estado”, no montante de m€ 2.942.411, está quase totalmente financiado por capitais alheios de longo prazo.

Na estrutura de capitais, o capital próprio perdeu qualquer peso, apresentando um valor fortemente negativo, assumindo os capitais alheios de longo prazo, a função de financiar a infra-estrutura de longa duração tão característica da nossa rede.

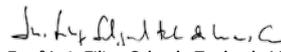
Daí o impacto negativo na maioria dos indicadores, nomeadamente ao nível da autonomia e solvabilidade.

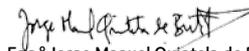
### 3.2 Proposta de aplicação de resultados

Para cumprimento da alínea a) do n.º 1 do artigo 31.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P., propõe-se que os resultados líquidos apurados no exercício, no valor negativo de € 126.730.258, sejam integralmente transferidos para a conta de resultados transitados.

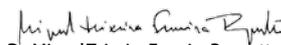
O Conselho de Gerência

  
Dr. Joaquim José de Oliveira Reis

  
Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Morais Correia

  
Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob

  
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aléixo Bogas

  
Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette







## 4. Demonstrações financeiras

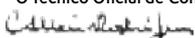
## Balanças em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Un: €

Código da conta POC	Activo	Notas	Activo bruto	2008 Amortizações e ajustamentos	Exercícios Activo líquido	2007 Activo líquido
<b>Imobilizado financiado pela Empresa:</b>						
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
431	Despesas de instalação		-	-	-	1.309.848
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento		-	-	-	1.393.505
433	Propriedade industrial e outros direitos		-	-	-	-
444	Imobilizações em curso		-	-	-	620.558
		8 - 10	-	-	-	3.325.911
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
421	Terrenos e recursos naturais	15	24.284.306	-	24.284.306	24.282.696
422	Edifícios e outras construções		251.016.435	126.972.908	124.043.527	134.965.286
423	Equipamento básico		492.519.251	264.217.381	228.301.870	258.153.694
424	Equipamento de transporte		1.020.419	1.000.847	19.572	26.883
425	Ferramentas e utensílios		2.363.568	2.084.042	279.526	340.773
426	Equipamento administrativo		25.355.551	23.246.864	2.108.686	2.411.264
428/429	Outras imobilizações corpóreas		1.115.526	330.041	785.484	719.429
441/6	Imobilizações em curso		2.850.841	-	2.850.841	2.214.191
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		138.130	-	138.130	149.032
		10 - 13	800.664.027	417.852.084	382.811.943	423.263.249
<b>Investimentos financeiros:</b>						
4111	Partes de capital em empresas do grupo		7.956.065	-	7.956.065	7.362.338
4112	Partes de capital em empresas associadas		147.181	-	147.181	113.945
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras		22.955.689	-	22.955.689	22.642.166
		10 - 16	31.058.935	-	31.058.935	30.118.449
<b>Imobilizado financiado pelo Estado:</b>						
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
431	Despesas de instalação		2.019.827	-	2.019.827	2.019.827
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento		1.436.967	-	1.436.967	1.436.967
444	Imobilizações em curso		3.355.525	-	3.355.525	3.264.235
		8 - 10	6.812.319	-	6.812.319	6.721.029
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
421	Terrenos e recursos naturais		15.329.218	-	15.329.218	15.330.202
422	Edifícios e outras construções		2.292.764.583	-	2.292.764.583	2.282.776.892
423	Equipamento básico		372.572.944	-	372.572.944	367.759.538
441/6	Imobilizações em curso		248.541.042	-	248.541.042	169.436.550
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		6.391.305	-	6.391.305	4.397.942
		10 - 13	2.935.599.092	-	2.935.599.092	2.839.661.124
<b>Dívidas de terceiros - médio e longo prazo:</b>						
253	Empresas participadas e participantes		-	-	-	-
268	Outros devedores	49	459.569	-	459.569	440.263
			459.569	-	459.569	440.263
<b>Circulante:</b>						
<b>Existências:</b>						
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	21-22-41	21.227.146	4.361.288	16.865.859	3.671.338
			21.227.146	4.361.288	16.865.859	3.671.338
<b>Dívidas de terceiros - curto prazo:</b>						
211	Cientes conta corrente		3.175.660	-	3.175.660	1.725.771
218	Cientes de cobrança duvidosa	21 - 23	17.909	17.909	-	-
252	Empresas do grupo	16	250.000	-	250.000	250.000
229	Adiantamentos a fornecedores		22.285	-	22.285	52.137
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		56.154	-	56.154	56.154
24	Estado e outros entes públicos		8.973.117	-	8.973.117	8.161.353
262+267+268	Outros devedores	21 - 23 - 49	24.663.308	4.494.606	20.168.702	22.778.116
264	Subscritores de capital	37	30.120.397	-	30.120.397	30.120.397
			67.278.830	4.512.514	62.766.316	63.143.929
<b>Depósitos bancários e caixa:</b>						
12+13	Depósitos bancários		133.276	-	133.276	253.736
11	Caixa		31.745	-	31.745	18.300
		55	165.021	-	165.021	272.036
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>						
271	Acréscimos de proveitos		2.653.253	-	2.653.253	4.154.764
272	Custos diferidos		55.011.024	-	55.011.024	84.535.955
		50	57.664.276	-	57.664.276	88.690.719
<b>Total das Amortizações</b>				<b>417.539.738</b>		
<b>Total de Ajustamentos</b>				<b>9.186.148</b>		
<b>Total do Activo</b>			<b>3.920.929.215</b>	<b>426.725.886</b>	<b>3.494.203.329</b>	<b>3.459.308.048</b>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2008.

O Técnico Oficial de Contas



Dr. Carlos Alberto Meira Rodrigues

Relatório e Contas de 2008

## Balancos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Un: €

Código da conta POC	Capital Próprio e Passivo	Notas	2008	Exercícios 2007
<b>Capital Próprio</b>				
51	Capital	37	603.750.000	603.750.000
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas		134.577	134.577
56	Reservas de reavaliação			
	Imobilizado não financiado pelo Estado		37.234.076	37.234.076
	Imobilizado financiado pelo Estado		199.062.008	199.062.008
	Reservas:			
	Reservas legais			
571	Reserva geral		14.398	14.398
5711	Reserva para remissão de capitais investidos		7.199	7.199
5712	Reserva para investimentos		650.703.756	645.377.709
5713	Outras reservas		95.516.084	95.516.084
574+575+576	Resultados transitados		(1.699.369.729)	(1.493.552.435)
59				
<b>Subtotal</b>			<b>(112.947.632)</b>	<b>87.543.616</b>
88	Resultado líquido do exercício		(126.730.258)	(144.221.982)
<b>Total do Capital Próprio</b>			<b>(239.677.891)</b>	<b>(56.678.366)</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Provisões:</b>				
291	Provisões para pensões	34	218.152.836	191.867.555
293/8	Outras provisões	34	1.718.833	492.776
			<b>219.871.668</b>	<b>192.360.331</b>
<b>Dívidas a terceiros - médio e longo prazo:</b>				
<b>Empréstimos por obrigações:</b>				
2322	Não convertíveis	48	854.119.572	861.850.939
231	Dívidas a instituições de crédito	48	1.895.566.007	1.895.267.759
2611	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	148.067.569	164.570.332
268	Outros credores	49	497.787	497.787
			<b>2.898.250.935</b>	<b>2.922.186.817</b>
<b>Dívidas a terceiros - curto prazo:</b>				
<b>Empréstimos por obrigações:</b>				
2322	Não convertíveis	48	7.731.367	7.731.368
231	Dívidas a instituições de crédito	48	390.395.970	183.655.887
221	Fornecedores, conta corrente		7.695.274	7.625.625
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		79.828	20.643
254	Empresas participadas e participantes			
2611	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15 - 16 - 53	57.814.773	47.175.181
24	Estado e outros entes públicos	28	3.476.095	2.338.427
262+263+265+266 +267+268	Outros credores	49	15.761.941	10.494.370
			<b>482.955.249</b>	<b>259.041.501</b>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>				
273	Acréscimos de custos		19.272.848	20.185.875
274	Proveitos diferidos		113.530.519	122.211.890
			<b>132.803.368</b>	<b>142.397.765</b>
<b>Total do Passivo</b>			<b>3.733.881.220</b>	<b>3.515.986.414</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>			<b>3.494.203.329</b>	<b>3.459.308.048</b>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2008.

O Técnico Oficial de Contas

Dr. Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Gerência

Dr. Joaquim José de Oliveira Reis

  
Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Moraes Correia  
Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob  
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas  
Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette

Demonstrações de Resultados por Naturezas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Un: €

Código da conta POC	Custos e Perdas	Exercícios	
		2008	2007
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.772.648	1.830.016
62	Fornecimentos e serviços externos	40.847.583	41.942.690
641+642	Custos com o pessoal:		
	Remunerações	52.045.246	52.883.884
	Encargos sociais:		
643	Pensões	13.714.893	20.668.461
645/8	Outros	14.779.904	15.007.377
662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	36.478.937	37.219.037
666+667	Ajustamentos	1.536.035	511.825
67	Provisões	1.226.057	21.382
63	Impostos		247.859
65	Outros custos e perdas operacionais		320.738
	(A)	165.028.954	170.653.269
682	Perdas em empresas do grupo e associadas	-	156.865
683+684	Amortizações e ajustamentos de investimentos financeiros	71.134	71.134
681+685+686+688	Juros e custos similares:		
	Outros	83.085.967	71.947.425
	(C)	248.186.054	242.828.693
69	Custos e perdas extraordinários	3.783.272	1.281.732
	(E)	251.969.326	244.110.425
86	Imposto sobre o rendimento	53.660	35.408
	(G)	252.022.986	244.145.833
88	Resultado líquido do exercício	(126.730.258)	(144.221.982)
		125.292.728	99.923.851
<b>Proveitos e Ganhos</b>			
71	Vendas:		
	Mercadorias	18.230	14.911
72	Prestações de serviços	68.059.187	62.462.629
75	Trabalhos para a própria empresa		5.134.939
73	Proveitos suplementares	878.968	907.528
74	Subsídios à exploração	25.060.685	23.147.894
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	7.328.357	7.377.581
77	Reversões de ajustamentos	11.637.730	69.447
	(B)	118.118.096	97.328.309
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas	626.962	1.889.113
7815+783	Rendimentos de tít. negociáveis e outras part. financeiras:		
	Outros	23.955	24.091
7811+7818+	Outros juros e proveitos similares:		
785+786+788	Outros	1.013.628	528.398
	(D)	119.782.641	99.769.911
79	Proveitos e ganhos extraordinários	5.510.087	153.940
	(F)	125.292.728	99.923.851

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

**Resumo:**

Resultados operacionais: (B)-(A) =	(46.910.858)	(73.324.960)
Resultados financeiros: [(D)-(B)]-[(C)-(A)] =	(81.492.556)	(69.733.823)
Resultados correntes: (D)-(C) =	(128.403.413)	(143.058.783)
Resultados antes dos impostos: (F)-(E) =	(126.676.598)	(144.186.574)
Resultado líquido do exercício: (F)-(G) =	(126.730.258)	(144.221.982)

O Técnico Oficial de Contas

Dr. Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Gerência

Dr. Joaquim José de Oliveira Reis

  
Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Moraes Correia  
Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob  
Dr. Pedro Gonçalves de Brito Aleixo Bogas  
Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette

## Demonstrações dos Resultados por Funções para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Un: €

	Notas	2008	Exercícios 2007
Vendas e prestações de serviços	44	68.077.417	62.477.540
Subsídios à exploração	3.i)	25.060.685	23.147.894
Custo das vendas e das prestações de serviços		(81.364.438)	(78.904.304)
<b>Resultados Brutos</b>		<b>11.773.664</b>	<b>6.721.130</b>
Outros proveitos e ganhos operacionais		30.490.081	11.856.815
Custos de distribuição		(59.070.730)	(69.510.528)
Custos administrativos		(24.198.458)	(21.917.698)
Outros custos e perdas operacionais		(4.178.600)	(1.602.470)
<b>Resultados Operacionais</b>		<b>(45.184.043)</b>	<b>(74.452.751)</b>
Custos líquidos de financiamento	45	(82.072.338)	(71.419.027)
Ganhos / (Perdas) em filiais e associadas	45	626.962	1.732.248
Perdas em outros investimentos	45	(47.179)	(47.043)
<b>Resultados Correntes</b>		<b>(126.676.598)</b>	<b>(144.186.574)</b>
Impostos sobre os resultados correntes		(53.660)	(35.408)
<b>Resultados Líquidos</b>		<b>(126.730.258)</b>	<b>(144.221.982)</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

O Técnico Oficial de Contas

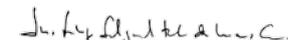


Dr. Carlos Alberto Meira Rodrigues

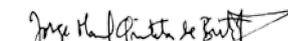
O Conselho de Gerência



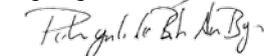
Dr. Joaquim José de Oliveira Reis



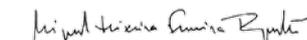
Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Morais Correia



Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Un: €

Notas	Exercícios 2008	Exercícios 2007
<b>Actividades Operacionais:</b>		
Vendas de bilhetes e passes	75.742.062	68.161.473
Indemnização compensatória	26.122.003	23.147.894
Receitas de bilhetes e passes de outros operadores	2.685.012	4.059.690
Pagamentos a fornecedores	(45.516.062)	(42.461.815)
Pagamentos ao pessoal	(65.204.968)	(64.207.510)
<b>Fluxo Gerado pelas Operações</b>	<b>(6.171.954)</b>	<b>(11.300.267)</b>
Pagamento e recebimento de impostos	(4.141.361)	(1.700.979)
Outros recebimentos da actividade operacional	(802.825)	(3.828.661)
<b>Fluxo Gerado antes Rubricas Extraordinárias</b>	<b>(11.116.139)</b>	<b>(16.829.907)</b>
Recebimentos de rubricas extraordinárias	167.029	42.067
Pagamentos de rubricas extraordinárias	(76.270)	(20.341)
<b>Fluxo das Actividades Operacionais (1)</b>	<b>(11.025.380)</b>	<b>(16.808.181)</b>
<b>Actividades de Investimento:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	-	-
Subsídios de investimento	12.948.352	53.299.637
Juros e proveitos similares	488.036	5.771
<b>Total dos Recebimentos</b>	<b>13.436.387</b>	<b>53.305.407</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(384.658)	(20.000.000)
Imobilizações corpóreas	(89.888.729)	(84.519.020)
<b>Total dos Pagamentos</b>	<b>(90.273.386)</b>	<b>(104.519.020)</b>
<b>Fluxo das Actividades de Investimento (2)</b>	<b>(76.836.999)</b>	<b>(51.213.613)</b>
<b>Actividades de Financiamento:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos bancários	264.442.692	-
Empréstimos obrigacionistas	48	400.000.000
Reestruturação das operações de SWAP	-	37.725.000
<b>Total dos Recebimentos</b>	<b>264.442.692</b>	<b>437.725.000</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos bancários	(57.404.382)	(191.410.940)
Operações de leasing/aluguer	(34.584.418)	(37.011.185)
Empréstimos obrigacionistas	(7.731.367)	(45.663.701)
Juros e custos similares	(76.967.160)	(77.652.179)
Reestruturação das operações de SWAP	-	(17.998.000)
<b>Total dos Pagamentos</b>	<b>(176.687.328)</b>	<b>(369.736.004)</b>
<b>Fluxo das Actividades de Financiamento (3)</b>	<b>87.755.364</b>	<b>67.988.996</b>
Variação de Caixa e seus Equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(107.015)	(32.798)
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	272.036	304.834
<b>Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período</b>	<b>165.021</b>	<b>272.036</b>
Numerário	55	31.745
Depósitos bancários	55	133.276
<b>Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período</b>	<b>165.021</b>	<b>272.036</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

O Técnico Oficial de Contas

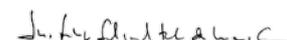


Dr. Carlos Alberto Meira Rodrigues

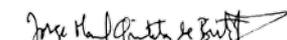
O Conselho de Gerência



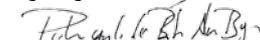
Dr. Joaquim José de Oliveira Reis



Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Moraes Correia



Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette







metro



ALBERGO LA FIGUERA

15



# 5. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Em 31 de Dezembro de 2008 (Montantes expressos em euros)

## 1. Nota introdutória

O Metropolitano de Lisboa, E.P. (“Empresa”) resultou da nacionalização em 1975, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de Junho, da Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L. tendo-lhe sido conferida a sua actual denominação e atribuído o seu actual estatuto de empresa pública, pelo Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de Dezembro.

A Empresa tem por objecto principal a manutenção e desenvolvimento do funcionamento regular do serviço público de transporte colectivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes.

A Empresa opera dentro do enquadramento legal criado pelas leis gerais que regulam a existência e a actividade das empresas públicas, por leis específicas e por disposições governamentais relacionadas com o sector dos transportes e com a própria Empresa.

A prestação de serviços é realizada em conformidade com as políticas tarifárias definidas pelo Ministério da Tutela, beneficiando a Empresa da atribuição de fundos oficiais, nomeadamente através de dotação para capital estatutário, investimentos, indemnizações compensatórias e outros subsídios.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas nos termos legais para aprovação pelo Conselho de Gerência, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.c). A Empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados nos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2008 e no resultado líquido do exercício findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respectivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, custos e proveitos.

Na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas, a empresa adoptou os IFRS – International Financial Reporting Standards, tal como adoptados pela União Europeia. Por esta razão, os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007, bem como os resultados dos exercícios findos naquelas datas, que constam nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, diferem dos valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

## 3. Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Com excepção do critério de reconhecimento das responsabilidades com os benefícios de reforma – plano de pensões, o qual passou a ser efectuado, a partir de 1 de Janeiro de 2008 com base na política contabilística prevista na Norma Internacional de Contabilidade n.º 19, quando até 31 de Dezembro de 2007 eram utilizadas as disposições da Directriz Contabilística n.º 19, os restantes princípios e políticas contabilísticas, foram aplicadas de forma consistente entre exercícios. Esta alteração de critério, teve como principal efeito nas demonstrações financeiras da Empresa a regularização por contrapartida de resultados transitados dos custos diferidos relativos às responsabilidades com activos aquando da primeira aplicação da Directriz Contabilística n.º 19, no montante de, aproximadamente, € 15.767.000 e a utilização do mecanismo do “corredor”, para o registo dos ganhos e perdas actuárias, no exercício de 2008 (Nota 51).

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

#### a) Imobilizações incorpóreas

##### i) Financiadas pela Empresa

As imobilizações incorpóreas financiadas pela Empresa, as quais no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foram abatidas, por se concluir que não são geradoras de benefícios futuros, compreendiam, essencialmente, custos internos relacionados com estudos e projectos comerciais, estudos de reorganização da Empresa, custos de implementação de um novo sistema de informação de gestão e despesas com imagem (Nota 8). Estas imobilizações encontravam-se a ser amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de 3 a 6 anos.

##### ii) Financiadas pelo Estado

As imobilizações incorpóreas financiadas pelo Estado, incluem essencialmente estudos para o desenvolvimento da rede, caracterizados como custos com infra-estruturas de longa duração (“ILDs”). Estas imobilizações não estão a ser amortizadas.

#### b) Imobilizações corpóreas

##### i) Financiadas pela Empresa

As imobilizações corpóreas financiadas pela Empresa adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, que inclui encargos financeiros suportados durante o período de construção, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir do ano de entrada em funcionamento do bem, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico:	
Material circulante de exploração	14 - 28
Material circulante de serviço	10 - 30
Sistemas de controlo e telecomunicações	12 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	7 - 10
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como custos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações são registadas na rubrica de “Imobilizado corpóreo” respectiva e amortizadas no mesmo período de anos do imobilizado a que respeitam.

## **ii) Financiadas pelo Estado**

As imobilizações corpóreas financiadas pelo Estado adquiridas até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registadas ao custo de aquisição, que inclui encargos financeiros suportados durante o período de construção, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12). As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

O registo das amortizações relativas a estas imobilizações foi efectuado com base nos critérios acima mencionados para as imobilizações corpóreas financiadas pela Empresa mas apenas até 31 de Dezembro de 1997. As amortizações calculadas e registadas até àquela data, foram creditadas directamente ao valor de custo ou reavaliado das imobilizações corpóreas e debitadas às respectivas reservas de reavaliação como factor correctivo das mesmas. Após 1 de Janeiro de 1998, estas imobilizações não estão a ser amortizadas.

## **c) Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor proporcional à participação da Empresa nos respectivos capitais próprios, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas participadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registadas como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

São constituídas provisões para participações financeiras sempre que não existam expectativas razoáveis de recuperação dos montantes investidos.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição o qual é inferior ao valor de mercado.

## **d) Existências**

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual não excede o respectivo valor de mercado utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Foi constituído um ajustamento para depreciação das matérias-primas, subsidiárias e de consumo pela diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização no caso deste ser inferior ao custo.

## **e) Especialização de exercícios**

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica de “acréscimos e diferimentos” (Nota 50).

## **f) Complementos de pensões de reforma**

Conforme descrito em detalhe na Nota 51, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) pagas pela Segurança Social. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, a Empresa adoptou as disposições da Directriz Contabilística n.º 19, emitida em 21 de Maio de 1997 pela Comissão de Normalização Contabilística, passando a registar estas responsabilidades no balanço. As responsabilidades da Empresa são quantificadas através de um estudo actuarial obtido no final de cada período contabilístico, o qual é elaborado de acordo com métodos e pressupostos actuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das suas responsabilidades na data do balanço e o custo com pensões a registar no exercício. As responsabilidades assim estimadas são comparadas com os registos contabilísticos da Empresa de forma a determinar o montante das diferenças a registar.

Até 31 de Dezembro de 2007, a diferença entre as responsabilidades e as pensões específicas resultantes do custo com serviços correntes, custo dos juros e ganhos e perdas actuariais, era reconhecida como ganhos ou perdas na rubrica “custos com o pessoal”, na demonstração dos resultados do exercício respectivo.

A partir de 1 de Janeiro de 2008, os ganhos e perdas actuariais apurados num exercício, e para cada plano de benefícios concedido, resultantes dos ajustamentos nos pressupostos actuariais, ajustamentos de experiência ou no esquema de benefícios, quando: (i) inferiores em valor absoluto a 10% (“corredor”) do total das responsabilidades ou provisões, dos dois o mais alto, não são registados no balanço do exercício em que conhecidos; (ii) superiores a 10% do “corredor” acima mencionado, são registados no passivo nas rubricas específicas de provisões ou acréscimos de custos e diferidos no activo nas rubricas de custos diferidos, na parte que exceda o intervalo de 10%, sendo reconhecidos em resultados a partir do exercício subsequente em que apurados, em quotas constantes, de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho dos empregados participantes nesse plano de benefícios. Esta política de contabilização inclui o mecanismo do “corredor” e está de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 19.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência
- b) Pré-reformas
- c) Reformas antecipadas

#### **g) Cuidados de saúde**

A Empresa assumiu determinadas responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados pré-reformados e até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de Dezembro de 2008. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados pré-reformados, bem como aos activos, um seguro colectivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração de resultados do exercício em que são pagos, não se encontrando reflectidas no balanço as responsabilidades da Empresa relativas aos pré-reformados, uma vez que as mesmas, quantificadas actuarialmente, não são materiais.

#### **h) Prestação de serviços e reconhecimento de receitas**

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços compreendem as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado.

A Empresa reconhece as receitas por prestações de serviços da seguinte forma:

- Passes intermodais – As receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afectas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (I.M.T.T.). Esta distribuição é calculada de acordo com índices estatísticos que tomam em linha de conta o nível de utilização dos serviços da Empresa e de cada um dos outros operadores.
- Bilhetes e bilhetes pré-comprados – A Empresa reconhece a receita no momento da venda dos bilhetes.

#### **i) Indemnizações compensatórias**

A Empresa regista na demonstração dos resultados do exercício, como subsídios à exploração os valores das indemnizações compensatórias, atribuídas pelo Estado, pela prática de tarifas por ele fixadas, e que no exercício de 2008 ascenderam a € 24.878.098, atribuídos nos termos da Resolução do Conselho de Ministros de 27 de Outubro de 2008.

**j) Custos departamentais**

Os custos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 2% ao valor dos investimentos em curso.

Estes custos são imputados aos investimentos em infra-estruturas de longa duração – ILDs (imobilizado financiado pelo Estado), aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (imobilizado financiado pela Empresa) (Nota 10), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, conseqüentemente, carecidos de uma gestão mais intensa em meios humanos.

**l) Locação financeira**

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3.b) são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

**m) Locação operacional**

Os encargos relativos a contratos de locação operacional são reconhecidos como custo do exercício a que respeitam.

**n) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas**

Os subsídios atribuídos à Empresa, a fundo perdido, para financiamento de aquisição de imobilizações corpóreas são registados, como proveitos diferidos, na rubrica de “Acréscimos e diferimentos”, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

Os subsídios atribuídos para financiamento de ILDs, a fundo perdido, são registados directamente nos capitais próprios, na rubrica de “Reservas para investimento”. Neste exercício, estes subsídios atingiram cerca de 6% da realização do investimento em ILDs, as quais a esta data se encontram integralmente regularizados.

**o) Activos, passivos e transacções em moeda estrangeira**

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados, excepto diferenças de câmbio desfavoráveis no montante de € 97.626, incorridas em empréstimos bancários específicos, obtidos para o financiamento de imobilizado em curso, as quais se encontram registadas no balanço anexo na rubrica de “custos diferidos” (Nota 50).

**p) Impostos diferidos**

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos não se encontram registados nas Demonstrações Financeiras anexas e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os activos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a amortizações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

Nos exercícios findos entre 31 de Dezembro de 2003 a 2008, ocorreram situações que conduziriam ao registo de activos por impostos diferidos, no montante total de, aproximadamente, € 210.481.000 referentes a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente que não foram registados uma vez que, em termos da Directriz Contabilística n.º 28 existindo passivos por impostos diferidos não registados decorrentes de situações anteriores a 1 de Janeiro de 2004, não deverão ser reconhecidos activos por impostos diferidos e, ainda, por não existir uma segurança razoável de realização desses impostos diferidos no período de reporte fiscal.

#### **q) Instrumentos financeiros derivados**

A Empresa está exposta ao nível de risco financeiro, fundamentalmente a flutuações de taxa de juro, utilizando a Empresa instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros relacionados com flutuação de taxa de juro, unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Não são utilizados instrumentos financeiros derivados com o objectivo de negociação (especulação).

Os instrumentos financeiros derivados de cobertura utilizados pela Empresa respeitam a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos bancários, correspondendo essencialmente a “swaps” de taxa de juro. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes a esses instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados correspondentes, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pela Empresa na cobertura dos riscos de taxa de juro dos seus empréstimos são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e o resultado apurado no decorrer do exercício reconhecido directamente na demonstração dos resultados no mesmo período em que o instrumento de cobertura afecta resultados. A contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido.

Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, ou sejam renegociados, os ganhos ou perdas resultantes bem como as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas na rubrica de “Acréscimos e diferimentos” sendo reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o prazo dos empréstimos a que se encontram associados.

## **6. Impostos**

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 25% o qual com a publicação em Diário da República da Lei n.º 2/2007 que aprova a Lei das Finanças Locais (“LFL”), e nos termos do artigo 14.º da nova LFL, a derrama passou a partir do exercício de 2007, a ser calculada até ao limite máximo de 1,5% sobre o Lucro Tributável quando no passado a mesma correspondia a 10% da colecta (usualmente 2,5%).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2005 a 2008 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e correcção.

O Conselho de Gerência entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais reportáveis, de acordo com as declarações entregues às autoridades fiscais, existentes em 31 de Dezembro de 2008 é como segue:

	Prejuízo fiscal	Data limite de utilização
Gerados em 2003	134.014.301	2009
Gerados em 2004	155.241.079	2010
Gerados em 2005	152.356.406	2011
Gerados em 2006	151.322.961	2012
Gerados em 2007	143.790.051	2013
Gerados em 2008	118.382.911	2014
	<b>855.107.709</b>	

## 7. Número médio de pessoal

Durante os exercícios de 2008 e 2007, o número médio de trabalhadores foi de 1.566 e 1.685, respectivamente.

## 8. Despesas de instalação, de investigação e de desenvolvimento e propriedade industrial e outros direitos

A Empresa tem vindo a registar nestas rubricas as seguintes naturezas de custos que em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 apresentavam a seguinte composição:

Imobilizado financiado pelo Estado	2008	2007
Despesas de instalação:		
Estudos e desenvolvimento da rede	1.988.425	1.988.425
Outras	86	86
Custos financeiros (Nota 10)	31.316	31.316
	<b>2.019.827</b>	<b>2.019.827</b>
Despesas de investigação e de desenvolvimento:		
Estudo para desenvolvimento de estação tipo	33.627	33.627
Estudos de hipóteses para novos prolongamentos	326.662	326.662
Estudo de impacte do túnel rodoviário	108.989	108.989
Concurso para tratamento plástico de estações	40.721	40.721
Estudos para Metro Ligeiro de Superfície	674.703	674.703
Estudo de viabilidade da linha das Colinas	48.938	48.938
Análises de compatibilidade electromagnética	90.599	90.599
Outros	4.977	4.977
Custos financeiros (Nota 10)	107.751	107.751
	<b>1.436.966</b>	<b>1.436.966</b>
Imobilizado em curso:		
Despesas de investigação e desenvolvimento:		
Estudos de hipóteses para novos prolongamentos	921.920	871.041
Projecto da central de geração de energia eléctrica	24.694	24.694
Estudos para extensão Oriente / Aeroporto	1.724.618	1.714.733
Estudos para extensão Amadora Este / Reboleira	77.961	77.961
Estudos para extensão Rato / Alcântara	379.503	379.503
Estudos para extensão S. Sebastião / Campolide	19.611	20.847
Outros	53.052	49.118
Custos financeiros	154.166	126.338
	<b>3.355.525</b>	<b>3.264.235</b>
	<b>6.812.319</b>	<b>6.721.029</b>

Imobilizado financiado pela Empresa	2008	2007
<b>Despesas de instalação:</b>		
Portal corporativo	0	222.000
Metodologia RCM para manutenção de material circulante	0	741.394
Desenvolvimento organizacional da área de infra-estruturas	0	262.500
Reorganização dos serviços administrativos	0	291.000
Estudos de reorganização do ML	0	1.687.600
Custos financeiros (Nota 10)	0	193.407
	0	3.397.901
<b>Amortizações acumuladas</b>	0	(2.088.053)
	0	1.309.848
<b>Despesas de investigação e de desenvolvimento:</b>		
Implementação de Sistema de Gestão e Qualidade	0	658.125
Estudo de rentabilização da capacidade instalada	0	75.000
Estudos de integração com a AMTL	0	1.722.163
Dinamização dos parques de estacionamento ML	0	197.887
Estudo p/ repartição receitas do passe social	0	0
Outras	0	0
Custos financeiros (Nota 10)	0	123.757
	0	2.776.931
<b>Amortizações acumuladas</b>	0	(1.381.426)
	0	1.395.505
<b>Elementos de propriedade industrial:</b>		
Imagem do passe intermodal	0	50.396
Custos financeiros (Nota 10)	0	3.513
	0	53.909
<b>Amortizações acumuladas</b>	0	(53.909)
	0	0
<b>Imobilizado em curso:</b>		
<b>Despesas de instalação:</b>		
Projectos SAP	0	64.200
Custos financeiros	0	13.941
	0	78.141
<b>Despesas de investigação e desenvolvimento:</b>		
Estudos de rentabilização do PMO I	0	490.818
Outras	0	12.860
Custos financeiros	0	38.739
	0	542.416
	0	620.558
	0	3.325.911

## 10. Movimento do activo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, financiadas pela Empresa, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
Despesas de instalação	3.397.901	0	0	(3.397.901)	0
Despesas de investigação e de desenvolvimento	2.776.931	0	0	(2.776.931)	0
Propriedade industrial e outros direitos	53.909	0	0	(53.909)	0
	<b>6.228.742</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(6.228.742)</b>	<b>0</b>
<b>Imobilizações em curso:</b>					
Despesas de instalação	78.141	0	0	(78.141)	0
Despesas de investigação e de desenvolvimento	542.416	31.260	0	(573.676)	0
	<b>620.558</b>	<b>31.260</b>	<b>0</b>	<b>(651.818)</b>	<b>0</b>
	<b>6.849.299</b>	<b>31.260</b>	<b>0</b>	<b>(6.880.559)</b>	<b>0</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
Terrenos e recursos naturais	24.282.696	1.609	0	0	24.284.306
Edifícios e outras construções	251.016.435	0	0	0	251.016.435
Equipamento básico	502.369.961	493.998	(107.691)	(10.237.016)	492.519.251
Equipamento de transporte	1.020.419	0	0	0	1.020.419
Ferramentas e utensílios	2.304.461	69.085	0	(9.978)	2.363.568
Equipamento administrativo	24.778.238	706.700	(30.264)	(99.124)	25.355.551
Outras imobilizações corpóreas	1.041.610	73.916	0	0	1.115.526
	<b>806.813.821</b>	<b>1.345.309</b>	<b>(137.955)</b>	<b>(10.346.119)</b>	<b>797.675.056</b>
<b>Imobilizações em curso:</b>					
Edifícios e outras construções	212.856	46.884	0	0	259.741
Equipamento básico	1.992.333	537.737	0	0	2.530.071
Equipamento administrativo	9.001	52.029	0	0	61.030
	<b>2.214.190</b>	<b>636.651</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.850.841</b>
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	149.032	0	0	(10.902)	138.130
	<b>809.177.044</b>	<b>1.981.959</b>	<b>(137.955)</b>	<b>(10.357.021)</b>	<b>800.664.027</b>
<b>Investimentos financeiros:</b>					
Partes de capital empresas do grupo	7.362.338	593.727	0	0	7.956.065
Partes de capital empresas associadas	113.945	33.235	0	0	147.181
Títulos e outras aplicações financeiras	23.881.576	384.658	0	0	24.266.234
	<b>31.357.859</b>	<b>1.011.619</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>32.369.479</b>

Rubricas	Amortizações e ajustamentos			
	Saldo inicial	Reforço	Alienações /abates	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
Despesas de instalação	2.088.053	683.889	(2.771.942)	0
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.381.426	715.622	(2.097.048)	0
Propriedade industrial e outros direitos	53.909	0	(53.909)	0
	<b>3.523.389</b>	<b>1.399.511</b>	<b>(4.922.900)</b>	<b>0</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
Edifícios e outras construções	116.051.149	10.921.759	0	126.972.908
Equipamento básico	244.216.267	23.018.766	(3.017.652)	264.217.381
Equipamento de transporte	993.536	7.311	0	1.000.847
Ferramentas e utensílios	1.963.689	130.311	(9.957)	2.084.042
Equipamento administrativo	22.366.974	993.418	(113.528)	23.246.864
Outras imobilizações corpóreas	322.181	7.861	0	330.041
	<b>385.913.795</b>	<b>35.079.426</b>	<b>(3.141.137)</b>	<b>417.852.084</b>
<b>Investimentos financeiros:</b>				
Títulos e outras aplicações financeiras	1.239.410	71.134	0	1.310.544
	<b>1.239.410</b>	<b>71.134</b>	<b>0</b>	<b>1.310.544</b>
	<b>390.676.594</b>	<b>36.550.071</b>	<b>(8.064.037)</b>	<b>419.162.629</b>

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa procedeu ao abate das imobilizações incorpóreas, por entender que as mesmas não se revelavam geradores de benefícios futuros, no montante bruto de € 6.228.742, as quais correspondiam, essencialmente, a custos internos relacionados com estudos de projectos comerciais, estudos de reorganização da Empresa, custos de implementação de um sistema de informação de gestão e despesas com imagem, as quais se encontravam a ser amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de 3 a 6 anos. Decorrente deste abate, a Empresa reconheceu no exercício uma perda de € 1.957.659, a qual foi registada por contrapartida da rubrica de “Custos e perdas extraordinários – perdas em imobilizações” (Nota 46).

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 na rubrica de “Imobilizado corpóreo – equipamento básico”, no montante de € 493.998, respeitam, essencialmente, a despesas com a adaptação do sistema de bilhética a novos títulos de transporte. As adições na rubrica de “Imobilizado corpóreo – equipamento administrativo”, no montante de € 706.700, respeitam, essencialmente, à aquisição de hardware, software e desenvolvimento de projectos relacionados com estes.

As adições ocorridas em 2008 na rubrica de “Imobilizado em curso – equipamento básico”, no montante de € 537.737, respeitam, essencialmente, a despesas com a aquisição de uma máquina automática de lavar comboios, com desenvolvimentos ao sistema de bilhética e com a centralização da videovigilância das estações do ML.

As transferências e abates ocorridos durante o exercício de 2008 na rubrica de “Imobilizado corpóreo – equipamento básico” no montante de € 10.237.017 (Nota 41) compreendem essencialmente, o movimento de reclassificação de sobresselentes de material circulante, para a rubrica de “Existências – Matérias-primas, subsidiárias e de consumo”, o qual originou uma reclassificação da rubrica de amortizações no montante de € 2.755.393, em contrapartida da rubrica de “Provisões para depreciação de existências (Nota 21).

Os movimentos verificados nas rubricas de “Partes de capital em empresas do grupo” e “Partes de capital em empresas associadas”, no montante líquido total de € 912.835, referem-se aos ganhos, apropriados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 45).

A adição ocorrida na rubrica de “Títulos e outras aplicações financeiras”, no montante de € 384.658 refere-se aos juros de um depósito a prazo para a futura constituição do fundo de pensões, conforme deliberação do Conselho de Gerência, constituído no decurso do exercício de 2007, o qual vence juros a taxas normais de mercado.

O reforço de amortizações e provisões na rubrica de “Títulos e outras aplicações financeiras”, € 71.134 (Nota 45), respeita à amortização de investimentos em imóveis para rendimento.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de Junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infra-estruturas de longa duração do Metro definindo como tais, os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de Dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efectuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nas imobilizações financiadas pelo Estado e reservas para investimentos, respectivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de Dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos e contabilizados na rubrica de reservas para investimentos. Esta situação tem a seguinte expressão contabilística nas demonstrações financeiras da Empresa, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

Imobilizações financiadas pelo Estado	2008	2007
Incorpóreas:		
Valor de custo	3.456.794	3.456.794
Em curso	3.355.525	3.264.235
	6.812.319	6.721.029
Corpóreas:		
Valor de custo	2.481.604.737	2.466.764.624
Reavaliações (Nota 13)	199.062.008	199.062.008
Em curso e adiantamentos	257.204.349	173.834.492
	2.937.871.094	2.839.661.124
	2.944.683.413	2.846.382.153
Reservas de reavaliação (Nota 40)	199.062.008	199.062.008
Reservas para investimentos (Nota 40)	650.703.756	645.377.709
Outras reservas (Nota 40)	93.999.764	93.999.764
	943.765.527	938.439.481

Imobilizações financiadas pela Empresa	2008	2007
<b>Incorpóreas:</b>		
Valor de custo	0	6.228.742
Em curso	0	620.558
	0	6.849.299
<b>Amortizações acumuladas</b>	0	(3.523.389)
	0	3.325.911
<b>Corpóreas:</b>		
Valor de custo	769.648.243	778.748.110
Reavaliações (Nota 13)	28.026.813	28.065.711
Em curso e adiantamentos	2.988.971	2.363.223
	800.664.027	809.177.044
<b>Amortizações acumuladas</b>	(417.852.084)	(385.913.795)
	382.811.943	423.263.249
	382.811.943	426.589.160

No valor de custo das imobilizações incorpóreas, corpóreas e em curso, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 encontram-se incluídos os seguintes custos suplementares:

Imobilizado financiado pela Empresa	2008				2007			
	Incorpóreo	Corpóreo	Em curso	Total	Incorpóreo	Corpóreo	Em curso	Total
Custos financeiros (Nota 14)	0	67.036.076	300.486	67.336.562	320.676	67.035.772	194.555	67.551.004
Custos departam. (Nota 3.j))	0	7.984.176	15.373	7.999.549	967.341	7.984.176	15.442	8.966.959
<b>Total</b>	0	75.020.252	315.859	75.336.111	1.288.017	75.019.949	209.997	76.517.963

Imobilizado financiado pelo Estado	2008				2007			
	Incorpóreo	Corpóreo	Em curso	Total	Incorpóreo	Corpóreo	Em curso	Total
Custos financeiros (Nota 14)	139.068	274.396.190	15.255.569	289.790.826	139.068	272.732.011	12.082.109	284.953.188
Custos departam. (Nota 3.j))	38.038	47.797.252	8.552.684	56.387.973	38.038	47.264.785	6.039.856	53.342.679
<b>Total</b>	177.106	322.193.441	23.808.252	346.178.799	177.106	319.996.797	18.121.965	338.295.867

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas e imobilizações corpóreas, financiadas pelo Estado, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
Despesas de instalação	2.019.827	0	0	0	2.019.827
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.436.967	0	0	0	1.436.967
<b>Imobilizações em curso:</b>					
Despesas de investigação e de desenvolvimento	3.264.235	91.290	0	0	3.355.525
	<b>6.721.029</b>	<b>91.290</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6.812.319</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
Terrenos e recursos naturais	15.330.202	(984)	0	0	15.329.218
Edifícios e outras construções	2.282.736.892	7.918.257	0	2.109.434	2.292.764.583
Equipamento básico	367.759.538	3.872.215	0	941.191	372.572.944
	<b>2.665.826.632</b>	<b>11.789.489</b>	<b>0</b>	<b>3.050.624</b>	<b>2.680.666.745</b>
<b>Imobilizações em curso:</b>					
Terrenos e recursos naturais	66.405	0	0	0	66.405
Edifícios e outras construções	159.453.664	77.871.569	0	(2.140.227)	235.185.007
Equipamento básico	9.916.481	4.314.340	0	(941.191)	13.289.630
	<b>169.436.550</b>	<b>82.185.909</b>	<b>0</b>	<b>(3.081.417)</b>	<b>248.541.042</b>
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	4.397.942	4.900.450	0	(2.907.086)	6.391.305
	<b>2.839.661.124</b>	<b>98.875.847</b>	<b>0</b>	<b>(2.937.879)</b>	<b>2.935.599.092</b>

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 na rubrica de “Imobilizações corpóreas – edifícios e outras construções”, no montante de € 7.918.257 referem-se, essencialmente, ao empreendimento Baixa-Chiado/Santa Apolónia.

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 na rubrica de “Imobilizações em curso – edifícios e outras construções”, no montante de € 77.871.569 referem-se, essencialmente, aos empreendimentos Alameda/São Sebastião e Oriente/Aeroporto com € 40.549.013 e € 28.851.307, respectivamente.

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 nas rubricas de “Imobilizações em curso – equipamento básico”, no montante de € 4.314.340 referem-se, essencialmente, aos empreendimentos Alameda/São Sebastião e Baixa-Chiado/Santa Apolónia com € 1.980.910 e € 1.292.103, respectivamente.

As transferências e abates ocorridos durante o exercício 2008 na rubrica de “Imobilizado corpóreo – edifícios e outras construções”, no montante de € 2.140.226, referem-se, essencialmente, ao movimento de transferência de “Imobilizado em curso” de despesas relativas à reabilitação do 11.º troço da Linha Amarela, no montante de € 966.402.

As transferências e abates ocorridos durante o exercício 2008 na rubrica de “Imobilizado corpóreo – equipamento básico”, no montante de € 941.191, referem-se, essencialmente, ao movimento de transferência de “Imobilizado em curso” de despesas relativas ao empreendimento Baixa-Chiado/Santa Apolónia, no montante de € 926.389.

Em 31 de Dezembro de 2008 as rubricas de imobilizado em curso, “Terrenos e recursos naturais”, “Edifícios e outras construções” e “Equipamento básico”, nos montantes de € 66.405, € 235.185.007 e € 13.289.630, respectivamente, compõem-se conforme segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
Remodelação da Rede	0	5.156.472	6.103.883
Extensão Alameda/S. Sebastião	0	167.862.329	3.171.226
Extensão Rato/Estrela	0	1.420.053	0
Extensão Amadora Este/Reboleira	0	393.937	6.285
Extensão S. Sebastião/Campolide	0	1.737.608	4.860
Interface do Cais do Sodré	0	12.775.472	1.264.810
Extensão Oriente/Aeroprt	66.405	42.237.055	1.145.821
Outros	0	3.602.081	1.592.745
	66.405	235.185.007	13.289.630

## 11. Custos financeiros capitalizados

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Empresa capitalizou custos financeiros, relacionados com empréstimos contraídos para financiar imobilizações em fase de construção e custos departamentais, conforme segue:

Imobilizações corpóreas em curso	2008	2007
Encargos financeiros:		
Financiadas pela Empresa (Nota 14)	158.924	135.349
Financiadas pelo Estado (Nota 14)	4.837.638	6.358.579
	4.996.562	6.493.928
Custos departamentais:		
Financiadas pela Empresa	0	0
Financiadas pelo Estado	3.045.294	2.949.732
	3.045.294	2.949.732

## 12. Reavaliações de imobilizações corpóreas (legislação)

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei n.º 399 – G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro

Como resultado das reavaliações efectuadas, as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram aumentadas em € 372.812. Deste montante, 40% não é aceite como custo para a determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas.

### 13. Reavaliações de imobilizações corpóreas

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas, financiadas pela Empresa e financiadas pelo Estado, e correspondentes reavaliações em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é o seguinte:

#### i) Financiadas pela Empresa

Rubricas	31 de Dezembro de 2008		31 de Dezembro de 2007	
	Custos históricos	Reavaliações (Nota 10)	Saldos reavaliados	Saldos reavaliados
<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
Terrenos e recursos naturais	23.839.793	444.513	24.284.306	24.282.696
Edifícios e outras construções	236.895.128	14.121.307	251.016.435	251.016.435
Equipamento básico	480.518.737	12.000.514	492.519.251	502.369.961
Equipamento de transporte	1.020.419	0	1.020.419	1.020.419
Ferramentas e utensílios	2.154.936	208.632	2.363.568	2.304.461
Equipamento administrativo	24.203.140	1.152.410	25.355.550	24.778.238
Outras imobilizações corpóreas	1.016.089	99.437	1.115.526	1.041.610
	<b>769.648.243</b>	<b>28.026.813</b>	<b>797.675.056</b>	<b>806.813.821</b>
<b>Imobilizações em curso</b>				
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	2.850.841	0	2.850.841	2.214.191
	138.130	0	138.130	149.032
	<b>772.637.214</b>	<b>28.026.813</b>	<b>800.664.027</b>	<b>809.177.044</b>

#### ii) Financiadas pelo Estado

Rubricas	31 de Dezembro de 2008		31 de Dezembro de 2007	
	Custos históricos	Reavaliações (Nota 10)	Saldos reavaliados	Saldos reavaliados
<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
Terrenos e recursos naturais	12.940.776	2.388.442	15.329.218	15.330.202
Edifícios e outras construções	2.116.454.553	176.310.029	2.292.764.583	2.282.736.892
Equipamento básico	352.209.408	20.363.537	372.572.944	367.759.538
	<b>2.481.604.737</b>	<b>199.062.008</b>	<b>2.680.666.745</b>	<b>2.665.826.632</b>
<b>Imobilizações em curso</b>				
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	248.541.042	0	248.541.042	169.436.550
	6.391.305	0	6.391.305	4.397.942
	<b>2.736.537.084</b>	<b>199.062.008</b>	<b>2.935.599.092</b>	<b>2.839.661.124</b>

### 14. Imobilizações corpóreas e em curso (informações adicionais)

No activo imobilizado da Empresa encontra-se registado o investimento com o Museu da Música e com o Túnel Rodoviário, que ascendem a € 172.124 e € 117.063, respectivamente. O restante activo imobilizado da Empresa está afecto à actividade de transporte de passageiros.

Em 31 de Dezembro de 2008, as imobilizações corpóreas em poder de terceiros e implantadas em solo e subsolo não pertencente à Empresa ascendiam a € 477.800 e € 3.002.856.330, respectivamente.

Os custos financeiros capitalizados em imobilizado até 31 de Dezembro de 2008 ascendem a € 357.127.389, dos quais € 4.996.562 foram capitalizados no exercício de 2008 (Nota 11).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, há ainda a referir o seguinte:

a) Implantadas em solo e subsolo não pertencente à Empresa	2008	2007
Imobilizado financiado pela Empresa:		
Imobilizado corpóreo:		
Edifícios e outras construções	5.619.792	5.619.792
Equipamento básico	59.229.150	58.875.428
Imobilizado em curso:		
Equipamento básico	2.386.901	1.978.477
	<b>67.235.844</b>	<b>66.473.696</b>
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	21.395	32.297
	<b>67.257.238</b>	<b>66.505.993</b>
Imobilizado financiado pelo Estado:		
Imobilizado corpóreo:		
Terrenos e recursos naturais	15.329.218	15.330.202
Edifícios e outras construções	2.292.764.583	2.282.736.892
Equipamento básico	372.572.944	367.759.538
Imobilizado em curso:		
Terrenos e recursos naturais	66.405	66.405
Edifícios e outras construções	235.185.007	159.453.664
Equipamento básico	13.289.630	9.916.481
	<b>2.929.207.786</b>	<b>2.835.263.182</b>
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	6.391.305	4.397.942
	<b>2.935.599.092</b>	<b>2.839.661.124</b>
	<b>3.002.856.330</b>	<b>2.906.167.117</b>
<b>b) Encargos financeiros</b>		
Custos financeiros totais	357.127.388	352.504.192
Custos financeiros no exercício (Nota 11)	4.996.562	6.493.928

## 15. Bens em regime de locação financeira

Conforme referido na nota 3.I) a Empresa regista no seu imobilizado corpóreo (Nota 10) os activos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa utiliza em regime de locação financeira 55 unidades triplas de tracção; equipamentos de venda e controlo de títulos de transporte, contabilizado na rubrica de “Equipamento básico”; uma viatura ligeira de passageiros, contabilizada na rubrica de “Equipamento de transporte”, e duas máquinas fotocopiadoras, contabilizadas na rubrica de “Equipamento administrativo”, com os seguintes valores:

Conta	Valor contabilístico	Amortização acumulada	Valor líquido
423	305.858.686	(123.907.948)	181.950.738
423	29.516.500	(18.755.353)	10.761.147
424	25.402	(8.468)	16.934
426	8.982	(2.090)	6.892
	<b>335.409.570</b>	<b>(142.673.859)</b>	<b>192.735.711</b>

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa tinha assumido compromissos para o pagamento de rendas de contratos de locação financeira como segue:

Descrição	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
55 Unidades de Tracção (Nota 53)	16.502.763	148.067.569	164.570.332
	16.502.763	148.067.569	164.570.332

A parcela que se vence a médio e longo prazo tem o seguinte plano de reembolso:

Anos	Montante
2010	17.378.364
2011	18.306.283
2012	19.289.884
2013	30.299.778
2014 e seguintes (Nota 29)	62.793.260
	148.067.569

As rendas de locação financeira, de unidades triplas de tracção, vencem juros às taxas anuais que variam entre 1,4400% e 3,2870%.

Adicionalmente, a Empresa tem responsabilidades com dez contratos de locação operacional celebrados com o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. (Nota 16) e Hewlett-Packard International Bank, não reconhecidas no balanço anexo (Nota 3. m)) no montante de € 265.456.138.

O calendário das rendas vincendas relativo aos contratos de locação operacional é o seguinte:

Anos	Montante
Curto prazo:	
2009	10.365.013
Médio e longo prazo:	
2010	14.816.478
2011	14.816.478
2012	14.816.478
2013	14.816.478
2014 e seguintes	195.825.213
	265.456.138

## 16. Empresas do Grupo, Associadas e Participadas

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as empresas do grupo, associadas e participadas eram como segue:

Partes de Capital em Empresas do Grupo	Sede	Capital	Capital próprio em 31.12.08	Resultado líquido em 2008	Participação em 2008	%	Participação em 2007	%	
Ferconsult, S.A.	Lisboa	1.000.000	7.619.471	818.907	7.619.471	100	7.100.564	100	a) b)
Metrocom, S.A.	Lisboa	750.000	420.742	93.524	336.594	80	261.774	80	a) b)
					7.956.065		7.362.338		
<b>Partes de Capital em Empresas Associadas</b>									
Publím metro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	150.000	296.698	81.964	118.679	40	214.734	40	a)
Fernave, S.A.	Lisboa	500.000	(8.711.168)	(6.764.010)	0	20	0	20	a)
Ensitrans – Eng. e Sist. de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	49.880	112.723	8.991	5.636	5	103.731	5	a)
SOTRANS – Operadora de Transportes, S.A.	Madrid	60.200	60.200	0	18.060	30	18.060	30	-
ASSER – Serv. para Emp. de Transporte, A.C.E.	Lisboa	0	0	0	4.805	-	4.805	-	d)
					147.181		341.331		
<b>Títulos e Outras Aplicações Financeiras</b>									
Edel – Emp. Editorial, Lda.	Lisboa	c)	c)	c)	20	-	20	-	a)
GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	1.952.160	(33.086.277)	(3.312.948)	312.346	16	312.346	16	a)
Otlis, A.C.E.	Lisboa	69.832	69.832	0	9.976	14	9.976	14	a)
TREM, A.C.E.	Lisboa	11.823.188	(58.150.256)	(1.954.287)	1.064	-	1.064	-	a) b)
TREM II, A.C.E.	Lisboa	28.261.342	(117.133.027)	(7.019.013)	2.576	-	2.576	-	a) b)
					325.982		325.982		
Imóveis de rendimento (Nota 10)					3.555.595		3.555.595		
Aplicação Financeira–Depósito a prazo					20.384.658		20.000.000		
					24.266.234		23.881.576		
					32.369.479		31.585.244		

a) Informação financeira não auditada a 31 de Dezembro de 2006.

b) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

c) Informação não disponível.

d) Foi decidido no decurso de 2006 proceder à liquidação do A.C.E.

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa procedeu à actualização do valor da sua participação na Fernave, S.A. com base na informação financeira desta associada, a qual apresenta perdas acumuladas de € 8.711.168, encontrando-se esta participação reconhecida em balanço por um valor nulo, dado ser entendimento da Empresa que da actual situação financeira desta associada não decorrerão perdas adicionais para a Empresa.

A participação financeira que a Empresa detém na associada GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., encontra-se registada ao custo de aquisição deduzido da provisão para investimentos financeiros no montante de € 312.346, dado ser entendimento da Empresa que da actual situação económica desta associada, a qual segundo a informação financeira em 31 de Dezembro de 2008 apresenta perdas acumuladas de € 33.086.277, não decorrerão perdas adicionais para a Empresa.

A aplicação financeira no montante de € 20.384.658 respeita a um depósito a prazo o qual vence juros a taxas normais de mercado.

Os saldos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 e as transacções efectuadas com empresas relacionadas, nos exercícios findos naquelas datas, são os seguintes:

Saldos devedores 2008	Clientes, conta corrente	Outros devedores	Empresas do grupo e participadas - curto e médio / longo prazo	Acréscimo de proveitos (Nota 50)	IRC - Retenções na fonte	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	Total
Ferconsult, S.A.	0	5.687.654	250.000	1.592.447	466.001	414.838	8.410.940
Metrocom, S.A.	0	558.129	0	0	241.241	0	799.371
Publimetro, S.A.	0	609.651	0	0	0	0	609.651
Fernave, S.A.	880	0	0	0	0	0	880
Ensitrans, A.E.I.E.	0	85.450	0	0	0	0	85.450
Otlis, A.C.E.	32.411	0	0	0	0	0	32.411
<b>Total</b>	<b>33.291</b>	<b>6.940.884</b>	<b>250.000</b>	<b>1.592.447</b>	<b>707.242</b>	<b>414.838</b>	<b>9.938.703</b>

Saldos devedores 2007	Clientes, conta corrente	Outros devedores	Empresas do grupo e participadas - curto e médio / longo prazo	Acréscimo de proveitos (Nota 50)	IRC - Retenções na fonte	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	Total
Ferconsult, S.A.	0	1.998.597	250.000	2.866.728	707.533	414.838	6.237.696
Metrocom, S.A.	0	14.866	0	432.730	187.756	0	635.352
Publimetro, S.A.	0	186.677	0	0	0	0	186.677
Fernave, S.A.	0	0	0	0	40	0	40
Ensitrans, A.E.I.E.	0	85.450	0	0	0	0	85.450
Otlis, A.C.E.	55.797	0	0	0	0	0	55.797
<b>Total</b>	<b>55.797</b>	<b>2.285.589</b>	<b>250.000</b>	<b>3.299.458</b>	<b>895.329</b>	<b>414.838</b>	<b>7.201.011</b>

Saldos credores 2008	Fornecedores, conta corrente	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	IRC - Retenções na fonte	Total
Ferconsult, S.A.	0	11.611.837	0	11.611.837
Fernave, S.A.	63.771	0	0	63.771
Ensitrans, A.E.I.E.	0	107.694	57	107.751
GIL, S.A.	226.506	0	0	226.506
Otlis, A.C.E.	153.022	10.854	2	163.878
Trem, A.C.E.	0	0	41	41
Trem II, A.C.E.	0	0	42	42
<b>Total</b>	<b>443.299</b>	<b>11.730.385</b>	<b>141</b>	<b>12.173.825</b>

Saldos credores 2007	Fornecedores, conta corrente	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	IRC - Retenções na fonte	Total
Ferconsult, S.A.	0	5.200.333	0	5.200.333
Fernave, S.A.	30.283	0	0	30.283
Ensitrans, A.E.I.E.	0	105.666	27	105.693
GIL, S.A.	215.235	0	0	215.235
Otlis, A.C.E.	263.403	0	2	263.404
Trem, A.C.E.	0	0	41	41
Trem II, A.C.E.	0	0	42	42
<b>Total</b>	<b>508.920</b>	<b>5.305.998</b>	<b>112</b>	<b>5.815.030</b>

Transacções 2008	Prestações de serviços	Proveitos suplementares	Outros devedores e credores	Proveitos extraordinários (Nota 46)
Ferconsult, S.A.	1.594.175	73.229	116.973	87.362
Metrocom, S.A.	1.603.058	21.461	49.904	0
Publimetro, S.A.	1.741.140	88.162	0	4.500
Fernave, S.A.	750	0	0	0
Otlis, A.C.E.	670.841	0	1.655	6.712
<b>Total</b>	<b>5.609.963</b>	<b>182.852</b>	<b>168.532</b>	<b>98.574</b>

Transacções 2007	Prestações de serviços	Proveitos suplementares	Outros devedores e credores	Proveitos extraordinários (Nota 46)
Ferconsult, S.A.	2.902.446	98.527	65.412	0
Metrocom, S.A.	1.683.766	17.756	31.312	1.825
Publimetro, S.A.	1.629.541	86.385	0	0
Otlis, A.C.E.	644.744	0	4.194	0
<b>Total</b>	<b>6.860.497</b>	<b>202.668</b>	<b>100.918</b>	<b>1.825</b>

Transacções 2008	Imobilizado em curso	Custo Merc. Vend. Mat. Consum	Fornecimentos e serviços externos	Custos diferidos	Custos com pessoal	Imobilizado corpóreo	Outros devedores e credores
Ferconsult, S.A.	14.381.642	0	377.772	936.597	0	2.182.257	0
Metrocom, S.A.	0	0	6.000	0	0	0	0
Ensitrans, A.E.I.E.	0	0	1.690	0	0	0	0
Fernave, S.A.	0	0	111.291	0	195	0	0
GIL, S.A.	0	0	372.643	0	0	0	0
Otlis, A.C.E.	0	1.460.986	45.616	0	0	9.045	767.050
<b>Total</b>	<b>14.381.642</b>	<b>1.460.986</b>	<b>915.012</b>	<b>936.597</b>	<b>195</b>	<b>2.191.302</b>	<b>767.050</b>

Transacções 2007	Imobilizado em curso	Fornecimentos e serviços externos	Custos diferidos	Custos com pessoal	Imobilizado corpóreo	Outros devedores e credores
Ferconsult, S.A.	11.117.729	122.446	644.892	0	500.406	0
Metrocom, S.A.	0	6.000	1.500	0	0	0
Fernave, S.A.	0	136.231	1.248	2.146	0	0
GIL, S.A.	0	355.761	0	0	0	0
Otlis, A.C.E.	0	139.306	0	0	0	626.193
<b>Total</b>	<b>11.117.729</b>	<b>759.743</b>	<b>647.639</b>	<b>2.146</b>	<b>500.406</b>	<b>626.193</b>

## 21. Ajustamentos aos valores dos activos circulantes

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos:

	Saldo inicial	Aumento	Reversão	Saldo final
Ajustamentos para depreciação de existências (Nota 22)	759.768	3.651.520	(50.000)	4.361.288
	759.768	3.651.520	(50.000)	4.361.288
Ajustamentos para cobranças duvidosas:				
Para clientes de cobrança duvidosa (Nota 23)	17.909	0	0	17.909
Para outros devedores (Nota 23)	3.621.049	874.062	(234.154)	4.260.957
Receita Carris/DGTT (Nota 23)	233.649	0	0	233.649
	3.872.606	874.062	(234.154)	4.512.514
	4.632.374	4.525.583	(284.154)	8.873.802

O aumento de € 3.651.521 inclui o montante de € 2.755.393 relativo à transferência da rubrica de amortizações resultante da transferência dos sobresselentes de material circulante para a rubrica de “Existências” (Nota 10).

## 22. Existências

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta rubrica era composta como segue:

	2008	2007
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Materiais	20.787.888	4.219.521
Ferramentas	24.849	28.799
Produtos de limpeza	13.786	12.446
Material de escritório	3.189	5.485
Combustíveis	20.836	23.285
Outros materiais	61.455	72.654
Títulos de Transporte	315.145	68.916
	21.227.146	4.431.105
Provisão para depreciação de existências (Nota 21)	(4.361.288)	(759.768)
	16.865.859	3.671.338

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Empresa não tinha existências à guarda de terceiros. Não existiam, naquelas datas, existências em trânsito e à consignação.

O aumento verificado nesta rubrica no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 resultou, essencialmente, da transferência dos sobresselentes de material circulante, que se encontravam registados na rubrica de “Imobilizado corpóreo – equipamento básico”, no montante de € 10.237.017 que foram adquiridos, conjuntamente com o material circulante a que dizem respeito, e os quais foram valorizados com base nos preços indicados pelo fornecedor em 2008 no fornecimento destes materiais, da qual resultou o registo de um proveito extraordinário no montante € 4.975.380 que foi reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Proveitos e ganhos extraordinários – ganhos em existências” (Nota 41 e 46).

### 23. Dívidas de cobrança duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as dívidas de cobrança duvidosa ascendiam a € 4.512.515 e € 3.872.606, respectivamente, incluídas nas rubricas de clientes de cobrança duvidosa e outros devedores nos montantes de € 17.909 e € 4.494.606 em 31 de Dezembro de 2008 e € 17.909 e € 3.854.698, em 31 de Dezembro de 2007, e encontram-se totalmente provisionadas (Nota 21).

### 25. Dívidas activas e passivas com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas relacionadas com o pessoal:

	2008	2007
Dívidas activas (Nota 49)	628.293	541.207
Dívidas passivas (Nota 49)	426.175	414.799

### 28. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos. Os saldos com estas entidades eram como segue:

	2008		2007	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Valor Acrescentado	5.047.098	1.244.738	3.888.027	0
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	3.926.019	53.659	4.273.326	35.408
Contribuições para a Segurança Social	0	1.240.190	0	1.298.011
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	0	721.271	0	812.879
Outros	0	216.236	0	192.129
	8.973.117	3.476.094	8.161.353	2.338.427

### 29. Dívidas a terceiros a mais de cinco anos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, existiam as seguintes dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos:

	2008	2007
Fornecedores de imobilizado (Nota 15)	62.793.260	93.093.038
Dívidas a instituições de crédito (Nota 48)	1.166.356.527	1.362.859.103
Outros empréstimos obtidos (Nota 48)	823.194.102	830.925.470
	2.052.343.889	2.286.877.611

## 31. Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço

### a) Responsabilidades com saúde

A Empresa tem vindo a efectuar o pagamento de benefícios aos seus empregados activos e pré-reformados até à idade de reforma pela Segurança Social, relacionados com serviços de saúde e que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram registados encargos de saúde no montante de € 918.006 (Notas 3.g) e 52), correspondentes aos prémios do seguro de saúde pagos naquele exercício com activos e pré-reformados.

### b) Compromissos com fornecedores de imobilizado

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a Empresa tinha assumido compromissos com fornecedores de imobilizado nos montantes de € 164.570.332 (Nota 15) e € 185.430.643, respectivamente. Estes compromissos relacionam-se basicamente com a expansão da rede. Adicionalmente, a Empresa assumiu também compromissos relacionados com dez contratos de locação operacional no montante de € 265.456.138 (Nota 15).

## 32. Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as garantias prestadas pela Empresa ascendiam a € 261.377.720 e € 261.331.096, e estão, essencialmente, relacionadas com os contratos de financiamentos e processos judiciais em curso.

O detalhe das responsabilidades assumidas pela Empresa relacionadas com garantias prestadas relativamente a processos judiciais em curso em 31 de Dezembro de 2008, é como segue:

Entidade	Montante	Data	Beneficiário
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	62.512	18/05/90	Tribunal de Trabalho
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	1.746	15/10/93	Gás de Portugal
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	9.506	05/08/97	Lte
Barclays Bank	17.458	25/05/94	Petrogal
Barclays Bank	335.980	20/06/94	Tribunal Cível
Barclays Bank	18.256	07/07/94	Tribunal Cível
Barclays Bank	10.101	03/08/94	Tribunal Cível
Barclays Bank	23.005	03/08/94	Tribunal Cível
Banco BPI	11.886	05/12/01	Tribunal Tributário - 1.ª Instância de Lisboa
Banco BPI	5.185	19/12/03	Camara Municipal de Lisboa
Banco BPI	14.964	29/09/05	Tribunal Trabalho de Lisboa
Banco BPI	7.494	10/03/06	Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa - 2.º juízo
Banco BPI	7.500	02/05/06	Refer
Banco BPI	95.482	11/05/06	Finanças 4.º Bairro Fiscal
Banco BPI	6.940	03/07/06	Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa - 2.º juízo
Banco BPI	528.370	21/12/06	3.º Vara Cível de Lisboa
Banco BPI	180.000	08/04/08	Maria Augusta & Filhos, Lda.
Banco BPI	7.086	22/10/08	Tribunal Trabalho de Lisboa
Banco BPI	7.451	02/12/08	Tribunal Trabalho de Lisboa
Cosec	47.067	27/06/94	Tribunal Cível C. Lisboa
Cosec	60.757	27/06/94	Tribunal Cível C. Lisboa
Cosec	39.186	27/06/94	Tribunal Cível C. Lisboa
	1.497.932		

### 34. Movimento ocorrido nas provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para pensões (Nota 51)	191.867.555	26.285.281	0	218.152.836
	191.867.555	26.285.281	0	218.152.836
Provisões para riscos e encargos:				
Para processos judiciais em curso	87.924	31.721	0	119.645
Juros a liquidar	261.881	0	0	261.881
Despesas com pessoal	142.971	0	0	142.971
Suprimentos proveitos contingentes	0	1.194.336	0	1.194.336
	492.776	1.226.057	0	1.718.833
	192.360.331	27.511.338	0	219.871.668

### 37. Detentor do capital

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital estatutário, cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a € 603.750.000, é detido na totalidade pelo Estado Português. Em 31 de Dezembro de 2008, encontra-se por realizar o montante de € 30.120.397 decorrente do aumento de capital efectuado em 27 de Dezembro de 2001.

### 40. Variação nas rubricas de capital próprio

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foi como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Saldo final
Capital	603.750.000	0	0	603.750.000
	603.750.000	0	0	603.750.000
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas:				
Ajustamentos de transição	21.306	0	0	21.306
Outras variações de capitais próprios	113.271	0	0	113.271
	134.577	0	0	134.577
Reservas de reavaliação:				
Imobilizado não financiado pelo Estado	37.234.075	0	0	37.234.075
Imobilizado financiado pelo Estado (notas 10 e 13)	199.062.008	0	0	199.062.008
	236.296.083	0	0	236.296.083
Reservas legais:				
Reserva geral	14.398	0	0	14.398
Reserva para remissão de capitais investidos	7.199	0	0	7.199
Reserva para investimentos (nota 10)	645.377.709	5.326.046	0	622.577.030
	645.399.307	5.326.046	0	622.598.627
Outras reservas livres	95.516.084	0	0	95.516.084
Resultados transitados	(1.493.552.435)	0	(144.221.982)	(1.637.774.416)
Resultados transitados - ajustamentos	0	0	(61.595.313)	(61.595.313)
Resultados líquidos do exercício	(144.221.982)	(126.730.258)	144.221.982	(126.730.258)
	(1.542.258.333)	(126.730.258)	(61.595.313)	(1.730.583.904)
Total	(56.678.366)	(121.404.212)	(61.595.313)	(239.677.891)

O aumento ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, na rubrica de “Reserva para investimentos”, corresponde ao subsídio atribuído ao abrigo do PIDDAC, no montante de € 5.000.000 e ao subsídio atribuído pelo FEDER-QCA Transportes no montante de 326.046, contabilizados no exercício para financiamento de ILDs (Nota 3.n)).

A rubrica “Outras reservas livres” inclui o montante de € 93.999.764 decorrente da assumpção, em anos anteriores, de passivos da Empresa por parte do Estado Português relacionados com o imobilizado financiado pelo Estado (Nota 10).

O aumento ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, na rubrica de “Resultados transitados” inclui o montante de € 24.333.795 relativo ao reconhecimento do factor de sustentabilidade relativo ao Plano de Pensões (Nota 51) pelo facto da Empresa ter assumido a sua responsabilidade decorrente das alterações que têm vindo a surgir no pagamento das reformas pela Segurança Social e, o montante € 37.261.518 relativo ao valor que se encontrava por amortizar relativamente ao diferimento inicial das responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores actuais da Empresa aquando do registo inicial do Plano de Pensões, conforme previsto na DC 19 (Nota 51), face à adopção pela Empresa em 1 de Janeiro de 2008, do previsto nas Norma Internacional de Contabilidade n.º 19 (Nota 2).

#### 41. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos exercícios de 2008 e 2007, foi determinado como segue:

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2008	2007
Existências iniciais	4.431.105	3.215.616
Compras	3.908.754	2.409.862
Regularização de existências	16.659.935	635.643
Existências finais	(21.227.146)	(4.431.105)
<b>Custos no exercício</b>	<b>3.772.648</b>	<b>1.830.016</b>

#### 43. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Gerência e Comissão de Fiscalização no exercício de 2008 ascenderam a € 404.440 e € 46.575, respectivamente, (€ 448.077 e € 33.506 respectivamente, em 31 de Dezembro de 2007), registados na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Custos com o pessoal” (Nota 52).

#### 44. Vendas e prestações de serviços

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as vendas e as prestações de serviços foram efectuadas na sua totalidade no mercado nacional e distribuem-se como segue:

	2008	2007
Vendas:		
Sucatas	18.230	14.911
	18.230	14.911
Prestações de serviços:		
Receitas de tráfego	62.528.752	55.408.666
Serviços secundários	5.529.617	7.051.699
Outros	818	2.263
	68.059.187	62.462.629
	68.077.417	62.477.540

#### 45. Demonstrações de resultados financeiros

Os resultados financeiros nos exercícios de 2008 e 2007 têm a seguinte composição:

	2008	2007
Custos e perdas		
Juros suportados	79.083.981	67.613.654
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	0	156.865
Amortizações em investimentos de imóveis (Nota 10)	71.134	71.134
Diferenças de câmbio desfavoráveis	14.936	20.817
Outros custos e perdas financeiras	3.987.049	4.312.954
	83.157.101	72.175.425
Resultados financeiros	(81.492.556)	(69.733.823)
	1.664.545	2.441.602
Proveitos e ganhos		
Juros obtidos	483.004	2.594
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	626.962	1.889.113
Rendimentos de imóveis	23.955	24.091
Diferenças de câmbio favoráveis	4.121	1.542
Descontos de pronto pagamento obtidos	73	44
Outros proveitos e ganhos financeiros	526.431	524.218
	1.664.545	2.441.602

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de “Juros suportados”, inclui encargos financeiros no montante de € 3.939.365 relacionados com contratos de locação financeira celebrados pela Empresa (Nota 53). Inclui igualmente os encargos financeiros relativos a ILDs em exploração, incorridos no exercício no montante de € 48.837.238.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 a rubrica de “Outros custos e perdas financeiras”, inclui encargos no montante de € 4.771.715, relacionados com taxas de aval de diversos financiamentos obtidos.

A rubrica de “Outros proveitos e ganhos financeiros” inclui o montante de € 446.629 relativos às amortizações das mais-valias das 14 UTs e 24 UTs, cujo montante a 31 de Dezembro de 2008 ascendeu a € 250.922 (Nota 53) e €195.707 (Nota 53), respectivamente, e o montante de € 1.003.038 relativo ao reconhecimento da amortização do proveito com a reestruturação da operação de SWAP realizada em 2007.

## 46. Demonstrações de resultados extraordinários

Os resultados extraordinários nos exercícios de 2008 e 2007 têm a seguinte composição:

	2008	2007
<b>Custos e perdas</b>		
Donativos	931.945	951.372
Dívidas Incobráveis	156	0
Perdas em existências	265.565	64.441
Perdas em imobilizações (Nota 10)	1.958.055	2.201
Multas e penalidades	15.650	360
Correcções relativas a exercícios anteriores	561.161	240.543
Outros custos e perdas extraordinários	50.741	22.814
	<b>3.783.272</b>	<b>1.281.732</b>
<b>Resultados extraordinários</b>	<b>1.726.815</b>	<b>(1.127.791)</b>
	<b>5.510.087</b>	<b>153.940</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>		
Ganhos em existências	5.065.626	22.441
Ganhos em imobilizações	69.016	38.306
Benefícios de penalidades	16.748	19.596
Redução das provisões	50.000	0
Correcções relativas a exercícios anteriores (Nota 16)	283.233	49.933
Outros proveitos e ganhos extraordinários	25.463	23.665
	<b>5.510.087</b>	<b>153.940</b>

## 48. Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2008, as dívidas a instituições de crédito tinham a seguinte composição:

Financiamentos bancários	Taxa de juro %	Curto prazo	Médio e longo prazo
Banco Santander Totta	2,7520	27.818.522	---
Banco Bilbao Vizcaya	5,5190	52.120.108	---
Banco Millenium BCP	4,8430	24.028.806	---
Banco AMRO - Bank	2,6020	96.726.781	---
Deutsche Bank	3,6550	50.000.000	---
Banco Bilbao Vizcaya	5,3360	25.000.000	---
Caja Madrid	5,3360	25.000.000	---
Banco Português de Investimento	5,7130	50.000.000	---
BES Investimento	3,3040	---	50.000.000
BNP Paribas	2,6275	---	50.000.000
Caixa Banco de Investimento	5,3360	---	50.000.000
Barclays Bank	2,6736	---	175.000.000
BNP Paribas	2,4850	---	50.000.000
Banco Santander Negócios	3,2620	---	100.000.000
ABN AMRO BANK N.V.	1,4055	---	300.000.000
Banco Europeu de Investimento	2,9935	3.000.000	24.822.150
Banco Europeu de Investimento	0,9288	8.900.000	26.749.737
Banco Europeu de Investimento	2,5941	12.505.283	168.084.877
Banco Europeu de Investimento	2,3314	4.987.979	49.879.790
Banco Europeu de Investimento	2,3768	---	53.038.843
Banco Europeu de Investimento	2,4900	6.650.639	73.157.025
Banco Europeu de Investimento	0,4900	---	124.699.474
Banco Europeu de Investimento	2,9844	---	74.819.685
Banco Europeu de Investimento	2,3025	3.657.851	45.723.141
Banco Europeu de Investimento	2,9440	---	169.591.285
Banco Europeu de Investimento	3,0940	---	150.000.000
Banco Europeu de Investimento	2,3530	---	80.000.000
Banco Europeu de Investimento	2,1530	---	80.000.000
		<b>390.395.970</b>	<b>1.895.566.007</b>

Os empréstimos bancários classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2009	239.701.752
2010	71.502.576
2011	121.502.576
2012	296.502.576
2013 e seguintes (nota 29)	1.166.356.527
	<b>1.895.566.007</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 os empréstimos por obrigações tinham a seguinte composição:

Empréstimos por obrigações	Taxa de juro %	Curto prazo	Médio e longo prazo
Emissão "Private Placement"	3,3934	7.731.367	54.119.572
Emissão Metro - 2026	0,6141	0	400.000.000
Emissão Metro - 2027	1,5560	0	400.000.000
		<b>7.731.367</b>	<b>854.119.572</b>

O empréstimo por obrigações "Private Placement", foi contraído em 7 de Outubro de 1996 por um período de 20 anos, com Swap USD/PTE para o montante total final de emissão e com garantia de uma entidade com notação de "Rating Aaa/AAA". O reembolso é feito em 20 pagamentos iguais a partir do décimo ano de vida e a taxa de juro é fixa.

O empréstimo por obrigações "Metro-2027", foi contraído em 7 de Dezembro de 2007 por um período de 20 anos, "bullet", à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a portuguesa, à excepção do "subscription agreement" que é regido pela lei inglesa.

Em 31 de Dezembro de 2008 este empréstimo por obrigações classificado em médio e longo prazo tem o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2009	7.731.367
2010	7.731.367
2011	7.731.367
2012	7.731.367
2013 e seguintes (nota 29)	823.194.102
	<b>854.119.572</b>

A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

A Empresa conforme referido na Nota 3.q) face à exposição ao risco financeiro contratou com diversas entidades bancárias, contratos de SWAP de taxa de juro, relativamente aos financiamentos bancários os quais se detalham como segue:

Financiamentos bancários			Data			Capital coberto 2008/12/31		
Designação		Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total de financiamento associado
B E I (MLA)		BBVA	2006/02/02	2005/12/05	2017/12/15			
B E I (MLA)		M Lynch	2007/05/24	2007/03/15	2014/03/15			
						27.091.613	730.538	27.822.150
B E I (ML B)	1º, 2º, 3º, 4º, 5º Desembolsos	BST	2005/10/18	2005/09/15	2012/09/15			
B E I (ML B)	1º, 2º, 3º, 4º, 5º Desembolsos	Barclays	2008/07/11	2007/09/15	2012/09/15	24.939.895		24.939.895
B E I (ML B)	6º Desembolso	BST	2002/07/31	2003/03/15	2012/03/15			
B E I (ML B)	6º Desembolso	Barclays	2007/12/06	2007/09/15	2012/09/15	10.688.526		10.688.526
						35.628.421	21.316	35.649.737
B E I (ML 1/2)	1º, 4º, 5º, 7º, 8º Desembolsos	DBI	2008/10/14	2008/09/15	2019/09/15	107.906.612		107.906.612
B E I (ML 1/2)	2º, 3º e 6º Desembolsos	BST	2006/03/30	2006/03/15	2019/09/15	64.012.397		64.012.397
						171.919.008	8.671.152	180.590.161
B E I (ML II)	4º Desembolso	JP Morgan	2008/01/30	2007/12/15	2019/12/15	21.947.108		21.947.108
B E I (ML II)	2º e 3º Desembolsos	BST	2002/07/31	2003/03/15	2012/03/15			
B E I (ML II)	2º e 3º Desembolsos	ABN	2007/07/12	2005/12/15	2019/12/15	21.947.107		21.947.107
B E I (ML II)	1º Desembolso	BNPP	2008/11/26	2008/09/15	2019/12/15	10.973.554		10.973.554
						54.867.769	-	54.867.769
B E I (ML III)	1º e 4º Desembolsos	M Lynch	2003/09/26	2003/12/15	2011/06/15			
B E I (ML III)	1º e 4º Desembolsos	BBVA	2006/02/02	2005/12/15	2020/06/15			
B E I (ML III)	1º e 4º Desembolsos	M Lynch	2007/05/24	2007/03/15	2020/06/15	26.768.820		26.768.820
B E I (ML III)	2º e 3º Desembolsos	BST	2002/07/31	2003/03/15	2012/03/15			
B E I (ML III)	2º e 3º Desembolsos	Barclays	2007/12/06	2007/09/15	2020/06/15	15.296.469		15.296.469
						42.065.289	10.973.554	53.038.843
B E I (ML II/B)	1º, 2º, 3º, 4º Desembolsos	DBI	2008/02/11	2007/12/15	2020/12/15	79.807.664	-	79.807.664
B E I (ML I/3)	1º, 2º, 3º, 4º, 5º Desembolsos	UBS	2008/07/14	2007/09/15	2021/09/15	108.072.878	16.626.597	124.699.474
B E I (ML I/3-B)	1º, 2º Desembolsos	BNPP	2008/05/13	2008/03/15	2022/06/15	31.424.268		31.424.268
B E I (ML I/3-B)	3º Desembolso	BST	2002/07/31	2003/03/15	2012/03/15			
B E I (ML I/3-B)	3º Desembolso	Barclays	2007/12/06	2007/09/15	2022/06/15	35.913.449		35.913.449
						67.337.716	7.481.968	74.819.685
B E I (ML II/C)	1º, 2º Desembolsos	BNPP	2008/05/13	2008/03/15	2022/06/15	49.380.992	-	49.380.992
B E I (ML IV)	1º, 2º, 3º, 4º, 5º Desembolsos	BES Inv.	2003/03/06	2003/09/15	2018/09/15	169.591.285		169.591.285
B E I (ML IV)	1º, 2º, 3º, 4º, 5º Desembolsos	JP Morgan	2008/01/30	2007/12/15	2018/09/15			
						169.591.285	-	169.591.285
B E I (ML V/A)	1º, 2º, 3º e 4º Desembolsos	DBI	2008/02/11	2007/12/15	2020/12/15	150.000.000		150.000.000
B E I (ML V/B)	1º, 2º, 3º Desembolsos	Barclays	2008/07/10	2008/06/15	2021/06/15	80.000.000		80.000.000
B E I (ML V/C)	1º Desembolso	BST	2003/05/26	2003/06/16	2022/06/15			
B E I (ML V/C)	1º Desembolso	BNPP	2006/02/14	2005/12/15	2022/06/15			
B E I (ML V/C)	1º Desembolso	JP Morgan	2007/05/31	2006/12/15	2022/06/15	40.000.000		40.000.000
B E I (ML V/C)	2º Desembolso	BNPP	2008/11/26	2008/09/15	2022/06/15	40.000.000		40.000.000
						310.000.000	-	310.000.000
BEI (REEST - Taxas Fixas Revisíveis)		BST	2006/03/09	2006/03/15	2012/09/15	159.615.327	-	159.615.327
B E I (REEST - Inc. Capital)	Tranche A	C Suisse	2008/06/03	2008/03/15	2022/06/15	22.252.562		22.252.562
B E I (REEST - Inc. Capital)	Tranche B	BST	2007/05/31	2007/03/15	2022/06/15	11.126.281		11.126.281
B E I (REEST - Inc. Capital)	Tranche C	DBI	2008/11/24	2008/09/15	2022/06/15	11.126.281		11.126.281
						44.505.125	(44.505.125)	0
AB N (Schuldschein)	Tranche A	Morgan Stanley	2008/07/08	2010/07/22	2024/07/22			
AB N (Schuldschein)	Tranche A	C Suisse	2008/07/08	2006/07/22	2024/07/22	100.000.000		100.000.000
AB N (Schuldschein)	Tranche B	UBS	2008/07/10	2010/07/22	2024/07/22			
AB N (Schuldschein)	Tranche B	C Suisse	2008/07/10	2006/07/22	2024/07/22	100.000.000		100.000.000
AB N (Schuldschein)	Tranche C	BST	2005/02/25	2005/07/22	2024/07/22			
AB N (Schuldschein)	Tranche C	C Suisse	2006/10/06	2006/07/22	2024/07/22	100.000.000		100.000.000
						300.000.000	-	300.000.000
P COM (BNPP - 2005)		BNPP	2007/05/31	2007/02/12	2012/08/12	50.000.000		50.000.000
P COM (Barclays)		JP Morgan	2006/12/07	2006/12/18	2013/12/18	125.000.000		125.000.000
P COM (BNPP - 2007)		BNPP	2007/12/11	2007/11/08	2014/05/08	50.000.000		50.000.000
						225.000.000	-	225.000.000
						1.844.883.086	-	1.844.883.086

Relativamente aos empréstimos por obrigações a empresa contratou com diversas entidades bancárias, contratos de SWAP de taxa de juro, como segue:

Empréstimos obrigacionistas		Data			Capital coberto 2008/12/31		
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total de financiamento associado
Merrill Lynch	M Lynch	2007/05/24	2007/04/15	2016/10/15	61.850.939	-	61.850.939
Obrigações 2026	BARCLAYS	2008/05/16	2007/12/04	2026/12/04	100.000.000		100.000.000
Obrigações 2026	JP MORGAN	2008/06/18	2007/12/04	2026/12/04	100.000.000		100.000.000
Obrigações 2026	BBVA	2006/12/15	2006/12/04	2026/12/04	70.000.000		70.000.000
Obrigações 2026	M LYNCH	2006/12/22	2006/12/04	2026/12/04	60.000.000		60.000.000
Obrigações 2026	C SUISSSE	2008/09/18	2007/12/04	2026/12/04	70.000.000		70.000.000
Obrigações 2026	BARCLAYS	2007/05/17	2006/12/04	2026/12/04	200.000.000		200.000.000
Obrigações 2026	BARCLAYS	2007/05/17	2006/12/04	2026/12/04	100.000.000		100.000.000
Obrigações 2026	JP MORGAN	2008/01/30	2007/12/04	2026/12/04	85.000.000		85.000.000
Obrigações 2026	JP MORGAN	2008/01/30	2007/12/04	2026/12/04	85.000.000		85.000.000
Obrigações 2026	JP MORGAN	2007/05/17	2006/12/04	2026/12/04	30.000.000		30.000.000
Obrigações 2026	CAIXA BI	2008/05/28	2007/12/04	2026/12/04	100.000.000		100.000.000
Obrigações 2026	DBI	2008/10/14	2007/12/04	2026/12/04	70.000.000		70.000.000
Obrigações 2026	DBI	2008/11/24	2007/12/04	2026/12/04	70.000.000		70.000.000
Obrigações 2026	JP MORGAN	2008/11/18	2010/12/04	2026/12/04	85.000.000		85.000.000
Obrigações 2026	JP MORGAN	2008/11/18	2010/12/04	2026/12/04	85.000.000		85.000.000
Obrigações 2026	JP MORGAN	2008/11/18	2010/12/04	2026/12/04	100.000.000		100.000.000
					1.410.000.000	-	1.410.000.000
Obrigações 2027	Barclays	2007/12/20	2007/12/07	2022/12/07	200.000.000		200.000.000
Obrigações 2027	JP Morgan	2007/12/07	2007/12/07	2027/12/07	100.000.000		100.000.000
Obrigações 2027	BNPP	2007/12/11	2007/12/07	2027/12/07	100.000.000		100.000.000
					400.000.000	-	400.000.000
					1.871.850.939	-	1.871.850.939

Em 31 de Dezembro de 2008, o valor actual dos contratos de SWAP detidos pela Empresa é negativo no montante de, aproximadamente, a € 408.339.000. A metodologia utilizada pelo avaliador independente na quantificação do valor daqueles contratos consiste na projecção dos cash-flows esperados no futuro, actualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero actual, de forma a projectar os indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efectuados com as diversas instituições bancárias. Conforme mencionado na Nota 3.q), os ganhos e perdas latentes com os contratos swap, não estão registados nas demonstrações financeiras da Sociedade, e são reconhecidos, apenas na demonstração de resultados no momento em que se efectivam de forma a cobrir o encargo financeiro dos financiamentos que se pretendeu dar cobertura.

## 49. Outros devedores e credores

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Curto prazo		Médio e longo prazo	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Parque Expo'98	7.980.766	7.082.930	0	0
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses E.P.	692.639	0	0	0
Pessoal (Nota 25)	628.293	426.175	0	0
Câmara Municipal Barreiro – juros de mora	1.735.759	0	0	0
Câmara Municipal Barreiro – Serv. Municipalizados	744.129	0	0	0
Rodoviária de Lisboa S.A.	2.026.088	116.884	0	0
Câmara Municipal de Lisboa	36.604	0	423.105	36.604
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	607.141	7.000.098	0	0
REFER – Rede Ferroviária Nacional	25.251	0	0	0
FERTAGUS – Travessia do Tejo Transportes S.A.	331.318	0	0	0
Transtejo	303.332	11.598	0	0
Outros credores c/ Estado	0	0	0	497.787
Empresas do grupo, associadas e participadas (Nota 16)	6.941.206	0	0	0
Outros	2.610.783	1.124.256	36.464	0
	24.663.308	15.761.941	459.569	497.787

Em 17 de Agosto de 1994, a Empresa celebrou um protocolo de acordo com a Parque Expo'98, S.A. ("Parque Expo'98") no qual ficou determinada uma compensação a receber pela Empresa pela antecipação da construção e exploração da linha e respectivas estações Alameda – Expo. A compensação no montante total de € 9.975.957 seria paga pela Parque Expo'98 durante os anos de 1995 a 1998 nos montantes de € 1.995.191, € 2.493.990, € 2.493.990 e € 2.992.787, respectivamente. Em resultado deste protocolo de acordo, a Empresa registou uma conta a receber e um proveito diferido no montante de € 9.975.957. Até 31 de Dezembro de 2008 da compensação total a Empresa recebeu o valor de € 1.995.191 relativo à parcela de 1995, tendo registado naquela data na rubrica de "Outros devedores" o montante de € 7.980.766. Em 1998, com a conclusão das obras de construção e início de exploração da linha e respectivas estações a Empresa decidiu dar início ao reconhecimento do proveito relacionado com a compensação atribuída, durante o período compreendido entre Maio de 1998 (data em que a linha passou a funcionar) e 2003 (data em que a Empresa concluiria a construção e daria início à exploração desta linha).

Em 29 de Setembro de 1995 foi celebrado um Protocolo de Acordo entre a Empresa, a Parque Expo'98 e a Câmara Municipal de Lisboa, no qual ficou definido que a Empresa pagaria à Parque Expo'98 a importância de € 7.082.930 a título de expropriação da área indispensável à implementação e construção da estação de metro "Gare do Oriente", não tendo sido definido um prazo ou plano para o seu pagamento. Em resultado deste protocolo a Empresa capitalizou nos encargos com a construção da Linha do Oriente e respectivas estações o montante de € 7.082.930 e registou uma conta a pagar na rubrica de "Outros credores", pelo mesmo montante.

## 50. Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	2008	2007
<b>Acréscimos de proveitos:</b>		
Empresas do grupo (Nota 16)	1.592.447	3.299.458
Receitas de tráfego	767.264	685.690
Outros	293.541	169.616
	<b>2.653.253</b>	<b>4.154.764</b>
<b>Custos diferidos:</b>		
Seguros	88.500	88.610
Despesas financeiras	1.159.613	1.357.984
Encargos com contratos de leasing (Nota 53)	2.699.707	2.933.744
Encargos com financiamento	6.093.086	6.501.189
Descontos de emissão de obrigações	1.117.407	1.204.194
Trabalhos por conta de terceiros	43.694.185	34.431.583
Conservação plurianual	0	603.854
Diferenças de câmbio desfavoráveis (Nota 3.o))	97.626	108.473
Contratos de assistência técnica	13.086	4.376
Encargos com pensões (Nota 51)	0	37.261.518
Outros	47.815	40.431
	<b>55.011.024</b>	<b>84.535.955</b>

	2008	2007
<b>Acréscimos de custos:</b>		
Férias, subsídios de férias e respectivos encargos sociais	8.334.077	8.187.587
Juros vencidos e não pagos	5.664.505	6.181.011
Rendas de locação operacional (Nota 53)	2.998.930	2.850.455
Outros	2.275.336	2.966.822
	<b>19.272.848</b>	<b>20.185.875</b>
<b>Proveitos diferidos:</b>		
Subsídios para investimentos	34.419.323	37.453.539
Contratos de leasing – mais-valias diferidas (Nota 53)	60.125.859	64.931.774
Reestruturação de operações SWAP	18.055.220	19.058.258
Outros	930.116	768.319
	<b>113.530.519</b>	<b>122.211.890</b>

A rubrica “Custos diferidos – despesas financeiras” no montante de € 1.159.613 refere-se aos custos financeiros incorridos com a contratação de empréstimos bancários, e que são diferidos de acordo com o período temporal dos empréstimos.

A rubrica “Custos diferidos – encargos com contratos de leasing”, no montante de € 2.699.707, diz respeito a encargos incorridos na realização de contratos de locação financeira e operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respectivos contratos.

A rubrica “Custos diferidos – encargos com financiamento” inclui o montante de € 5.162.580 referente ao valor pago antecipadamente relativamente à totalidade do spread do empréstimo bancário do ABN no montante de € 300.000.000 (Nota 48) e que se encontra a ser diferido de acordo com o período temporal desse empréstimo.

A rubrica “Custos diferidos – trabalhos por conta de terceiros” inclui, essencialmente, os montantes de € 27.429.985 (o qual inclui o montante de € 15.047.083 relativo às obras efectuadas no terminal da Transtejo no Cais Sodré e o montante de € 12.382.902 relativo às obras efectuadas pela Empresa no Terreiro do Paço, e relativamente ao qual o Conselho de Gerência entende que irá ser alvo de celebração de protocolo a curto prazo), € 9.550.544 e € 4.644.512 relativos a obras efectuadas pela Empresa por conta da Transtejo, Câmara Municipal de Lisboa e da Refer, respectivamente.

A rubrica “Proveitos diferidos – subsídios para investimentos”, no montante de € 34.419.323, inclui os valores atribuídos no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, para financiar investimentos efectuados pela Empresa relacionados com o plano de expansão da rede. Os subsídios são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de “Outros proveitos e ganhos operacionais”, proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas (Nota 3.n)).

A rubrica de “Proveitos diferidos – reestruturação de operações SWAP” no montante de € 18.055.220, respeita ao proveito líquido obtido pela Empresa com a renegociação de 15 SWAPS no seguimento da política de gestão que a Empresa exerce sobre a sua carteira de devedores, os quais se detalham como segue:

Entidade	Montante	Data da operação	Financiamento	Montante financiamento (Nota 48)
JP Morgan	30.000.000	2007/07/15	Obrigações 2026	400.000.000
Santander Totta	7.725.000	2007/06/01	BEI - Inc. Capital	6.101.249
	<b>37.725.000</b>			<b>406.101.249</b>
JP Morgan	(6.500.000)	2007/05/31	BEI ML V/C	40.000.000
BPN Paribas	(6.323.000)	2007/06/01	P COM - 2005	50.000.000
Barclays	(1.275.000)	2007/05/17	BEI ML B, III, I/3-B (V)	68.560.959
Barclays	(3.900.000)	2007/05/17	BEI ML B (Fr) + I/3	143.923.977
	<b>(17.998.000)</b>			<b>302.484.936</b>
	<b>19.727.000</b>			<b>708.586.185</b>

Este montante encontra-se a ser diferido pelo período a que dizem respeito os instrumentos financeiros derivados que resultaram da renegociação, tendo sido o proveito associado reconhecido na demonstração dos resultados, na rubrica de "Outros custos e perdas financeiros" pelo montante de € 1.003.038 (€ 668.712 em 31 de Dezembro de 2007).

## 51. Pensões

Conforme referido na Nota 3.f), a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice e invalidez, pré-reforma e pensões de sobrevivência. Em 31 de Dezembro de 2008, o número de empregados activos, pré-reformados e reformados/pensionistas ascendia 1.312, 8 e 1.335, respectivamente (1.443, 20 e 1.204 em 31 de Dezembro de 2007).

Aquelas prestações correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de Dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

De acordo com estudos actuariais elaborados por uma entidade independente, o valor actual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no activo, pré-reformados e reformados foi estimado em:

	2008	2007
Trabalhadores activos	40.670.924	44.230.625
Pré-reformados	1.364.575	3.542.094
Reformados	167.550.820	144.094.836
	<b>209.586.319</b>	<b>191.867.555</b>

O estudo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2008 foi efectuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes principais pressupostos e bases técnicas e actuariais:

Tábuas de mortalidade	TV 73/77 - França
Tábuas de invalidez	EVK 80 - Suíça
Taxa média de crescimento dos salários	2,25%
Taxa média anual de rendimento do fundo	6%
Taxa média anual de crescimento de pensões	2%
Taxa média anual de actualização até à idade normal de reforma das prestações de pré-reforma	5%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões no exercício de 2008 foi como segue:

	2008
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2007	191.867.555
Custo dos serviços correntes	2.077.163
Custo dos juros	11.512.053
Benefícios pagos no exercício	(11.637.730)
Efeito do factor de sustentabilidade (Nota 40)	24.333.795
(Ganhos) / Perdas actuariais do exercício	15.767.278
	233.920.114

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2008, nos montantes de € 2.077.163 e € 11.512.053, respectivamente, foram reconhecidos nas demonstrações dos resultados nas rubricas de “Custos com pessoal” e “Custos financeiros”, respectivamente.

Como mencionado na nota 3.f), os ganhos e perdas actuariais, são registados nas demonstrações financeiras só na parte em que ultrapassarem os limites definidos no “corredor” de 10%, e são amortizados a partir do exercício subsequente em que apurado, em função do tempo de serviço médio esperado dos empregados abrangidos neste plano à data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa não reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de € 15.767.278, relativo às perdas actuariais apuradas no exercício, por aquelas serem inferiores ao valor de 10% das responsabilidades totais.

As responsabilidades relativas ao pagamento de complementos de pensões no montante de € 218.152.836, em 31 de Dezembro de 2008 encontram-se registadas no passivo na rubrica “Provisões para pensões” (Nota 34). No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa reconheceu na rubrica de “Resultados transitados” o montante de € 37.261.518 (Nota 40 e 50), relativo às responsabilidades por serviços passados dos actuais empregados da Empresa, as quais se encontravam a ser amortizadas para um período de 23 anos, correspondendo este período, estimado de vida laboral remanescente dos empregados, tal como previsto como medida transitória na DC 19. Dado a Empresa ter adoptado com efeitos a 1 de Janeiro de 2008 a aplicação da Norma Internacional de Contabilidade n.º 19, para efeito de registo das suas responsabilidades com benefícios de reforma, registou directamente em resultados transitados aquele valor.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica de “Custos com o pessoal – pensões” (Nota 52) inclui os seguintes custos com pensões de reforma:

	2008	2007
Aumento das responsabilidades com pensões no exercício (Nota 34)	17.718.764	8.531.976
Pagamento de pensões no exercício, sem utilizar a provisão	11.637.730	9.807.640
Amortização das responsabilidades dos activos	0	2.328.845
Custo com pensões no exercício	29.356.494	20.668.461

Em 31 de Dezembro de 2008 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

## 52. Custos com pessoal

Esta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, tem a seguinte composição:

	2008	2007
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 43)	451.015	481.582
Remunerações do pessoal	51.594.231	52.402.302
Pensões (Nota 51)	13.714.893	20.668.461
Encargos sociais	12.355.786	12.229.775
Prémios de seguro de saúde (Nota 31)	918.006	974.285
Outros custos com pessoal	1.506.112	1.803.317
	<b>80.540.042</b>	<b>88.559.722</b>

## 53. Fornecedores de imobilizado, conta corrente

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de fornecedores de imobilizado, conta corrente inclui as rendas vincendas de contratos de locação financeira no montante € 164.570.332 (Nota 15) e as contas a pagar por obras de expansão da rede.

Em 29 de Dezembro de 1995 e em 30 de Dezembro de 1997, a Empresa celebrou com a DB EXPORT Leasing GmbH, dois contratos de leasing, relacionados com 17 e 14 unidades triplas de tracção (UTs), respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2008, as contas a pagar àquela entidade ascendiam a € 89.047.362 (Nota 15) (€ 78.529.381 classificados a médio e longo prazo e € 10.517.981 a curto prazo).

Em 31 de Dezembro de 1998, a Empresa celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UTs de material circulante da série ML95, pelo montante de € 124.699.474 e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 6 de Janeiro de 1999. Em 31 de Dezembro de 2008, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a € 75.522.970 (Nota 15).

A Empresa de forma a cobrir o risco financeiro das variações de taxa de juro associadas aos contratos de locação financeira, contratou junto de instituições financeiras, SWAP de taxa de juro conforme detalhe:

Designação	Entidade	Data			
		Swap	Inicial	Final	Capital
DB Export/95	BST	2003/02/26	2003/06/15	2013/12/30	46.724.657
DB Export/97	BST	2003/02/26	2003/06/15	2015/12/30	42.322.705
					<b>89.047.362</b>
BSN/CGD (US Lease)	BST	2005/09/22	2005/07/01	2019/01/02	75.522.970
					<b>164.570.332</b>

A operação foi organizada e estruturada pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pelo D'Accord Financial Service, Inc. e financiada pela Caixa Geral de Depósitos. Esta operação foi autorizada pelo Despacho Conjunto n.º 911-A/98, de 22 de Dezembro de 1998, dos Ministérios das Finanças e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Em 31 de Dezembro de 2008, o valor actual dos contratos de SWAP detidos pela Empresa, associados a estas operações é negativo no montante de, aproximadamente, a € 6.301.000. A metodologia utilizada pelo avaliador independente na quantificação do valor daqueles contratos consiste na projecção dos cash-flows esperados no futuro, actualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero actual, de forma a projectar os indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efectuados com as diversas instituições bancárias. Conforme mencionado na Nota 3.q), os ganhos e perdas latentes com os contratos swap, não estão registados nas demonstrações financeiras da Sociedade, e são reconhecidos, apenas na demonstração de resultados no momento em que se efectivam de forma a cobrir o encargo financeiro dos financiamentos que se pretendeu dar cobertura.

Relacionadas com as operações mencionadas, incluindo os contratos de locação operacional, foram registadas as seguintes transacções, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e encontram-se registados os seguintes saldos, àquela data:

Custos diferidos com comissões e honorários de entidades envolvidas nas operações (Nota 50)	2.699.707
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia originada no contrato referente às 14 UTs (Nota 50)	1.756.455
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia originada no contrato referente às 24 UTs (Nota 50)	2.054.922
Acréscimo de custos pela periodificação de encargos financeiros referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 a pagar em 2009	592.151
Amortização da mais-valia originada no contrato referente às 14 UTs (Nota 45)	250.922
Amortização da mais-valia originada no contrato referente às 24 UTs (Nota 45)	195.707
Juros e outros custos financeiros suportados (Nota 45)	3.939.365
Custos suportados com a taxa de aval	418.849
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia e da operação US CROSS BORDER LEASE 2000 originados no contrato de locação operacional, celebrado relativamente a 18 unidades triplas de tracção da série ML97 (Nota 50)	16.205.618
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia e da operação US CROSS BORDER LEASE 2001 originados no contrato de locação operacional, celebrado relativamente a 19 unidades triplas de tracção da série ML97 (Nota 50)	25.703.061
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia e da operação US CROSS BORDER LEASE 2002 originados no contrato de locação operacional, celebrado relativamente a 19 unidades triplas de tracção da série ML99 (Nota 50)	14.405.804
Acréscimo de custos pela periodificação de rendas de locação operacional, dos contratos relativos a 18 e 19 unidades triplas de tracção da série ML97 (Nota 50)	2.998.930
Amortização da mais-valia originada no contrato de locação operacional, referente a 18 unidades triplas de tracção da série ML97	1.372.285
Amortização da mais-valia originada no contrato de locação operacional, referente a 19 unidades triplas de tracção da série ML97	1.977.162
Amortização da mais-valia originada no contrato de locação operacional, referente a 19 unidades triplas de tracção da série ML99	935.095
Encargos registados em fornecimentos e serviços externos - rendas e alugueres, relativos aos contratos de locação operacional	10.889.313

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, os proveitos relativos às operações US Cross Border Lease (NPV) estão registados na rubrica "Outros proveitos e ganhos operacionais", por estarem relacionados com as operações de leasing operacional e ascendem a € 609.315. Adicionalmente, o reconhecimento das amortizações das mais-valias originadas nos contratos de locação operacional referente a 18 e 19 unidades triplas de tracção da série ML97 e 19 unidades triplas de tracção da série ML99, nos montantes de € 1.372.285, € 1.977.162 e € 935.095, respectivamente, foram registados na rubrica de "Outros proveitos e ganhos operacionais".

## 54. Responsabilidades em contencioso

Em 31 de Dezembro de 2008, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de € 38.272.565, os quais referem-se essencialmente a um processo intentado relativamente à contestação de adjudicação de obra, processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, não tendo sido registada, naquela data, qualquer provisão relativa às mesmas, uma vez que caso aquelas indemnizações sejam pagas as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de “Imobilizações corpóreas”. Durante o exercício de 2008, a Empresa assumiu indemnizações por danos causados com as obras de expansão da rede, através de prestações pecuniárias e em espécie (trabalhos), respectivamente, no montante de € 2.110.991 e € 198.309, as quais foram registadas no balanço na rubrica de “Imobilizações corpóreas financiadas pelo Estado”.

## 55. Anexo à demonstração dos fluxos de caixa

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 com as rubricas do balanço:

Numerário	31.745
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	133.276
Caixa e seus equivalentes	165.021
Disponibilidades constantes do balanço	165.021

## 56. Eventos subsequentes

Em 4 de Fevereiro de 2009, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações no montante de € 400.000.000, vencível em 4 de Fevereiro de 2019, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a lei Portuguesa.

O Técnico Oficial de Contas



Dr. Carlos Alberto Meira Rodrigues

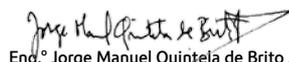
O Conselho de Gerência



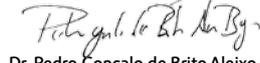
Dr. Joaquim José de Oliveira Reis



Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Morais Correia



Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette







## 6. Parecer da Comissão de Fiscalização

### I – Introdução

No cumprimento das disposições legais e das normas estatutárias da empresa, nomeadamente do seu artigo 21.º, compete à Comissão de Fiscalização do Metropolitano de Lisboa, E.P., apreciar e emitir o respectivo Parecer sobre o Relatório e Contas da responsabilidade do Conselho de Gerência, relativo ao exercício de 2008, que lhe foi, atempadamente, dado conhecimento.

Importa, previamente, referir que sendo o Metropolitano de Lisboa uma empresa pública, na qual estão envolvidos consideráveis recursos, também, públicos, entende a Comissão de Fiscalização que a gestão da empresa, sem perder de vista o serviço público de excelência que deve prestar, se deve pautar por inequívocos critérios de rigor e transparência. Aliás, tal exigência decorre das disposições legais a que estão sujeitas estas empresas, devendo fundamentalmente, a sua gestão ser enquadrada nas limitações da despesa pública que os condicionalismos da conjuntura orçamental do país obriga.

Na concepção metodológica da feitura deste documento, entende este Órgão fiscalizador que para um melhor entendimento dos fundamentos do presente Parecer, deva também enumerar, embora de forma sucinta, os aspectos mais relevantes da actividade que desenvolveu durante 2008, no acompanhamento da gestão quotidiana da Empresa.

### II – Actividade desenvolvida pela Comissão de Fiscalização

Ao longo do ano, no cumprimento das suas atribuições no acompanhamento dinâmico da gestão e da actividade da empresa, este Órgão fiscalizador reuniu ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, tendo se sistematicamente inteirado do conteúdo dos diversos documentos de trabalho emanados dos diversos serviços operacionais, bem como, analisado regularmente as contas e a situação financeira da empresa e os instrumentos previsionais de gestão

Nesta conformidade, a Comissão de Fiscalização, instituiu, ab initio, como metodologia de trabalho, o acompanhamento muito próximo e regular da actividade da empresa, inteirando se, sistematicamente do conteúdo dos relatórios, Actas do Conselho de Gerência e outros e diversificados documentos de trabalho. Com a mesma finalidade, foram realizadas visitas às áreas operacionais da empresa e realizadas consequentes reuniões de informação com os seus responsáveis directos.

Esta metodologia de trabalho, mais se justificou, face às exigências do crescendo da actividade operacional do Metropolitano, como muito, especialmente, tendo em atenção o elevado valor das empreitadas e obras públicas levadas a cabo pela empresa.

Sempre que julgou oportuno, alertou, formal ou informalmente, o Conselho de Gerência para factos e situações julgadas pertinentes e a exigirem uma atenção especial por parte do Órgão executivo.

No desenvolvimento da actividade deste órgão, foi estabelecido através do vogal ROC um contacto regular com os Auditores externos da empresa, de cujo relatório anual nos foi dado conhecimento.

Também, sempre que teve conhecimento atempado, a CF fez se representar, por um dos seus membros, nos actos de abertura de propostas dos concursos públicos.

Finalmente, importa, referir que todos os factos e opiniões fundamentadas da Comissão de Fiscalização, quer sobre os aspectos quantitativos como qualitativos, foram mencionadas nos relatórios Trimestrais que elaborou e endereçou às entidades tutelares.

### III – Actividade desenvolvida pela empresa

Apesar de o Relatório de Gestão da responsabilidade do Conselho de Gerência referir com a necessária clareza a forma como decorreu a actividade do Metropolitano de Lisboa, durante o exercício de 2008, entende, mesmo assim, a Comissão de Fiscalização que pela sua importância ou acuidade no desempenho global da empresa, que devem ser realçados, se bem que em síntese, os seguintes aspectos:

- Na rede do Metropolitano de Lisboa, actualmente formada por quatro Linhas que se estendem por 38 km e com 50 estações, decorrem vultuosos investimentos que, farão com que a curto prazo, a extensão total das Linhas passe para 45 km dispendo de 57 estações;
- É inquestionável que o “Fecho” em definitivo da rede do Metropolitano, justificado não só para a eliminação das fraudes, mas também como incremento da receita e obtenção de registos estatísticos reais da procura comercial, veio permitir de facto um maior rigor no conhecimento das motivações dos clientes, face ao serviço disponibilizado. Esta circunstância permitiu um acréscimo nas receitas de exploração da empresa, possibilitando uma maior capacidade de retorno do investimento efectuado;
- Releva se, igualmente, que tanto a revisão de tarifas aprovada durante o exercício como o referido fecho da rede, permitiram aumentar, significativamente, as receitas de venda de passes e títulos, verificando se, todavia, uma notória transferência da receita de títulos próprios para o novo título “Zapping”;
- Regista se a preocupação com a evolução qualitativa dos meios postos à disposição dos clientes, atestada pelo facto de, depois da reconfirmação da Certificação atribuída pelas entidades competentes à Exploração Industrial (EI) do Metropolitano, ter sido iniciado no exercício idêntico processo na área da Exploração Comercial onde se espera, em breve, a respectiva Certificação;
- Apesar de ter havido no período um acréscimo da receita cobrada em cerca de 8%, o número de passageiros transportados ficou aquém do previsto, justificando se o incremento de medidas que promovam a apetência e o acréscimo de novos clientes na utilização da rede do Metropolitano, como transporte público de excelência;
- Em matéria de investimentos a Empresa realizou cerca de 50% do investimento programado – 98 milhões de euros, sendo de assinalar que perto de 96 milhões de euros foram concretizados na construção de Infra estruturas de Longa Duração. Nestes valores não se incluem “investimentos por conta de terceiros”, os quais têm vindo a crescer em número e valor, sobrecarregando a tesouraria da empresa e gerando alguns constrangimentos quanto aos prazos como é reembolsada;
- De acordo com os registos do “Balanço Social”, a comunidade de trabalho do Metropolitano de Lisboa, no final de Dezembro de 2008, era constituída por 1.569 trabalhadores, tendo reduzido em 79 o número de colaboradores em relação ao ano transacto, se bem que o número de horas de trabalho suplementar tenha crescido, cerca de 43%, em relação ao ano anterior. Realça se, ainda neste ponto, que o nível de absentismo na empresa pouco oscilou, fixando se em 2008 nos 7,93%;
- Continuam ainda por concretizar os projectos envolvendo as soluções definitivas, em relação ao Parque de Máquinas e Oficinas de Sete Rios, se bem que nesse local por solicitação da Câmara M. de Lisboa, já tenha entrado há muito em funcionamento a Central de Expressos, equipamento onde o Metropolitano suportou encargos não despidiendos. Importa, pois, na salvaguarda dos interesses patrimoniais da Empresa, concretizar, definitivamente, as soluções já acordadas para o local com a autarquia de Lisboa.

#### IV – Situação económica e financeira

As Demonstrações Financeiras do exercício foram objecto de revisão pelo Revisor Oficial de Contas, vogal desta Comissão, o qual de acordo com as normas legais emitiu a competente Certificação Legal das Contas, bem como o Relatório da Acção Fiscalizadora por si exercida, relativos ao exercício de 2008, tendo expresso as “reservas” e “ênfases” por si julgadas adequadas, documentos que merecem na sua totalidade a concordância da Comissão de Fiscalização.

De acordo com a Demonstração de Resultados a empresa apresentou em 2008 um resultado líquido negativo de 126.730 milhares de euros, cerca de 12,1% inferior ao registado em 2007, explicado pela melhoria dos resultados operacionais em 36% e dos resultados extraordinários em 253%, uma vez que os resultados financeiros se agravaram em 16,9%.

Cabe, no entanto, salientar a atenção para o efeito da alteração no exercício do critério de reconhecimento das responsabilidades da empresa com pensões e reformas do pessoal ao seu serviço no resultado líquido, já que, mantendo se o critério adoptado até 2007, tal resultado se manteria negativo e apenas inferior em 1,2% ao registado no ano anterior.

Apesar da melhoria verificada, entende a Comissão de Fiscalização salientar que a persistência de elevados resultados líquidos negativos e o contínuo crescimento do passivo remunerado da empresa, criam a prazo, uma situação insustentável para a mesma, pelo que se torna urgente a busca de soluções económicas e financeiras tendentes à sua viabilização.

Cabe igualmente salientar a degradação dos capitais próprios do Metropolitano de Lisboa, E.P., que se apresentam em 31 de Dezembro de 2008, negativos em 239.678 milhares de euros, a exigir a adopção de medidas de recapitalização. Para tal agravamento, contribuiu o registo em Resultados Transitados de encargos com responsabilidades com pensões, justificando o crescimento contínuo de tais responsabilidades uma análise cuidada com vista à sua redução no futuro.

#### V – Parecer

Face ao exposto nos pontos anteriores, e às considerações enunciadas nos documentos citados relativas à actividade do Metropolitano de Lisboa, E.P. durante o exercício de 2008, a Comissão de Fiscalização é de Parecer que:

1. O Relatório do Conselho de Gerência encontra-se correctamente elaborado, respeitando as determinações legais e estatutárias. Do mesmo modo, evidencia com clareza e rigor os aspectos mais relevantes ocorridos na gestão da empresa durante o exercício.
2. Dá ainda cumprimento, ao estipulado nas resoluções do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março e n.º 70/2008, de 22 de Abril, evidenciando os níveis de orientação estratégica definidos pela Tutela, bem como do mesmo modo, menciona as transacções de maior dimensão financeira com empreiteiros e fornecedores, e o regime jurídico aplicado em matéria de aquisição de bens e serviços.
3. Com as Reservas e Ênfases expressas na Certificação Legal de Contas, o Balanço, Demonstração de Resultados Líquidos e o Anexo às Contas, mostram de forma verdadeira e julgada a mais apropriada, a situação económica e financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P., em 31 de Dezembro de 2008.

Atento ao exposto, a Comissão de Fiscalização do Metropolitano de Lisboa, E.P., emite formalmente PARECER FAVORÁVEL à aprovação do Relatório do Conselho de Gerência, assim como às Contas e Demonstrações Financeiras e respectivo Anexo, respeitantes ao exercício de 2008, concordando, também, com a Aplicação de Resultados proposta pelo Conselho de Gerência.

Finalmente, este Órgão Fiscalizador deixa expresso neste documento, os seus agradecimentos pela colaboração dispensada pelo Conselho de Gerência. Esse agradecimento é extensível, também, pela disponibilidade e colaboração demonstradas, não só aos responsáveis pelas Direcções e Serviços, como à generalidade dos colaboradores do ML que teve necessidade de assiduamente contactar, no desempenho das suas atribuições.

Lisboa, 8 de Julho de 2009

A Comissão de Fiscalização



(Dr. Renato A. Vieira Campos)

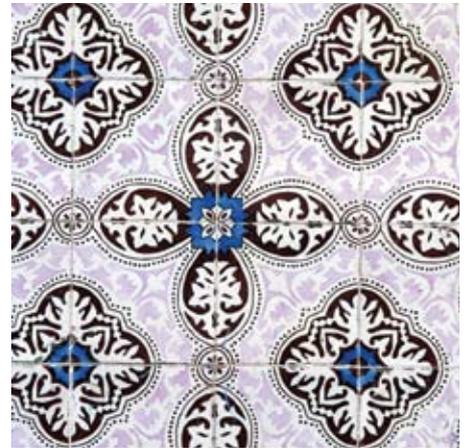
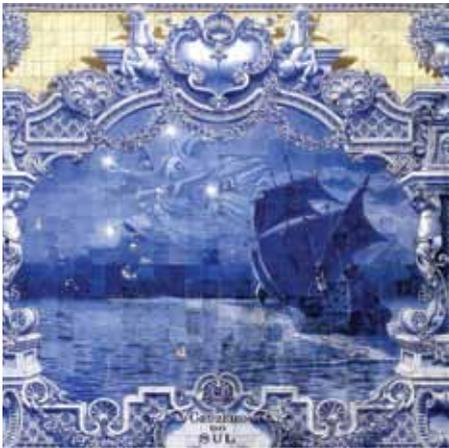


(Dr. Caiano Pereira) Vogal ROC



(Dr. Evaristo da Cruz Branquinho)









# 7. Certificação Legal das Contas

## Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de Balanço de € 3.494.203.329 e um total de Capital Próprio negativo em € 239.677.891, incluindo um Resultado Líquido negativo em € 126.730.258), as Demonstrações de Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

## Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

## Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
  - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Gerência, utilizados na sua preparação;
  - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Excepto quanto às limitações referidas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Reservas

7. Tal como divulgado na Nota 10 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, o Governo, pelo Decreto-Lei 196/80, assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infra-estruturas de longa duração (ILDs) do Metropolitano de Lisboa, E.P., encontrando-se a tipologia de tais investimentos definida no referido instrumento legal. No entanto, não se encontra legalmente definido se o Metropolitano de Lisboa, E.P. ao efectuar tais investimentos actua por conta própria ou por conta do Estado português, e resultando de tal indefinição, se tais investimentos são da efectiva propriedade da empresa, constituindo activos da mesma, bem como se as responsabilidades assumidas com os empréstimos obtidos para o seu financiamento são suas responsabilidades efectivas. De igual modo, não se encontra legalmente definida a política de amortização de tais activos; a política de reconhecimento contabilístico dos subsídios atribuídos pelo Estado para o seu financiamento; a política de capitalização dos encargos financeiros directamente incorridos para o seu financiamento e a política de capitalização de custos internos associados à sua realização; o que constitui uma limitação do âmbito da nossa revisão. Informação sobre os critérios adoptados pela empresa na relevação contabilística dos investimentos de tal natureza e dos subsídios atribuídos pelo Estado para o seu financiamento, bem como sobre as políticas de capitalização, amortização e de reconhecimento em resultados dos custos do financiamento de tais investimentos encontra-se adequadamente divulgada nas Notas 3-a)-ii, 3-b)-ii, 3-n), 8, 10, 11 e 14 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Da referida limitação, não nos é possível concluir quanto à adequação da relevação contabilística no Balanço do Metropolitano de Lisboa, E.P. em 31 de Dezembro de 2008 de activos relativos a investimentos de longa duração no valor de € 2.942.411.411, os quais incluem custos financeiros capitalizados no valor de € 289.790.826 e custos internos capitalizados no valor de € 56.387.973; quanto à adequabilidade da política de não amortização de tais activos; quanto à adequabilidade da relevação contabilística como capitais próprios da empresa, em rubrica de reservas, dos subsídios atribuídos pelo Estado para financiamento de tais activos, no valor de € 943.765.527; nem quanto à adequabilidade do registo na Demonstração de Resultados do exercício dos juros suportados com o financiamento de tais activos.

8. Conforme divulgado na Nota 50 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, o Activo em 31 de Dezembro de 2008 evidencia em rubrica de Custos Diferidos - Trabalhos por conta de terceiros o valor de € 39.049.673 relativos a obras efectuadas pela empresa por conta de outras entidades que não se encontram facturadas pelo Metropolitano de Lisboa, E.P., e que não foram objecto de contratualização ou outra forma de formalização entre a empresa e as restantes entidades envolvidas que defina os valores a facturar e o momento e forma de facturação. Assumem maior expressão os saldos relativos à Transtejo, S.A. (€ 27.342.965, dos quais € 15.047.083 relativos à construção do terminal daquela empresa no interface do Cais do Sodré e € 12.295.882 relativos a obras no interface do Terreiro do Paço, existindo, relativamente a estas últimas negociações avançadas com vista à celebração de protocolo entre ambas as empresas) e à Câmara Municipal de Lisboa (€ 8.180.677). Do exposto, não nos é possível concluir quanto à efectiva realização de tais activos.

## Opinião

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações constantes dos parágrafos 7 e 8 acima, as Demonstrações Financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## Ênfases

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que:
- 10.1. A actividade da empresa tem-se revelado no passado cronicamente deficitária, gerando prejuízos sucessivos de valor significativo (em 2008 no valor de € 126.730.258) cujo financiamento tem vindo a ser parcialmente assegurado pelo Estado português através de indemnizações compensatórias e dotações de capital, e mantendo-se a existência de planos de investimento em curso os quais requerem igualmente financiamentos de elevado montante. A empresa apresenta uma estrutura financeira fortemente desequilibrada, expressa na existência de capitais próprios em 31 de Dezembro de 2008 negativos em € 239.677.891 e na insuficiência do seu activo circulante, o qual inclui € 30.120.397 de capital subscrito pelo Estado português em Dezembro de 2001 e não realizado em 31 de Dezembro de 2008, para fazer face ao passivo de curto prazo. Do referido, é nossa opinião que a continuidade das operações da empresa, e consequentemente a realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos, se encontra dependente da manutenção do suporte financeiro do Estado português.
- 10.2. As demonstrações financeiras objecto da presente Certificação encontram-se preparadas em base individual, nos termos da legislação aplicável, encontrando-se os investimentos em empresas filiais e associadas constantes do Balanço registados pelo método da equivalência patrimonial. A empresa irá preparar Demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, as quais permitirão uma melhor compreensão da posição financeira em 31 de Dezembro de 2008, e dos resultados e dos fluxos de caixa gerados no exercício findo naquela data do grupo formado pela empresa e pelas suas filiais e associadas.
- 10.3 Com vista à apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada das suas responsabilidades com pensões e à sua compatibilização com a apresentação de tais responsabilidades nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 a preparar de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e com a adopção em 2009 do sistema de normalização contabilística na preparação das suas demonstrações financeiras individuais, a empresa, tal como divulgado na nota 3, parágrafo f) do Anexo às Demonstrações Financeiras, derogou no exercício a aplicação da Directriz Contabilística n.º 19 – Benefícios de Reforma no reconhecimento de tais responsabilidades, tendo adoptado a Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 19 – Benefícios dos empregados.

De tal alteração de política contabilística, bem como do reconhecimento no exercício do aumento das responsabilidades da empresa por serviços prestados no passado pelo pessoal ao serviço e reformados resultante das alterações legislativas ao Regime Geral da Segurança Social ocorridas em 2007, resultam os seguintes efeitos no Balanço em 31 de Dezembro de 2008 e na Demonstração de Resultados do período findo naquela data:

- Reconhecimento em Resultados Transitados do valor de € 37.261.518 relativo às responsabilidades por serviços passados prestados pelo pessoal ao serviço da empresa na data do reconhecimento inicial de tais responsabilidades, o qual, nos termos das disposições transitórias da DC 19, havia sido reconhecido em 2001 em rubrica de Custos Diferidos e se encontrava a ser amortizado anualmente em função de uma vida útil de 23 anos, correspondente ao período estimado de vida laboral remanescente dos empregados naquela data.
- Reconhecimento em Resultados Transitados do valor de € 24.333.795 relativo ao aumento das responsabilidades com pensões por serviços passados prestados pelo pessoal no activo e reformados resultante das alterações ao Regime Geral da Segurança Social ocorridas em 2007 com a publicação da Lei 4/2007, de 16 de Janeiro, e do Decreto Lei 187/2007, de 10 de Maio, nomeadamente a introdução do designado “factor de Sustentabilidade”, aumento de responsabilidades que não havia sido reconhecido em 2007.

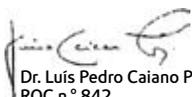
- Não reconhecimento do aumento das responsabilidades por pensões no valor de € 15.767.278 correspondente às perdas actuariais apuradas no exercício, por o mesmo se apresentar inferior a 10% do valor total de tais responsabilidades, tal como definido na IAS 19, aumento que caso se apresentasse superior ao referido limite de 10% seria registado nos termos da referida norma em custos diferidos e amortizado a partir do exercício subsequente aquele em que foi apurado em função da vida laboral estimada do pessoal ao serviço.

Caso se tivesse mantido a política de reconhecimento das responsabilidades por pensões adoptada até 31 de Dezembro de 2007, o reconhecimento de tal aumento de responsabilidades conduziria ao aumento da provisão para pensões registada no passivo de € 218.152.836 para € 233.920.114 e ao aumento dos custos com pensões registados na Demonstração de Resultados de € 13.714.893 para € 29.482.171.

- Caso se tivesse mantido a política de reconhecimento das responsabilidades por pensões adoptada até 31 de Dezembro de 2007 no reconhecimento dos custos com pensões objecto de contabilização no exercício, os custos com pensões registados em custos com pessoal apresentar-se-iam inferiores aos registados na Demonstração de Resultados em € 125.677; os custos financeiros apresentar-se-iam inferiores aos registados na Demonstração de Resultados em € 11.512.053 relativos aos custos dos juros do plano; e os proveitos com a reposição de provisões apresentar-se-iam inferiores aos registados na Demonstração de Resultados em € 11.637.730 relativos ao valor das pensões e reformas pago no exercício. O referido afecta de modo material a comparabilidade dos resultados operacionais e dos resultados financeiros evidenciados na Demonstração de Resultados de 2008 com tais resultados evidenciados em 2007.

Lisboa, 07 de Julho de 2009

CAIANO PEREIRA, ANTÓNIO E JOSÉ REIMÃO  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por



Dr. Luís Pedro Caiano Pereira  
ROC n.º 842



Ficha técnica

**Edição**

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão

**Coordenação**

Maria Dilar Rafael

Sandra Tavares

**Produção**

Exploração Comercial

Gabinete de Comunicação e Imagem

**Projecto gráfico**

Maria João Rodrigues

**Imagens**

Pedro Lopes

Capa, Página 2 - 2ª; Página 7 - 1ª, 2ª e 3ª; Página 14/15 - 1ª, 2ª e 4ª;

Página 76 - 3ª; Página 86/87 - 3ª e 4ª; Página 127 - 1ª

**Impressão**

Relevo Branco

